



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DANIELA NASCIMENTO DE JESUS VIEIRA

AGROECOLOGIA NO RECÔNCAVO BAIANO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

SALVADOR - BA

2014

DANIELA NASCIMENTO DE JESUS VIEIRA

AGROECOLOGIA NO RECÔNCAVO BAIANO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador(a): Prof.^a. Dra. Noeli Pertile

SALVADOR - BA

2014

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFBA

V658a Vieira, Daniela Nascimento de Jesus
Agroecologia no recôncavo baiano: possibilidades e desafios /
Daniela Nascimento de Jesus Vieira.- Salvador, 2014.
121 f. : il. Color.

Orientador: Profa. Dra. Noeli Pertile

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Geociências, 2014.

1. Ecologia agrícola. 2. Agricultura sustentável. 3.
Desenvolvimento rural - Aspectos ambientais. I. Pertile, Noeli . II.
Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 631.95

TERMO DE APROVAÇÃO

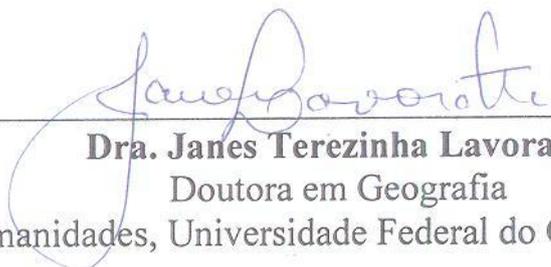
**AGROECOLOGIA NO RECÔNCAVO BAIANO: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS.**

DANIELA NASCIMENTO DE JESUS VIEIRA

BANCA EXAMINADORA



Dra. Noeli Pertile
Doutora em Geografia
Departamento de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Brasil.



Dra. Janes Terezinha Lavoratti
Doutora em Geografia
Centro de Humanidades, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Brasil.



Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
Doutor em Geografia
Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Aprovada em Sessão Pública de 26/03/2014

*Mas é claro que o Sol
Vai voltar amanhã
Mais uma vez, eu sei
Escuridão já vi pior
De endoidecer gente sã
Espera que o Sol já vem*

*Nunca deixe que lhe digam
Que não vale a pena acreditar no sonho que se tem
Ou que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém
Tem gente que machuca os outros
Tem gente que não sabe amar
Mas eu sei que um dia a gente aprende
Se você quiser alguém em quem confiar
Confie em si mesmo
Quem acredita sempre alcança*

Renato Russo

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, que me serve diariamente de inspiração e força, o qual me propiciou a oportunidade de chegar até aqui e ultrapassar mais essa etapa. Sei que apenas comecei a viver o que o Senhor tem para mim.

A minha família, pelo apoio constante em minha jornada, compreendendo os momentos de ausência. A minha mãe Anita, que foi e sempre será amante da terra, que abdicou de tantas coisas para que ao longo deste percurso que tenho trilhado pudesse estudar, que com seu exemplo de força é a maior incentivadora da minha busca pelo saber, minhas conquistas são suas conquistas mãe. Ao meu esposo José Nilton pelo companheirismo. A minha filha Sara, que com apenas 4 anos me incentivou mais e mais a alcançar cada conquista, nunca vou esquecer de suas palavras quando precisava me ausentar: *“Mamãe vai estudar para conquistar coisas bem grandes, um dia vai ser a vez de Sara.”* Tenho certeza disso filha.

O meu sincero agradecimento a minha orientadora, Prof. Dra. Noeli Pertile, pela extrema dedicação, respeito e compreensão ao longo do processo de construção deste trabalho. Mesmo nas horas de maior dificuldade, onde tudo parecia impossível, suas sábias palavras me faziam sentir forças para continuar.

Aos amigos e colegas que tive a oportunidade de caminhar durante esta jornada, obrigada pelo estímulo que me ajudou a prosseguir.

Ao Pr. José Renato e sua esposa Eliana, que souberam sempre me ouvir quando discorria sobre as inquietações que surgiam ao longo do processo, me orientando com sábias palavras.

Aos professores que ao longo do Mestrado contribuíram para nossa formação profissional e pessoal, nos trazendo novos olhares para a Geografia.

A todos os produtores rurais que me possibilitaram conviver com sua realidade, que confiaram as suas experiências e compartilharam sonhos e projetos, que sempre me dedicaram atenção e ajuda durante a realização desta pesquisa. Histórias de vida como as de Sr. Antonio, Pedro Coni, Juvenal e Valdir não serão jamais esquecidas.

A minha amiga Cristiane Cal que me auxiliou durante o trabalho de campo, sua ajuda foi muito importante.

A minha amiga Marluci Orrico por todo auxílio nesse processo, bem como as palavras de incentivo, sua ajuda foi fundamental para a concretização deste trabalho.

A Kátia Santos por ter me recebido em sua casa tantas vezes em Salvador, apesar de tão pouco tempo de amizade, fui acolhida com tanto carinho, me incentivando sempre.

A Adenício Sampaio, meu cunhado, por me acompanhar tantas vezes durante o trabalho de campo, já se tornou meu motorista preferido, a sua paciência e auxílio foram fundamentais nesta etapa.

A Maria do Rosário pela compreensão constante, as palavras de incentivo, de apoio, por me recordar sempre que todo processo de conquista tem etapas de dificuldades, e é isso que torna a conquista mais saborosa.

A Universidade Federal da Bahia – UFBA, por me possibilitar a oportunidade de crescer nesta minha trajetória na Geografia.

A CNPq pelo apoio com a bolsa do mestrado.

Enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Com a modernização agrícola, o pacote tecnológico foi difundido no meio rural, na perspectiva de aumentar a produção e os lucros, sem a preocupação com o ambiente, nem com os pequenos produtores que residiam nas áreas rurais. Com a Revolução Verde ocorreu a penetração do capitalismo no campo, com o uso extensivo da tecnologia no meio rural, uso de insumos químicos e de sementes geneticamente modificadas, provocando profundas mudanças no espaço agrário brasileiro. As consequências negativas do agronegócio no meio rural têm fomentando discussões acerca de sua insustentabilidade. A presente dissertação analisa as transformações no meio rural ocasionadas pelo atual modelo agrícola e discute o conceito de Agroecologia como possibilidade de promover uma conscientização ambiental e o respeito às diferentes realidades locais. O presente trabalho analisou a importância da Agroecologia na região do Recôncavo Sul Baiano, com base na experiência de pequenos produtores. Os princípios da Agroecologia contrapõem-se ao pensamento dominante da Agricultura convencional para contestar e, em muitos casos, comprovar que existem alternativas para a produção agrícola e que estas podem ser viáveis no âmbito econômico, ambiental e social. Nesta perspectiva, procuramos estudar a relação dos produtores com a Agroecologia, compreendendo as possibilidades e desafios por estes encontrados no processo de transição agroecológica.

Palavras - chave: Revolução Verde; Agroecologia; Transição Agroecológica.

ABSTRACT

With agricultural modernization, technological package was widespread in rural areas in order to increase production and profits, without concern for the environment, nor with the small farmers who lived in rural areas. With the Green Revolution was the penetration of capitalism in the countryside, with extensive use of technology in rural areas, use of chemical inputs and genetically modified seeds, causing profound changes in the Brazilian agrarian space. The negative consequences of agribusiness in rural areas have stimulating discussions about their unsustainability. This dissertation examines the transformations in the countryside caused by the current agricultural model and discuss the concept of Agroecology as a possibility to promote environmental awareness and respect for different local realities. This study examined the importance of Agroecology in South Reconcavo Baiano region, based on the experience of small producers. The principles of Agroecology are opposed to the dominant thinking of Conventional farming to challenge and, in many cases, prove that there are alternatives to agricultural production and that these may be viable in economic, environmental and social context. Accordingly, we sought to study the relationship of producers with the Agroecology, comprising the possibilities and challenges for these found in agroecological transition process.

Key - Words: Green Revolution; Agroecology; Agro-ecological transition.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 01 - Agricultura familiar e tecnologia | 30 |
|--|----|

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| Mapa 01 – Localização Geográfica da área de estudo | 54 |
|---|----|

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01 - Práticas agrícolas | 42 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| Figura 02 – Estrutura da Mandala | 59 |
|---|----|

LISTA DE TABELAS

| | | |
|------------------|--|----|
| Tabela 01 | Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Brasil – 2006 | 36 |
| Tabela 02 | Estabelecimentos rurais no Brasil (2006) | 55 |
| Tabela 03 | Estabelecimentos rurais na área de estudo (2006) | 56 |
| Tabela 04 | Estrutura fundiária do município de Elísio Medrado | 66 |

LISTA DE FOTOS

| | | |
|----------------------|--|----|
| Foto 01 | Mandala montada por pequeno produtor no município de Amargosa..... | 60 |
| Foto 02 | Corredor adaptado por produtor para que as galinhas circulem na mandala. | 60 |
| Fotos 03 e 04 | Irrigação na mandala sendo realizada através de sistema de gotejamento. | 61 |
| Foto 05 | Produtor individual, Sr. Antonio e sua esposa, em sua propriedade no município de Elísio Medrado. | 67 |
| Foto 06 | Área na propriedade de Sr. Antonio onde fica a nascente | 69 |
| Foto 07 | Represa formada a partir da nascente e área com reflorestada com plantas nativas da região | 69 |
| Foto 08 | Área de produção de milho a partir da seleção massal | 71 |
| Foto 09 | Planta da araruta em xaxim confeccionado com fibras das plantas, caixas com fécula da araruta e ração para animais a base de araruta | 81 |
| Foto 10 | Recipiente com raízes de mandioca na água para amolecerem para produção artesanal de fécula de mandioca | 82 |
| Foto 11 | Produtoras associadas embalando beijus | 82 |
| Foto 12 | Mini fábrica onde é processada a farinha de banana | 82 |
| Foto 13 | Associado Pedro Coni em congresso de agricultores, promovendo a degustação do mingau de araruta | 82 |
| Foto 14 | Área de nascente, antes de ser revitalizada pelo Sr. Antonio ... | 92 |
| Foto 15 | Área de nascente na propriedade do Sr. Antonio, em processo de revitalização | 92 |
| Foto 16 | Área de nascente já revitalizada | 92 |
| Foto 17 | Horta na propriedade do Sr. Antonio | 93 |
| Foto 18 | Estabelecimento comercial do Sr. Antonio | 94 |
| Foto 19 | Produtos vendidos no estabelecimento comercial do Sr. Antonio | 95 |
| Foto 20 | Cede da COOAMA, localizada em área rural do município de Amargosa | 97 |

| | | |
|----------------|---|-----|
| Foto 21 | Equipamentos utilizados no processamento de polpas por cooperados da COOAMA | 98 |
| Foto 22 | Polpas processadas por cooperados da COOAMA, para serem fornecidas para a merenda escolar | 99 |
| Foto 23 | Intercâmbio com produtores do Rio Grande do Norte | 101 |
| Foto 24 | Intercâmbio com produtores de Juazeiro –BA e Petrolina – PE. | 101 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ABA | Associação Brasileira de Agroecologia |
| ANA | Associação Nacional de Agroecologia |
| APORBA | Associação dos Produtores Orgânicos do Recôncavo Baiano |
| AS-PTA | Assessoria e Serviços a Projetos Alternativos |
| CAI | Complexo Agroindustrial |
| CAIs | Complexos Agroindustriais |
| CBA | Congresso Brasileiro de Agroecologia |
| CCTA | Conhecimento, Ciência e Tecnologia Agrícola |
| CLADES | Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável |
| Cnapo | Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica |
| Condraf | Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura |
| COOAMA | Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jequiçá |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CTNBio | Comissão Nacional de Sistemas Orgânicos de Produção |
| ENA | Encontro Nacional de Agroecologia |
| EPI | Equipamento de Proteção Individual |
| FASE | Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional |
| FAO | Food and Agriculture Organization |
| GCPAI | Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IN | Instrução Normativa |
| MASTER | Movimento dos Agricultores Sem Terra |
| OCB | Organização das Cooperativas Brasileiras |
| PAIS | Produção Agroecológica Integrada e Sustentável |
| Planapo | Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica |
| PND | Plano nacional de Desenvolvimento |

| | |
|----------|--|
| PNRA | Plano Nacional de reforma Agrária |
| PTA | Projeto Tecnologias Alternativas |
| Sebrae | Serviço Brasileiro de Geografia e Estatística |
| SEDES | Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza |
| SIPAF | Selo da Agricultura Familiar |
| SNCR | Sistema Nacional de Crédito Rural |
| SOCLA | Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia |
| TS | Tecnologia Social |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UNICAFES | UNIÃO DAS Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia |
| ULTAB | União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| 1 O MEIO RURAL BRASILEIRO: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO | 21 |
| 1.1 Organização do espaço agrário brasileiro | 21 |
| 1.1.1 Revolução Verde e suas implicações na agricultura..... | 27 |
| 1.1.2 Insustentabilidade do agronegócio, a crise do modelo produtivista e a produção de alimentos | 31 |
| 1.2 Os movimentos sociais e a luta pela terra | 36 |
| 2 AGROECOLOGIA COMO POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL | 38 |
| 2.1 As bases da agroecologia | 38 |
| 2.2 Histórico da agroecologia no Brasil | 45 |
| 2.3 Transição agroecológica: um caminho possível? | 47 |
| 3 EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO RECÔNCAVO SUL BAIANO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO | 53 |
| 3.1 A produção do espaço agrário no Recôncavo Baiano | 53 |
| 3.2 Experiências de transição agroecológica | 57 |
| 3.2.1 PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) | 58 |
| 3.2.2 Agroecologia em Elísio Medrado: produtor independente | 65 |
| 3.2.3 COOAMA (Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jiquiriçá) | 73 |
| 3.2.4 APORBA (Associação dos Produtores Orgânicos do Recôncavo Baiano) | 79 |
| 4 POSSIBILIDADES NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UM OLHAR A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS | 84 |
| 4.1 O desafio da Agroecologia em experiências de transição agroecológica | 86 |
| 4.1.1 Experiências individuais de produção: PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) e produtor individual | 88 |
| 4.1.2 Experiências coletivas: COOAMA (Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jiquiriçá) e APORBA (Associação dos Produtores Orgânicos do Recôncavo Baiano) | 96 |
| 4.2 Agroecologia como possibilidade de vida no Recôncavo Sul Baiano..... | 102 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 105 |
| REFERÊNCIAS | 110 |
| ANEXO | 118 |

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos são perceptíveis as transformações ocorridas no espaço agrário, resultado da intensificação das relações capitalistas no meio rural. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial a visão desenvolvimentista foi bastante difundida como símbolo de crescimento econômico. Os conhecimentos científicos neste período estavam imbricados aos processos de produção, atendendo ao capital.

O crescimento econômico pós-guerra alterou profundamente a dinâmica da produção agrícola, a modernização não apenas referiu-se a produção de matérias primas e alimentos a serem utilizados nas indústrias, mas também impulsionou o mercado de máquinas e de insumos químicos oriundos de pesquisas pós-guerra.

Neste processo, no Brasil, a participação do Estado foi fundamental, através da viabilização do crédito rural para a modernização de atividades agropecuárias. Entretanto a ação do Estado não ocorreu de forma igualitária em todo o território nacional, favoreceu determinadas regiões, produtos e categorias de produtores rurais, atendendo aos interesses da indústria.

A política de modernização agrícola brasileira estava diretamente ligada ao uso de insumos químicos, não discutindo as implicações ambientais. O desenvolvimento tecnológico foi centrado na técnica, a qual através do aprimoramento tecnológico superaria os problemas ambientais.

Na agricultura industrial, o aumento da produção e da produtividade era um fator considerado essencial. Este aspecto foi fortemente priorizado pelo modelo euro-americano de modernização agrícola que foi disseminado, em termos mundiais, levando o nome de Revolução Verde.

No Brasil, o processo de modernização tecnológica da agricultura fundamentou-se nos princípios desta revolução, ou seja, priorizou a padronização técnica, principalmente em dois aspectos: a utilização de insumos “modernos” (fertilizantes químicos, agrotóxicos etc.) e a mecanização (com forte impacto sobre o nível de emprego). Tais mudanças contribuíram para aumentar ainda mais as desigualdades sociais no meio rural, refletindo também no meio urbano.

As mudanças oriundas da modernização agrícola resultaram em uma nova dinâmica no processo de produção agrícola, implicando na organização do espaço agrário. Áreas predominantemente de agricultura familiar, foram substituídas pela

produção mercantil, a fim de atender interesses políticos e econômicos. A necessidade de pertencimento à modernidade e obter acesso aos financiamentos do Estado resultaram no endividamento de muitos produtores, que compreendiam que esta era a única alternativa de continuar produzindo.

Os efeitos adversos desse avanço tecnológico na agricultura, principalmente nos aspectos sociais e ambientais, impulsionaram o debate a respeito das limitações do modelo de produção desenvolvido no país. No cerne dessas discussões, está a temática da agroecologia à qual permeia a base conceitual deste trabalho.

Nesta perspectiva a agroecologia não desponta apenas como contrapartida à produção convencional, mas também demanda uma conscientização socioespacial, ambiental e o respeito às diferentes realidades locais. Nesse sentido, há também a necessidade de adaptar os conhecimentos científicos de modo a valorizar o saber local, a exemplo das experiências de transição agroecológica, como é o caso do Recôncavo Baiano, objeto de análise deste trabalho.

Na perspectiva de reduzir as desigualdades econômicas, ampliar a produção, promover uma melhor qualidade de vida e da cidadania, muitos produtores encontram na produção agroecológica uma perspectiva de minimizar estes aspectos negativos.

Neste contexto, este trabalho analisa as transformações espaciais no meio rural a partir das práticas agroecológicas, com base na ação das seguintes experiências: a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), o produtor individual Antonio Santos, a Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jequiçá (COOAMA) e a Associação dos Produtores Orgânicos do Recôncavo Baiano (APORBA).

Considerando oportuno refletir sobre a percepção dos produtores rurais adotou-se a pesquisa qualitativa, além da quantitativa. Foram realizadas análises de documentação da COOAMA e da APORBA, grupos focais e entrevistas semi-estruturadas com produtores rurais.

De acordo com Sá-Silva (2009), a etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa.

Godoy (1995) destaca três possibilidades da abordagem qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. O presente trabalho caracteriza-se como estudo de caso, pois busca analisar de forma específica algumas unidades de estudo. Para Godoy (1995), esta é a possibilidade que permite um exame mais detalhado, seja de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular.

Para esta estratégia metodológica procurou-se orientar segundo a concepção de Gil (1999), que afirma: “[...] o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo” (GIL 1999, p. 73).

Esta pesquisa tem como marco temporal o período entre os anos de 2000-2013. Esse é o período que nos permite identificar as possibilidades e desafios da difusão da agroecologia no Recôncavo. Porém, este limite temporal não impediu as possibilidades de transitar temporalmente durante a realização da pesquisa, visto que se buscou explicar determinados aspectos precedentes que estimularam os produtores a não produzirem de forma convencional.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, pois esta estratégia metodológica poderá possibilitar maior visibilidade sobre a veracidade dos discursos. Já os grupos focais foram realizados com o intuito de permitir aos entrevistados mais tempo para reflexão e liberdade de se expressar coletivamente. Durante a realização dos grupos focais, foi solicitado pelos produtores entrevistados, que seus nomes não fossem explicitados, pois desta forma os mesmos se sentiam mais seguros em expressar suas opiniões.

Por fim, as informações coletadas na pesquisa de campo foram confrontadas com a base conceitual desta pesquisa no sentido de encontrar respostas para o problema que norteia este trabalho ou aponta para novos caminhos.

Em decorrência do atual modelo de produção, a necessidade de contrapor-se a esta lógica produtivista é extremamente necessária. Assim sendo, a agroecologia pode vir a contribuir para que ocorram mudanças em diferentes âmbitos da realidade agrária da área de estudo.

Pesquisas dessa natureza, ainda pouco desenvolvidas na região e na própria academia, podem suscitar maior visibilidade para práticas agroecológicas. De modo geral, as pesquisas tendem a atribuir maior visibilidade para as consequências do

uso demasiado dos insumos químicos e não para alternativas de se contrapor a lógica produtivista no campo.

Nesse contexto, esta pesquisa contribui para apontar para novos caminhos na organização do espaço agrário e que também cooperam para uma renda familiar para além da lógica capitalista.

O presente trabalho foi organizado em quatro capítulos, sendo que, no primeiro capítulo foi realizada uma discussão sobre o meio rural brasileiro, fazendo uma análise sobre o atual sistema agrícola, tratando as questões produtivas, e os problemas econômicos, sociais e ecológicos por elas causados.

Ao industrializar-se a agricultura perde cada vez mais sua autonomia econômica e sujeita o pequeno produtor a lógica do mercado. Fez-se também uma análise acerca da Revolução Verde, período marcado pela penetração do capitalismo no campo, e uma reflexão sobre a insustentabilidade deste modelo produtivista.

Ainda no primeiro capítulo, procura-se explicitar como o processo de modernização da agricultura subordinou o setor agrícola ao setor industrial, na perspectiva de atender ao mercado cada vez mais globalizado, promovendo consequências não apenas ecológicas, bem como sociais. Nesse sentido, surgem algumas correntes contrárias ao atual sistema agrícola, dentre elas a Agroecologia.

O segundo capítulo, traz uma reflexão sobre a Agroecologia, campo multidisciplinar que promove novas reflexões e diálogos na relação homem e natureza, que supera o viés econômico, vinculando conhecimento tradicional aos saberes científicos, na perspectiva de pensar estratégias para um desenvolvimento rural sustentável, onde o produtor pode resistir ao capital globalizado.

Com a Agroecologia é possível realizar um manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, desenvolver uma nova ética ambiental, de respeito ao ambiente e aos outros indivíduos. Compreender a transição agroecológica como um processo contínuo é fundamental, já que a Agroecologia não se caracteriza como o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, mas sim de uma agricultura consciente.

No terceiro capítulo se apresenta experiências de transição agroecológica desenvolvidas por pequenos produtores do Recôncavo Sul da Bahia, que além de estar adotando práticas ecológicas nesta região, têm permitido o respeito e a

valorização de saberes locais, na busca por construir uma agricultura mais justa, ecologicamente correta, que conserve também a interação social.

No quarto capítulo são analisadas as possibilidades de desenvolvimento das experiências no meio rural no processo de transição agroecológica e os desafios encontrados ao longo de sua consolidação. Bem como uma reflexão sobre a viabilidade econômica através da Agroecologia.

Neste trabalho, a sistematização de experiências de transição agroecológica permitiu a revalorização de saberes tradicionais, a interpretação das realidades sociais no meio rural, configurando-se como espaços de conhecimento.

Por fim, apresentamos algumas considerações referentes ao desenvolvimento da Agroecologia no Recôncavo Baiano e a perspectiva dos pequenos produtores acerca deste conceito.

1 O MEIO RURAL BRASILEIRO: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A agricultura sempre foi uma atividade econômica importante para o Brasil, inicialmente esta proporcionou em muitos casos a ocupação do território brasileiro, através da organização do trabalho familiar, bem como do atendimento às necessidades dos núcleos urbanos que começavam a se formar. A agricultura, nesse sentido, contribuiu em grande parte para a ocupação do território brasileiro até meados do século XX.

Ao longo dos anos o sistema capitalista não mais se interessou pela produção tradicional, incorporando gradativamente as novas técnicas e tecnologias na busca pela elevação da produtividade. O padrão agrícola atual foi consolidado após a Segunda Guerra Mundial, através da difusão do uso intenso dos insumos industriais, ocorrendo assim uma mudança na base técnica da produção.

Este padrão, a partir da Revolução Verde, culmina na industrialização da agricultura, subordinando o meio rural ao capital, provocando inúmeras consequências socioambientais. O avanço destas consequências intensificou questionamentos acerca do atual modelo agrícola convencional, que tem por base a utilização do pacote tecnológico. Muitos países periféricos concebiam na ideia de difusão deste pacote tecnológico uma alternativa de aproximação dos países centrais.

A intensidade das relações capitalistas no espaço agrário promoveu mudanças significativas no uso da terra, nas relações de trabalho no campo e nas técnicas de produção. Diante disso, o presente capítulo versa sobre um aprofundamento da modernização da agricultura no Brasil, buscando compreender o surgimento de movimentos contraditórios ao modelo convencional.

1.1 Organização do espaço agrário brasileiro

A produção agrícola no Brasil, na medida em que se modernizou, foi dependendo cada vez menos dos limites naturais para uma dependência cada vez maior das grandes empresas produtoras de insumos químicos e máquinas agrícolas.

Porto-Gonçalves (2004) ressalta que “à medida que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo produtivo, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que passam a comandar os processos de normatização (candidamente chamados “*normas de qualidade*”).

A agricultura brasileira apresentou três momentos específicos, como aponta Delgado (1985). No primeiro, a mudança na base técnica da agricultura; no segundo, a constituição do Complexo Agroindustrial – CAI, no país; no terceiro momento o processo de fusão de capitais intersetoriais. Estes momentos históricos ocorrem através de processos distintos e reconfiguram o espaço rural brasileiro.

O primeiro momento, marca a década de 1950, quando o padrão tecnológico começa a ser difundido pelo governo norte-americano. Ocorre no momento uma supervalorização da importação dos meios de produção industriais. Destaca-se, nesse período, o elevado índice de mecanização e o aumento do uso de insumos. Percebe-se então a ação do Estado na realização de um planejamento econômico bastante sistemático, visto que, no início desta década a estagnação na produção configurava-se como um obstáculo ao crescimento econômico.

Introduziu-se, nessa primeira década de inovações um novo padrão tecnológico para a produção rural com base na importação de meios de produção industriais. A demanda de insumos é atendida por meio de importações (DELGADO, 1985).

Recorrendo aos acontecimentos que marcaram a agricultura brasileira na década de 1950, Graziano da Silva (1999) destaca o início do planejamento sistemático da economia sob o controle do Estado, difundindo através do projeto nacionalista do presidente Vargas e das missões econômicas norte americanas. O início da década de 1950, segundo este autor, foi marcado pela estagnação da produção agrícola, voltada mais precisamente para o mercado interno, o que representava um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Ao longo desta década inicia-se o processo de modernização da agricultura, com as importações de meios de produção, passando de uma agricultura tradicional, subordinada a natureza e exercida através de técnicas rudimentares, para uma agricultura cada vez mais mecanizada.

O segundo momento ocorre a partir de 1960, quando se intensifica a industrialização dos processos de produção rural. Ocorre à implementação de

indústrias de bens de produção e insumos químicos para a agricultura. Este período é marcado pela implantação das primeiras indústrias de tratores no Brasil, resultando na propagação do agronegócio, onde empresas com alta tecnologia manipulavam os mercados nacionais. O agronegócio brasileiro compreende atividades econômicas ligadas, basicamente, a: (i) insumos para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, corretivos; (ii) a produção agrícola, compreendendo lavouras, pecuária, florestas e extrativismo; (iii) a agroindustrialização dos produtos primários; (iv) transporte e comercialização de produtos primários e processados.

Logo, a modernização agrícola na década de 1960, não deve ser compreendida apenas pela égide da possível acumulação e maior produção de alimentos, mas também pela influência do setor industrial. A agricultura é inserida na lógica da reprodução ampliada do capital. A década de 1960 é marcada pela influência no crescimento do consumo no mercado interno, para que este pudesse garantir que os produtos oriundos das indústrias recém-instaladas, fossem consumidos.

O latifúndio crescia consideravelmente e monopolizava o setor rural, os pequenos proprietários de terra, posseiros, sem terra e agregados, eram excluídos deste processo de modernização, afinal para fazer uso das tecnologias desenvolvidas era necessário um maior poder aquisitivo, não compatível com a realidade de todo o campo brasileiro, principalmente no que diz respeito à região Nordeste do país.

De acordo com Oliveira (2007, p. 77), “após 1960 a industrialização se intensifica no campo brasileiro tendo como fulcro da ação do Estado, que propiciou a incorporação de tecnologias químicas e biológicas estruturadas nos Complexos Agroindustriais – CAIs.” Aqui ocorre a subordinação da agricultura ao setor industrial, afinal o que qualifica a existência de um CAI é o elevado índice de relações interindustriais.

Para Graziano da Silva (1996), o Complexo Agroindustrial (CAI), pode ser definido, em termos formais, como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o

transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; o financiamento, a pesquisa e a tecnologia e a assistência técnica.

Kautsky (1968) já antevia a relação da agricultura com a indústria, quando o mesmo abordava que a grande indústria capitalista dominaria a agricultura, onde esta obedeceria às ordens e as exigências do capital. O período do final da década de 1960 é marcado pela intensa urbanização, o que influencia a busca de empregos não agrícolas, crescendo assim a demanda por produtos agrícolas, para atender aos centros urbanos, sustentando o ritmo de acumulação.

Com o uso da mecanização houve uma redução contínua do uso de mão de obra no meio rural, os indivíduos foram sendo substituídos por máquinas, o que resultou no elevado índice de pobreza, ocasionando a expropriação camponesa, fato que marcou a década de 1970. A modernização do processo produtivo agrícola atribuiu à agricultura um modelo altamente tecnificado, incorporando o processo de industrialização à produção, o que impulsionou a necessidade de maiores investimentos no meio rural.

Com as inovações influenciando o meio rural os espaços agrícolas tenderam a se especializar e a se tornar mais complexos (RAMOS, 2005). Contudo um fator relevante a ser discutido na modernização agrícola é que não é apenas o fato de que a agricultura ter se industrializado, mais sim, a indústria ter industrializado a agricultura. Com isso a agricultura passa de uma fase espontânea, para uma fase dirigida pela grande indústria (GUIMARÃES, 1982).

Para Delgado (1985), paralelo ao processo de urbanização ocorreu à intensificação da industrialização e da exportação, refletindo no setor agrícola, elevando a demanda por produtos agropecuários, formando de forma simultânea um sistema de agroindústrias voltado em parte para o mercado interno e também para a exportação.

A agricultura naquele momento era funcional ao processo de desenvolvimento brasileiro, gerando divisas para a industrialização. Insere-se neste período o terceiro momento da agricultura, com a fusão das relações agricultura-indústria, ocorrendo o desenvolvimento do capital financeiro na agricultura.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1970 articulava a concessão do crédito rural se este também fosse usado para a compra de insumos químicos,

considerando tal ação como inserção da modernidade no campo, conforme aponta Peres e Moreira (2003):

A utilização de agrotóxicos no Brasil tem origem, basicamente, no período de 1960-70, quando no campo constatava-se um progressivo processo de automação das lavouras, com o implemento de maquinário e utilização de produtos agroquímicos no processo de produção. Isso foi estimulado, sobretudo, pela implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que vinculava a concessão de empréstimos aos produtores à fixação de um percentual a ser gasto com agrotóxicos, considerados, então, símbolo da modernidade no campo (PERES e MOREIRA, 2003, p.31).

Nesta perspectiva, o crédito rural estava condicionado à adoção do Pacote Tecnológico oriundo dos princípios da Revolução Verde, os quais estavam apoiados na concepção de que se poderia acabar com a fome no mundo, o que de fato sabe-se que não ocorreu. A política agrícola da década de 1970 facilitava o acesso ao crédito rural, amparando a mecanização da produção e o uso de insumos químicos. A partir das novas técnicas introduzidas, o campo passa a ser concebido pela busca da eficiência e da produtividade, é neste cenário que os insumos químicos passam a ocupar um lugar de destaque na produção agrícola brasileira.

Ao longo das décadas seguintes, o país foi ampliando o uso de agroquímicos no campo, gerando graves consequências para a população e o meio ambiente. Soares *et al* (2003) acredita que os problemas na saúde relacionados ao uso de agrotóxicos podem atingir tanto os aplicadores dos produtos como também os consumidores dos alimentos contaminados com resíduos químicos. A utilização destes insumos está diretamente relacionada com uma série de consequências graves, que não se restringem apenas ao aspecto ambiental, pois adquirem uma extensão social ao comprometerem o padrão de vida humano.

A disponibilidade de crédito é algo que faz jus a ênfase na discussão sobre a propagação do uso de insumos no Brasil.

Em 1966 institucionalizou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural, que oferecia créditos subsidiados e orientados com assistência técnica obrigatória. Assim, exigia-se um projeto técnico para a concessão do crédito, que impunha a compra de sementes e insumos modernos (SANTOS E SILVEIRA, 2006, p. 118).

De certa forma o uso das novas técnicas agrícolas foi imposto pelo Estado, pois a concessão do crédito implicava diretamente na obrigatoriedade da compra de maquinários e insumos agrícolas, principalmente os agrotóxicos.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) também visava à ampliação do mercado de produção em crescimento e a geração de excedentes agrícolas exportáveis, com vistas a promover uma expansão agrícola horizontal. O SNCR de acordo com Graziano da Silva (1996) através da política de crédito rural foi concebido como principal veículo para modernizar a agricultura. Delgado (1985) aponta que entre 1969 e 1976 ocorreu um crescimento relevante dos empréstimos bancários, influenciado pelo complexo agroindustrial.

Além da política financeira, Delgado (1985), ainda destaca que este período também foi marcado por uma gama de incentivos fiscais, denotando o caráter participativo do Estado, seja em nível federal ou até estadual, de forma a alcançar margens altas de lucro dos capitais envolvidos na agricultura.

A partir de 1980 ocorre uma crise do crédito, verificado através do declínio dos fundos para a aplicação em crédito agrícola, o qual perde sua base de sustentação política. A década de 1980 é marcada pela redução dos fluxos de capitais externos, o que fomentou uma instabilidade econômica no país, esta década ficou marcada pela crise na economia brasileira, refletida na estagnação do Produto Interno Bruto – PIB e pelas elevadas taxas de inflação. Graziano da Silva (1996) destaca que “os primeiros anos da década de 1980 marcaram um período fortemente recessivo” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 110).

O mesmo autor aponta que a primeira metade desta década é marcada por transformações na base técnica agrícola, mas de forma mais lenta, o mesmo aponta quatro razões para o arrefecimento do ritmo de modernização deste setor.

A primeira está vinculada a recessão que ocorreu na economia brasileira no final da década de 1970, início da década de 1980. A segunda refere-se à redução dos incentivos creditícios a modernização, especialmente para investimentos. A terceira se relaciona ao caráter desigual e excludente da modernização agrícola brasileira, com níveis mais elevados alcançados pelas regiões Centro-Sul, excluindo as demais regiões, o que agravava as disparidades de renda. A quarta é a mudança no padrão de modernização que era gestado em âmbito mundial.

Vinculado à redução do crédito houve um enfraquecimento no consumo dos insumos químicos. Remetendo-se a década de 1980, Luzzi (2007) destaca que “a crise econômica contribuiu para o questionamento do modelo de desenvolvimento, que começava a apresentar problemas sociais e ambientais cada vez mais evidentes, favorecendo a discussão de propostas alternativas.”

De acordo com a autora as consequências ambientais começaram a ser divulgadas para a sociedade, por meio de debates internacionais acerca dos riscos do uso dos insumos químicos e suas implicações ecológicas.

A década de 1980 foi marcada pelos debates sobre a insustentabilidade do agronegócio, correntes de pensamento que se opunham às técnicas disseminadas na Revolução Verde, começaram a se organizar em torno de uma corrente conhecida como agricultura alternativa. Nas décadas que seguiram até os dias atuais as grandes empresas e os grandes proprietários tem utilizado recursos tecnológicos para aumentar a produtividade, bem como os insumos químicos de forma mais restrita em alguns casos, principalmente os produtos para exportação, por conta das exigências de alguns países. Entretanto as discussões sobre os malefícios destes insumos têm se tornando cada vez mais constante e na égide destas encontram-se as pesquisas sobre Agroecologia.

1.1.1 Inovação tecnológica e suas implicações na agricultura

As inovações tecnológicas aplicadas à agricultura visando maior produtividade por meio da ampliação de pesquisas em sementes, intensa quimificação, fertilização do solo e da mecanização no campo, ficou denominada de Revolução Verde ou Pacote Tecnológico¹.

Este modelo criado por países desenvolvidos foi difundido entre os países ainda em desenvolvimento, como no caso do Brasil. De acordo com Porto-Gonçalves (2004),

O mundo rural com a Revolução Verde com suas sementes híbridas e seu mais recente desdobramento com a biotecnologia dos

¹ Neste trabalho adota-se a definição de pacote tecnológico proposta por Luzzi (2007), a qual faz referência ao pacote criado com o objetivo de controlar os fatores naturais e superar os fatores restritivos da produção (naturais e humanos), forneceu as condições para sua adoção em larga escala, podendo ser utilizado em ecossistemas bastante diferenciados.

transgênicos e do plantio direto está sofrendo mudanças profundas tanto ecológicas, como sociais, culturais e, sobretudo, políticas (Porto-Gonçalves, 2004, p. 7).

Após a Segunda Guerra Mundial a base tecnológica voltada para a agricultura foi totalmente pautada no uso de agrotóxicos, fertilizantes e corretivos, além da mecanização, com o propósito de elevar os índices de produtividade e produção. Entretanto, a Revolução Verde beneficiou primordialmente, os grandes e médios agricultores que tinham recursos para adquirir os novos insumos e equipamentos.

As ideias apresentadas pela Revolução Verde resultaram numa visão reducionista da agricultura. Seus princípios, que também foram expandidos no Brasil tinham um caráter político e ideológico, como aponta Porto-Gonçalves (2004).

A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A Revolução Verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O *verde* dessa revolução reflete o medo do *perigo vermelho*, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão *Revolução Verde*, uma *técnica* própria da política, aqui por meio da retórica (Porto-Gonçalves, 2004, p. 7).

Tendo como parâmetro a Revolução Verde, a tecnologia afetou a agricultura consideravelmente, principalmente os pequenos produtores, pois suas técnicas de produção passaram a ser consideradas atrasadas e com baixo índice de produtividade, como discute Luzzi (2007). Com o aumento da dependência dos recursos externos ocorreu à simplificação do processo de produção.

Este novo padrão agrícola apresentou características importantes, a exemplo do crescimento dos processos mecânicos, do uso de insumos químicos, transformações na comercialização agrícola, aumento da produção e melhoria de transportes, uso do crédito rural subsidiado, expansão do trabalho assalariado, que resultaram na substituição das formas tradicionais de parcerias por formas remuneradas (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Luzzi (2007) destaca que a substituição das formas tradicionais ocorreu em muitos lugares devido à intensa propaganda oficial que difundia a ideologia modernizadora, a qual instigou muitos produtores a desqualificar seus

conhecimentos tradicionais e valorizar as inovações tecnológicas introduzidas pela modernização agrícola. A introdução deste pacote tecnológico no campo significou a manifestação das relações de poder por meio da tecnologia (PORTO-GONÇALVES, 2004).

O poder gerado pela tecnologia ocorreu no processo de produção e na diferença do tempo disposto no trabalho e o tempo necessário para a produção, afetando de forma direta a economia agrícola, orientada por uma visão de crescimento vertical, baseada na elevação da produtividade.

Nessa mesma direção, Graziano da Silva (1999) destaca as inovações tecnológicas agrícolas em quatro classes, sendo a primeira às inovações mecânicas, as quais afetavam a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; a segunda as inovações físico-mecânicas, estas modificavam as condições naturais do solo, fomentando a elevação da produtividade; a terceira refere-se a inovação biológica, a qual afetava a rotação do capital, reduzindo o período de produção; A quarta as inovações agrônômicas, utilizando métodos de organização da produção através da recombinação de recursos.

A utilização das tecnologias permitia que fosse interferido com muito mais intensidade no meio natural, com a finalidade de aumentar o lucro. Nessa perspectiva, inicialmente as universidades começaram a formar agrônomos e técnicos agrícolas na expectativa de promover um desenvolvimento técnico e científico, o qual seria apropriado ao fomento do uso de agroquímicos, da biotecnologia dos transgênicos e para as técnicas de plantio direto (DE MARCOS, 2007).

O aumento da produção decorre, assim, do uso exacerbado de agroquímicos, o que gerou inúmeros riscos a saúde humana e ao ambiente, além dos estímulos a concentração de terras, gerando muitas desigualdades no campo, inclusive na produtividade. Com a mecanização houve uma redução contínua da força de trabalho dos pequenos agricultores, muitos foram substituídos por máquinas, na ânsia pela aceleração da produção.

A análise desta questão demonstra o quanto a aplicação indiscriminada das tecnologias afeta diretamente o desenvolvimento social. Isso nos remete a discussão proposta por Graziano da Silva (1999), quando o mesmo afirma que a tecnologia é uma expressão de forças produtivas, sendo que estas são produto de

fenômenos sociais. Tal formulação está baseada nas discussões propostas por Marx (1859), quando aborda as relações de produção social e as forças produtivas da sociedade.

Ao discorrer sobre a Revolução Verde, Caporal (2003), destaca que embora este fosse um modelo hegemônico, não se constituía como acessível para a maioria dos agricultores, o que acabava por promover a expropriação camponesa. Graziano da Silva (1999) enfatizou o alto índice de êxodo rural, a partir da intensa modernização agrícola, promovendo o inchaço de muitas cidades brasileiras, principalmente na região sudeste. A pequena produção camponesa que existia no Brasil não tinha acesso às tecnologias oriundas do pacote tecnológico.

Para a implementação de novos sistemas tecnológicos que se preocupem com a economia camponesa brasileira, algumas condições devem ser observadas, como aponta Graziano da Silva (1999):

Quadro 01. Agricultura familiar e tecnologia

| CONDIÇÕES A ADOÇÃO – OU NÃO – DE TECNOLOGIA PELAS ECONOMIAS BRASILEIRAS | DEFINIÇÃO |
|---|---|
| Pouca disponibilidade da terra | Está limitada de imediato à adoção de técnicas que exijam uma escala de produção mínima, como, por exemplo, a mecanização. |
| Condições ecológicas diversas | A maior parte das técnicas é desenvolvida visando condições favoráveis, e muitos pequenos produtores ocupam áreas de menor fertilidade natural, com relevo e condições climáticas adversas, assim sendo, estas técnicas dificilmente poderão trazer benefícios aos pequenos produtores. |
| Policultura | A policultura é um traço característico do pequeno agricultor, entretanto as técnicas são voltadas para o monocultivo. |
| Insuficiência dos meios de produção disponíveis | As inovações tecnológicas implicam em gastos monetários altos, o que muitas vezes torna-se impossível ao agricultor, o que gera importância para as fontes externas de recursos financeiros, com o crédito subsidiado. |
| Mão-de-obra familiar | As unidades camponesas operam à base do trabalho familiar, caso seja introduzida uma monocultura haverá necessidades muito variáveis de mão-de-obra durante o ano. |

Fonte: Graziano da Silva (1999).
Elaboração: Daniela N. J. Vieira.

Este processo de adoção ou não das tecnologias é bastante conflituoso, já que, o mesmo é proposto a todos e utilizado em sua grande maioria por grandes produtores. A monocultura, como trata Romeiro (1991) está voltada ao cultivo do produto mais rentável, sem qualquer regra agrônômica de rotação de culturas, não beneficiando os pequenos produtores que apresenta como característica marcante da produção a policultura.

Como o modelo proposto pela Revolução Verde não estava vinculado às condições destacadas no Quadro 1, ocorrendo através de um regime político-institucional, a inserção do pequeno produtor ocorreu de forma desigual em concorrência a agroindústrias com mercados fortemente concentrados.

Neste contexto, percebe-se que a Revolução Verde buscou consolidar uma visão reducionista e segmentada da agricultura, de base técnica. Podendo compreender como objetivo é a busca de maior desempenho da produtividade agrícola, em detrimento às produções locais, por meio de práticas tecnológicas, baseadas na quimificação, o que provocou também impactos ambientais.

De acordo com Leff (2001) não há como resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e também poder reverter as causas que os provocam sem a ocorrência de uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados através da dinâmica de racionalidade existente, a qual é fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

É perceptível que a Revolução Verde originou transformações na base técnica da agricultura, bem como nas relações sociais do campo, por meio da industrialização agrícola. Esta se alicerçou na mecanização das práticas agrícolas, no uso de insumos químicos industriais, no melhoramento genético, na dependência do agricultor a indústria e na sua perda de autonomia.

Todavia, existem inúmeras movimentos de resistência a este modelo agrícola, o qual se baseia na exaustão dos recursos naturais, nas monoculturas e na concentração dos recursos tecnológicos. As experiências de produção agrícola que se contrapõem à praticada agricultura convencional, têm tido um reconhecimento cada vez maior e a base teórica dessas experiências é encontrada na Agroecologia, cujas concepções serão discutidas neste trabalho.

1.1.2 Insustentabilidade do agronegócio, a crise do modelo produtivista e a produção de alimentos

Sabe-se que o modelo produtivista no Brasil disseminou-se principalmente a partir da Revolução Verde, a qual contribuiu significativamente para a difusão da produção de alimentos como negócio. De acordo com Gonçalves (1996, p. 72-3), o agronegócio refere-se “a pensar a agricultura enquanto atividade geradora de

riqueza e renda acumulada pelos investidores articulados entorno de megaconglomerados financeiros”.

O agronegócio impunha o conceito de alta produção, a qual era obtida com o alto grau de mecanização empregado e o uso intenso de agroquímicos, utilizando uma mínima parcela de mão de obra. Os trabalhadores responsáveis pela produção acabam por ser mais explorados, mal remunerados e em sua grande maioria não têm respeitadas legalmente as questões trabalhistas. Face ao exposto Abramovay (2009) aponta a necessidade de impedir que a lógica do mercado determine a organização da vida dos indivíduos para atender às exigências mercantis.

O processo de padronização da agricultura, a partir do princípio do produtivismo, ocorreu por vários mecanismos indutores. Dentre esses mecanismos destacam-se as razões ideológicas, conforme afirma Dufumier e Couto (1998). Atreladas ao uso de agrotóxicos estavam ideias de pertencimento à modernidade agrícola, ficando evidenciada a propagação de um meio cada vez mais artificializado.

O meio técnico científico informacional considerado inovador por articular ciência e técnica e informação, por muitas vezes restringia-se as grandes cidades, consideradas como únicos centros de excelência da modernidade, acabou por potencializar a ótica do mercado global também no meio rural, onde o conhecimento torna-se recurso para cientificizar a paisagem. Como aponta Santos (2002), “Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo, artificial inclui, hoje, o mundo rural” Santos (2002, p.238-9).

Porto-Gonçalves (2004) salienta que a reprodução ampliada do capital na qual incorre o atual modelo agrário/agrícola se encontra aportada em dois pilares básicos: na supervalorização da ciência e das técnicas ocidentais e na ampliação das terras cultivadas, sobretudo em regiões onde as terras são baratas.

As afirmações propostas pelo autor revelam que este modelo tem se processado de forma estritamente excludente, no que tange ao acesso as tecnologias espacialmente seletivas. As grandes empresas multinacionais dominam o agronegócio, detém a produção das sementes geneticamente modificadas que serão utilizadas pelos produtores, os padrões de produção também estão sobre o

seu comando, assim como as pesquisas científicas e os preços das mercadorias, além do acesso e distribuição dos insumos químicos.

No Brasil, a utilização de agrotóxicos é uma das técnicas mais utilizadas no contexto da produção agrícola. Entretanto, de modo geral, o desconhecimento dos riscos associados a sua utilização, o consequente desrespeito às normas básicas de segurança, a livre comercialização, a grande pressão comercial por parte das empresas distribuidoras e produtoras e os problemas sociais encontrados no meio rural, constituem importantes causas que levam ao agravamento dos quadros de contaminação humana e ambiental relacionados com o uso de agrotóxicos.

Nesta lógica capitalista cria-se nos agricultores a necessidade de estar inseridos na lógica do pertencimento a modernidade. As empresas também dependem dos agricultores para constituir seu ramo industrial a montante ou a jusante². O padrão do desenvolvimento agrícola pautado no agronegócio apresentava-se excludente, agravando a desigualdade social, à medida que se volta para grandes e médias propriedades e produção de exportação. A agricultura era funcional ao processo de desenvolvimento brasileiro, gerando divisas para a industrialização, justificando os investimentos do Estado.

A biotecnologia é característica dos padrões do agronegócio. Elias (2006, p. 5) aponta que com a tecnologia acirra-se a utilização da ciência para a acumulação ampliada em vários setores econômicos (farmacêutico, químico, agroindustrial, etc), inclusive na agropecuária.

Atualmente a biotecnologia é exposta como a revolução dos alimentos geneticamente modificados. Novamente, a inserção de novas tecnologias na agricultura começa a acontecer, no Brasil e no mundo, antes mesmo que a sociedade tenha acesso ao conhecimento das possíveis consequências de sua difusão.

Tanto para o desenvolvimento das técnicas implantadas a partir da Revolução Verde, quanto para o desenvolvimento das técnicas da Biotecnologia cabe um questionamento. Pra quem serve todo esse avanço? Parece que tudo caminha

² A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira (DELGADO, 1985, p. 35).

apenas para uma direção. Isto é, a produção agrícola de países inteiros passarem a depender de um pequeno número de empresas que fornecem os insumos e controlam o processamento e o mercado de distribuição.

A propagação do agronegócio não considera as consequências ambientais em longo prazo, esta apenas simplifica os ecossistemas com vistas a maximização do lucro e da produção, é o que Gliessman (2001) define como impulso agrícola global, evidenciando um modelo agrícola insustentável.

A produção de alimentos, de acordo com este autor apresentou nos últimos 50 anos taxas de crescimento da produção de alimentos que excede as taxas de crescimento populacional. Degradam-se os recursos naturais ligados à produção, cria-se a dependência do uso de insumos químicos, sendo que em longo prazo, inviabiliza-se a produção por deterioras as condições necessárias para isso.

Nesse sentido, concordamos com Gonçalves (1996), que afirma que:

Dessa forma, pensando na pluridimensionalidade do que é o Agronegócio e seus impactos, em longo prazo, há a necessidade de reestruturação nas práticas agrícolas para garantir a produção de alimentos, com a emergência de sistemas produtivos menos dependentes de insumos externos e que se baseiam em tecnologias que incorporem o legado dos conhecimentos tradicionais desenvolvidos pelas comunidades camponesas, mudança de perspectiva que poderá dinamizar a produção de alimentos principalmente em regiões onde o problema da fome é mais grave, como são os casos da América Latina, da África e da Ásia (GONÇALVES, 1996, p. 76).

Enfim, diante das graves consequências ecológicas ocasionadas pela modernização da agricultura faz-se necessário reconsiderar antigas técnicas de cultivo. Para além das consequências ambientais, Canuto (2004) destaca as consequências sociais, as quais são a concentração de renda, crise por empregos, pobreza, migração e exclusão social.

Embora a substituição do atual modelo, por um modelo de agricultura sustentável que preserve os recursos naturais e a capacidade produtiva dos sistemas agrícolas, pareça para muitos algo ainda distante, esta vem sendo constituída por um movimento de contraposição ao sistema agrícola atual, refletindo um desenvolvimento autossustentável.

Discorrer sobre fomentos ao desenvolvimento não se configura como uma tarefa fácil, afinal este, *a priori*, foi pensado como uma equidade para todos os países, o que de fato é inviável se analisarmos as discrepâncias econômicas características do modelo capitalista, onde países ricos com base na produção tradicional não se preocupam em disseminar atitudes concretas de fomento ao equilíbrio social e ambiental.

Desta forma faz-se necessário a existência de novas propostas que estimulem processos de descentralização desta visão economicista, pois como afirma Ultramari e Duarte (2009, p. 20),

Assim, no desencanto da fórmula mais conhecida de desenvolvimento (sobretudo econômico), surgem propostas alternativas; isso também exigiu novos indicadores para medi-lo. Dentre as formas alternativas, tem-se o chamado desenvolvimento local, o qual, a despeito de realidades nacionais menos otimistas, aceita a ideia de haver áreas isoladas de sucesso em meio a regiões ou países extremamente pobres (ULTRAMARI E DUARTE, 2009, p. 20).

Ao instigar o desenvolvimento local em regiões distintas, ocorre a transferência de responsabilidades, antes centrada nas instâncias governamentais para a sociedade civil, dando a esta possibilidades de se articular buscando atender interesses não só econômicos, mas também sociais.

Uma das discussões bastante difundida atualmente está voltada para o desenvolvimento autossustentável. Tal desenvolvimento está vinculado, de acordo com De Marcos (2007), a satisfação das necessidades básicas de comunidades, a autodeterminação das comunidades, as práticas de respeito e valorização do ambiente e a necessidade de valorização dos saberes locais.

E é no interior desse grande movimento e pela contestação que subsistem e buscam se afirmar os agentes sociais e as ações coletivas presentes nos movimentos sociais, os quais ao longo dos anos tiveram papel importante na luta pela terra e melhores condições de trabalho e vida no campo.

1.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA TERRA

O processo de modernização promoveu a ideia de uma agricultura governada pelo princípio do retorno sobre o capital. No Brasil a questão agrária e agrícola³ apresentaram situações distintas.

Tabela 01 - Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

| Agricultura familiar | Total de estabelecimentos | Área total (ha) | Utilização das terras nos estabelecimentos | | | |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------|--|------------|------------------|------------|
| | | | Lavouras | | | |
| | | | Permanentes | | Temporárias | |
| | | | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| Total | 5 175 636 | 333 680 037 | 1 480 251 | 11 679 152 | 3 127 358 | 44 609 043 |
| Agricultura familiar - Lei nº 11.326 | 4 366 267 | 80 102 694 | 1 233 645 | 4 291 534 | 2 719 631 | 12 016 716 |
| Não familiar | 809 369 | 253 577 343 | 246 606 | 7 387 618 | 407 727 | 32 592 327 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: Daniela N. J. Vieira.

A questão agrícola demonstrou nos últimos anos um aumento significativo na produção, destacando-se mundialmente, ocupando de acordo com a FAO em 2010 o Brasil ocupava o oitavo lugar na economia mundial. No que diz respeito à questão agrária, o fator determinante faz referência ao elevado índice de concentração da terra, o qual é perceptível na tabela 1. A concentração e distribuição da propriedade da terra concentram-se nos grandes proprietários e empresas multinacionais.

A concentração de terra no Brasil não é recente. Desde o processo de colonização do território tal fato vem sendo consolidado, promovendo a demanda da reforma agrária no âmbito nacional. Neste contexto, a Igreja católica através da Comissão Pastoral da Terra (CTP)⁴ e os movimentos sociais tiveram papel decisivo

³ Adota-se como conceito de questão agrária e agrícola a discussão proposta por Germani e Lage(2004) “ Por cuestión agrícola se entiende la producción y productividad propiamente dicha, como se produce y cuánto y para donde v ala producción y su precio. Por cuestión agraria entendemos lá estrutura de la tenência de la tierra y las relaciones que se establecen, las condiciones em que los productos agrícolas son producidos (Germani e Lage, 2004).

⁴ Com sua legitimidade e sua vinculação institucional, fornecia uma legitimação teológica para as demandas emergentes e para as ações de resistência, formava quadros políticos, através da ação das pastorais e viabilizava espaços e infra-estrutura para encontros e gestação de organizações, num período em que o próprio ato de reunir era posto sob suspeita pelo regime militar. Através de um trabalho molecular nas comunidades de agricultores a Igreja foi um dos principais responsáveis pelo

na luta pelas demandas por terra a partir de 1970. Anteriormente o sindicalismo destacava-se, o qual resultou na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).⁵

No período da ditadura militar, os movimentos sociais foram extremamente perseguidos, na ânsia por esfacelar as mediações sociais e políticas. Martins (1981) discute que esta ação visava impedir que a questão agrária pudesse se tornar um problema político que viesse a ameaçar o poder das classes dominantes. Neste momento histórico, a CPT atuava mantendo presente as discussões acerca do avanço das fronteiras agrícolas, cobrando respostas das ações do Estado, o que resultou na perseguição e morte de muitos líderes religiosos.

Os movimentos sociais tem se destacado na construção da Agroecologia como proposta de desenvolvimento no meio rural, alertando para os impactos decorrentes do atual modelo agrícola. Esta ação contribui para a difusão de iniciativas de caráter agroecológico, tais como, ações do Estado no desenvolvimento de pesquisa e extensão de caráter agroecológico. Compreender a importância da Agroecologia e como esta vem se consolidando como possibilidade de desenvolvimento no meio rural, é o que discutiremos no capítulo posterior.

aparecimento de "oposições sindicais", portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo. Inicialmente dispersas, as "oposições" articularam-se a novas redes, constituindo laços com o "novo sindicalismo" urbano e com os temas centrais das lutas políticas nacionais (liberdade e autonomia sindical, redemocratização, eleições diretas, etc.) (PICOLOTTO, 2006).

⁵ A regulamentação do sindicalismo rural e do Estado e a consequente criação de entidades organizativas pré-existentes em sindicatos culminaram, em 1963, na constituição da CONTAG, que unificava a enorme diversidade de segmentos do campo e centralizava as organizações sindicais até então existentes. Este período foi marcado por um processo intenso e efervescente de organização e luta dos trabalhadores no meio rural brasileiro. São frutos deste momento histórico as Ligas Camponesas, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) (Zamberlam e Froncheti, 2012).

2 AGROECOLOGIA COMO POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL

2.1 As bases da agroecologia

A questão agroecológica desponta imersa nas inquietações oriundas de reflexões sobre a sustentação do modelo agrícola produtivista. O modelo vigente artificializa as relações de produção agrícola, enquanto a proposta agroecológica não apenas propõe novos rumos da agricultura, através do diálogo homem-natureza, mais também com as demais coisas que perpassam esta relação.

Balestro e Sauer (2013) destacam o papel decisivo do Estado na implantação da modernização conservadora, isto ocorreu com a implantação da oferta de assistência técnica, extensão rural, instalação, destinação de recursos e promoção de pesquisa e ensino.

Ao serem assinalados diferentes caminhos para uma nova agricultura, faz-se indispensável compreender as concepções deste paradigma, que vem sendo tratado como agroecológico. Concorde-se com Almeida (1999) quando destaca:

A proposição agroecológica, além dos desafios tecnológicos colocados à sua frente, deve ser capaz de promover a autonomia política dos agricultores livrando-os da dependência do Estado, da "guetificação" sociocultural e do simples enquadramento às regras do mercado. Taticamente o momento é de trabalhar a transição para uma agricultura diferente, mais sustentável do ponto de vista ambiental e social (ALMEIDA, 1999, p. 8-9).

Conforme a reflexão deste autor, sobre as bases epistemológicas da Agroecologia, percebe-se que estamos tratando de um campo do conhecimento bastante complexo, sobretudo em vista de sua abordagem sistêmica. O empenho pela interação dos saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, no intuito de promover novas estratégias para o desenvolvimento rural é um dos elementos de base da Agroecologia.

No entanto, é um grande desafio promover mudanças neste sentido, em uma sociedade que pautada no pensamento científico cartesiano, foi acostumada a entender os fenômenos separadamente. Os princípios da Agroecologia, diferente do pensamento dominante da agricultura convencional para contestar e, em muitos casos, comprovar que existem alternativas para a produção agrícola e que estas podem ser viáveis no âmbito econômico, ambiental e social.

As alternativas existem porque, historicamente, não há uma ruptura entre os modelos de produção agrícola. Isto é, um modelo não acaba para surgir outro, muito menos a materialização do novo faz com que os outros sejam abandonados por todos. Pensar nesta questão, nos leva a refletir sobre a homogeneização provocada no setor agrícola a partir do pacote técnico disseminado com a Revolução Verde.

De certo, esta homogeneização não atingiu todos os espaços agrícolas em nível mundial e nem mesmo no contexto dos países onde foram implantadas as inovações. Sempre existem os lugares que ficam de fora do processo por inúmeras circunstâncias, como econômicas, culturais, dentre outras.

Na visão de Shiva (2008, p.24) “[...] a experiência histórica de culturas não ocidentais sugere que os sistemas ocidentais de saberes é que são cegos a alternativas [...]”. A Agroecologia procura, nesse sentido, afastar-se deste aspecto, uma vez que faz parte dos seus princípios à incorporação do saber popular como conhecimento científico.

Percebe-se a Agroecologia como um campo de estudos que ultrapassa os aspectos técnicos e científicos. Conforme aponta Caporal (2008):

A Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégias com mais capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural mais humanizados (CAPORAL, 2008, p.26).

É importante ressaltar que este campo científico não oferece teorias sobre desenvolvimento rural. Para Caporal (2008), esta é uma ciência que busca nas experiências e nos conhecimentos já acumulados, ou mesmo através da aprendizagem e ações participativas, métodos de estudos e de intervenção que mantenha coerência com suas bases epistemológicas, para assim contribuir na promoção das mudanças sociais necessárias que possam gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis.

Segundo Altieri (2002) a Agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico, que, de forma multidisciplinar, estuda os processos que envolvem a produção agrícola sob a perspectiva ecológica. Assis e Romeiro (2002) acrescentam, enfatizando que a Agroecologia resgata, sob novas bases científicas,

tecnológicas, econômicas, sociais e políticas, a lógica das sociedades camponesas tradicionais, e seus conhecimentos, como forma de vencer os desafios para estabelecer uma outra maneira de produzir.

Para Gomes e Borba (1999), a Agroecologia é tão antiga quanto à agricultura. Estes autores destacam que as agriculturas tradicionais ou indígenas, quando analisadas, revelam sistemas agrícolas complexos que incorporam o uso de recursos renováveis localmente disponíveis, tendo como base os conhecimentos gerados durante muitos ciclos produtivos e que vão sendo transmitidos pelas gerações.

Diante do exposto, pensa-se que a Agroecologia não é apenas incompatível com as técnicas utilizadas na agricultura convencional. As mudanças propostas neste campo científico perpassam também por outros aspectos, pois, ao longo da história da humanidade, a agricultura influenciou e também é influenciada por mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais.

De acordo com Khatounian (2001), enquanto o modelo, baseado na intensa utilização de insumos químicos, alcançava todas as regiões do planeta, surgiam reações que buscavam o desenvolvimento de modos de produção com menor impacto ambiental, e neste contexto, se insere a Agroecologia.

É uma nova maneira de refletir sobre a produção agrícola, permitindo não apenas uma produção estável, mais também a preservação da cultura local, respeitando as práticas tradicionais de manejo, nesta perspectiva ocorre à restituição da esfera social ao âmbito rural. De Marcos (2007) procura reafirmar tais questões ao ressaltar que a agroecologia é uma nova abordagem da agricultura, a qual integra aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, articulando a crítica a agricultura convencional e orientando o manejo dos agroecossistemas.

A autora destaca como é importante refletir sobre a agricultura, para além da produção, afinal, a agricultura é um das formas mais antigas de intervenção do homem na natureza.

Agroecologia, não se restringe ao manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, perpassa ainda por um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, caracterizando-se como um campo de estudo que busca integrar e articular conhecimentos e saberes relativos a diferentes disciplinas (CAPORAL, COSTABEBER E SAULUS, 2011).

O debate sobre a insustentabilidade do modelo agrícola gerou inúmeros alertas a partir de 1960⁶, conforme destaca Zamberlam e Froncheti (2012). Frente a estes acontecimentos é compreensível a necessidade de reflexão sobre as consequências da ação humana na natureza, dentre estas ações é válido ressaltar a agricultura, que segundo Altieri e Nicholls (2000, p. 24-27), deve ser realizada com base nos critérios de sustentabilidade, equidade, estabilidade e produtividade.

De Marcos (2007) sintetiza estes critérios. 1 – **Sustentabilidade**: capacidade de um agroecossistema de manter a produção através do tempo, diante de repetidas restrições ecológicas e pressões socioeconômicas; 2 – **Equidade**: grau de uniformidade com que são distribuídos os produtos do agroecossistema entre os produtores e consumidores locais; 3 – **Estabilidade**: constância de produção sob um grupo de condições ambientais, econômicas e de manejo; 4 – **Produtividade**: quantidade de produção por unidade de superfície, trabalho e insumos utilizados.

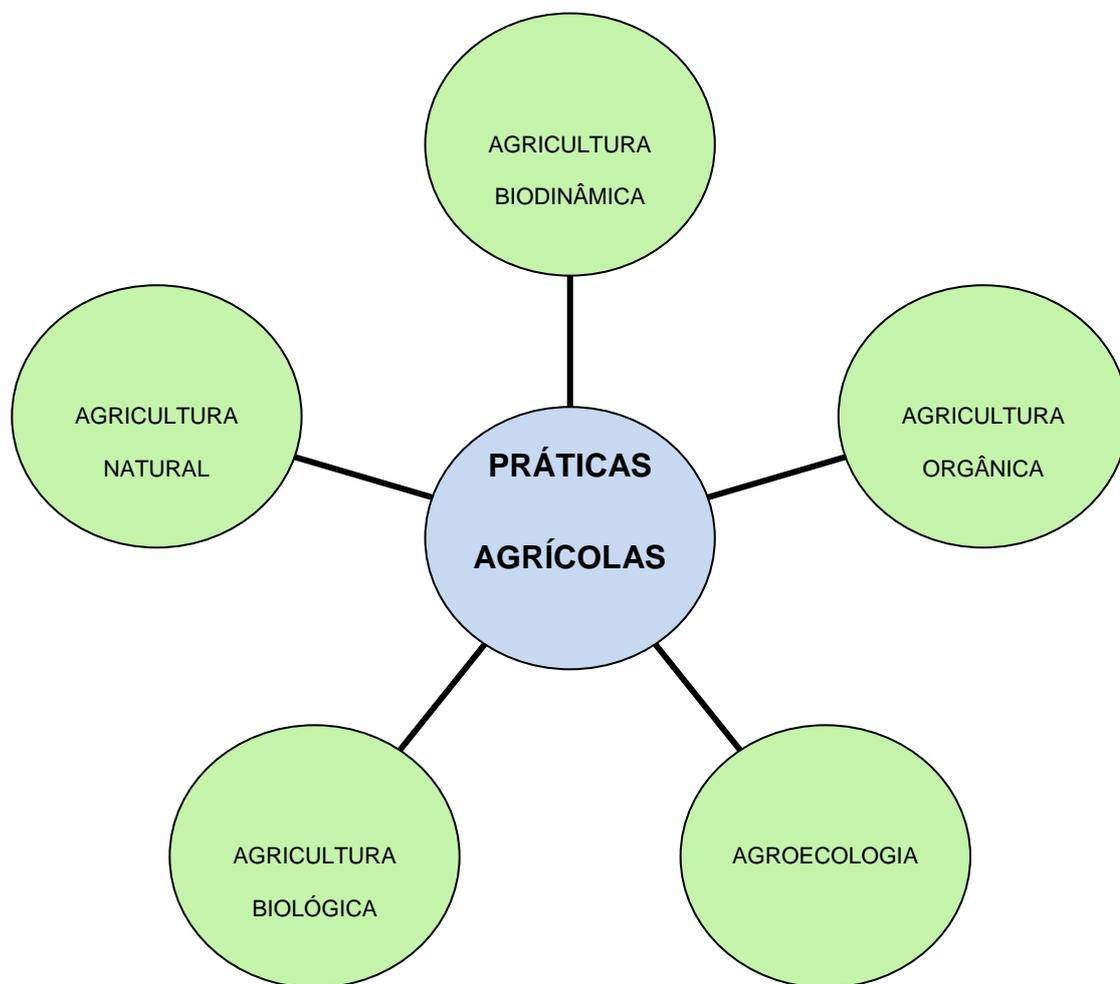
Precisamos considerar que as formas como estes critérios podem ser aplicados variam de acordo com a prática agrícola de cada realidade específica, o que é importante ressaltar é a busca por um equilíbrio nas práticas agrícolas.

O qual nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial vem sendo questionado por movimentos que aconteceram na Europa, Estados Unidos e Japão, os quais resgatavam formas alternativas de produção (ZAMBERLAM E FRONCHETI, 2012).

⁶ Zamberlam e Froncheti (2012) destacam eventos e alertas de advertências à insustentabilidade do modelo convencional, os quais foram elencados por Caporal (1998) e Guzmán (2009).

Dentre estas formas alternativas destacamos alguns exemplos de práticas agrícolas, no quadro a seguir:

Figura 01 – Práticas agrícolas



Fonte: De Marcos (2007).

Elaboração: Daniela N. de J. Vieira.

Na **Agricultura Biodinâmica** a propriedade é entendida como organismo, a mesma foi pesquisada e sistematizada em 1924, pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner. É ligada a antroposofia, priorizando práticas de interação entre vegetais e animais, em relação às demais alternativas, esta se diferencia pelo uso de preparados biodinâmicos (líquidos preparados a partir de substâncias minerais, vegetais e animais), dos quais se espera que reativem forças vitais da natureza. Esta baseia a produção no calendário astronômico Maria Thun, bem como nas

indicações astronômicas dadas por Steiner, observando constantemente a posição da lua e dos planetas.

É importante ressaltar que as práticas agrícolas biodinâmicas possuem seu próprio sistema de certificação, fiscalização e credenciamento de agricultores. Todavia, as unidades de produção biodinâmicas legalmente são consideradas como produção orgânica. Ou seja, uma unidade de produção biodinâmica também é orgânica, porém o contrário não é verdadeiro (DAROLT, 2010, p.).

A **Agricultura Natural** baseia-se no respeito às leis da natureza, restringindo ao máximo a intervenção do homem sobre o ecossistema. Foi criada pelo filósofo japonês Mokiti Okada, na década de 1930, e amplamente difundida por Fukuoka. A Agricultura Natural cultiva, alternadamente, gramíneas e leguminosas e usa palhas como cobertura do solo, conforme apontam Zamberlam e Froncheti (2012).

De Marcos (2007), destaca que esta alternativa ficou conhecida como agricultura do “não fazer”, baseada em cinco princípios. **Nenhum tipo de trabalho** – não deve haver ação do homem no solo, este preparo ocorre através da própria natureza, pela penetração das raízes de plantas e ação de animais. **Nenhum adubo químico** – a fertilização ocorre naturalmente, de acordo com os ciclos de vida vegetal e animal. **Nenhuma deserbagem** – as ervas consideradas por alguns indivíduos como “daninhas”, tem papel importante na fertilidade natural, bem como convém ao equilíbrio da comunidade biológica. **Nenhuma dependência de produtos químicos** – insetos nocivos e patogênicos são controlados naturalmente, estes sempre ocorrem em qualquer prática agrícola e na agricultura natural são respeitados como parte do processo de produção. **Nenhuma podagem** – o respeito à forma natural é imprescindível, possibilita o máximo crescimento, maior exposição à luz solar, melhor distribuição de nutrientes e por consequência, maior rendimento.

A **Agricultura Biológica** inicialmente baseava-se em aspectos socioeconômicos (comercialização direta) e políticos (autonomia do produtor), a mesma visa à proteção ambiental, qualidade biológica do alimento e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. A saúde dos solos estava ligada a saúde da planta, um solo bem preparado gerando uma planta bem nutrida, a qual fornece ao homem um alimento de maior valor biológico.

O início da **Agricultura Orgânica** ocorreu com os trabalhos do agrônomo inglês Albert Howard, este afirmava que a sustentabilidade da agricultura está

vinculada a saúde do solo, destacava ainda o papel fundamental da matéria orgânica, tendo em vista que esta alternativa ancora suas práticas em adubações realizadas com esterco de animais e sobras de culturas, não utilizando insumos químicos. Nos últimos anos a produção orgânica tem sido alvo de inúmeros debates, incorporando aspectos da Agricultura Biodinâmica e Natural.

Já a **Agroecologia** foi difundida a partir da década de 1980, com vistas ao entendimento mais denso da natureza dos agroecossistemas como dos princípios nos quais eles se estruturam. Por vezes confundida com a Agricultura Orgânica esta ultrapassa a lógica da produção, como destaca Molina (2013),

Pero la solución no está tampoco em la difusión de una agricultura orgánica o ecológica que signifique una mera sustitución de insumos químicos por biológicos – que tampoco serían accesibles para los países pobres-, sino em la promoción de un nuevo enfoque de la actividad agraria, concibiéndola desde su integralidade (MOLINA, 2013, p. 42-3).

A construção de um conceito agroecológico requer que a agricultura possa ser concebida em três níveis, sendo estes, cultural, social e econômico. O nível cultural diz respeito às formas tradicionais de cultivo, aos saberes locais de cada pequeno produtor, sem a necessidade de utilizar apenas as formas convencionais de produção. Nesta perspectiva precisamos considerar que a agricultura deve ser socialmente justa, de modo a estimular o produtor a fortalecer articulações no meio rural influenciando políticas agrárias e possíveis formulações neste sentido os agricultores conseguem valorizar um modo de produção que o capital buscou extinguir, por fim, deve ser economicamente viável, não apenas para o consumo da própria família, como poder escoar o excedente da produção.

Precisamos considerar que as práticas agroecológicas podem vir a promover um rompimento da sujeição da renda da terra ao capital, ou seja, a produção não está limitada a renda, mas a questões sociais e ambientais. A Agroecologia compreende uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao meio ambiente, assim como os problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ambiental do sistema de produção (ALTIERI, 2002, p. 26).

A resistência a Agroecologia pelo modelo convencional é explícita romper com este paradigma faz-se necessário. No Brasil inúmeras são as discussões sobre esta

nova articulação, principalmente no sul do país, regiões como o Nordeste necessitam dialogar sobre tais questões, resistir aos aspectos simbólicos-culturais deste modelo é o desafio.

2.2 Histórico da agroecologia no Brasil

Na década de 1970 as evidências dos efeitos negativos oriundos do pacote tecnológico disseminado na agricultura tornaram-se evidente, fortalecendo uma trajetória de reflexões sobre práticas alternativas.

Intensificaram-se as reflexões sobre a produção de alimentos, não como mercadoria, mas com o viés ambiental, de respeito à convivência com a natureza e seus limites. A produção de alimentos foi tema do debate de inúmeros encontros, muitas vezes materializados pelos movimentos sociais no campo, culminando no fim da década de 1980, na introdução da Agroecologia no Brasil.

Luzzi (2007) aponta que a introdução do termo Agroecologia no país é fruto de contatos estabelecidos pelo Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) e pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), com representantes de experiências de Agricultura Alternativa na América Latina. A união do PTA e da FASE tinha por objetivo formar uma equipe multidisciplinar de assessoria técnica para auxiliar pequenos agricultores, em sua grande maioria oriundos de assentamentos rurais, dando início à articulação com entidades do exterior, o que resultou em um trabalho de articulação nacional. Dessa ligação foi criado em 1989 o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES), com vistas a difundir os princípios agroecológicos.

Passou-se a propagar inúmeros conceitos sobre o que era Agroecologia no país, tornou-se um conceito com inúmeras interpretações, desde um processo transitório de uma agricultura convencional para orgânica a uma disciplina de estudos de agroecossistemas. Um marco na discussão da Agroecologia foi a tradução e publicação do livro de Miguel Altieri, *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*.

Miguel Altieri foi um dos principais expoentes da agroecologia nos anos 80 e foi ele quem popularizou o uso do termo agroecologia como um novo marco conceitual científico e de desenvolvimento apresentando contribuição decisiva para sua evolução conceitual. A

partir de sua obra, diversas instituições em todo o mundo passaram a incorporar esta temática em suas agendas. Miguel Altieri estudou os sistemas tradicionais de cultivo, principalmente os sistemas indígenas e camponês, e propôs o desenvolvimento de técnicas conciliando a atividade agrícola com a manutenção das características naturais e ecológicas do ambiente, levando em consideração também os componentes sociais e econômicos (LUZZI, 2007, p. 75).

Os trabalhos de Altieri disseminaram o termo Agroecologia, atribuindo ao mesmo um marco conceitual científico, também foi utilizado com base para muitas organizações, como a rede PTA. Inúmeros teóricos também contribuíram para a propagação da Agroecologia no Brasil, tais como Gliessman (2001), Eduardo Sevilla Guzmán (2001), Caporal e Costabeber (2002), Petersen e Almeida (2004), dentre outros.

Em 1990, foi criada uma rede, Assessoria e Serviços a Projetos Alternativos (AS-PTA), com vistas a desenvolver metodologias que pudessem garantir a participação dos agricultores. Esta rede tinha como principais objetivos, conter o esvaziamento do campo e a concentração fundiária, além de implantar um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na agroecologia. A participação do agricultor tornou-se referência para a AS-PTA e os diagnósticos participativos passaram a ser incorporados a metodologia da rede, em parceria com organizações rurais locais.

A década de 1990 foi marcada por muitos eventos para discutir questões ambientais. No Brasil destacaram-se a criação de duas organizações, em 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e em 2004, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). A ANA foi criada posteriormente ao primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, em agosto de 2002, possibilitando a visibilidade de novas experiências.

A atuação da ANA está ancorada em dois objetivos principais: primeiro, favorecer a ampliação e a intensificação dos fluxos de informação e intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de inovação agroecológica e de desenvolvimento local, integrando o esforço coletivo dos movimentos sociais e das redes locais e regionais. Segundo, fortalecer a capacidade do movimento agroecológico para sistematizar e refletir suas próprias experiências, de forma a extrair e socializar seus ensinamentos, bem como construir propostas de políticas públicas fomentadoras da expansão social e geográfica da agroecologia.

A ABA foi criada através da interlocução de três eventos em 2004, sendo estes o II Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário Internacional sobre Agroecologia; e VI Seminário Estadual sobre Agroecologia, que aconteceram em Porto Alegre (RS). A ABA articula profissionais e estudantes de diferentes áreas do conhecimento. A ABA-Agroecologia vem realizando e apoiando ações dedicadas à construção do conhecimento agroecológico, organizando eventos de socialização de informações para instigar a participação de profissionais que se dedicam a esta abordagem e manter publicações para a divulgação científica e técnica.

A ABA-Agroecologia participa de espaços de debate público como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (Condraf); a Comissão Nacional de Sistemas Orgânicos de Produção; a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); a Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), a qual elaborou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), e também mantém uma parceria com a Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA).

A ABA-Agroecologia criou em 2006 a Revista Brasileira de Agroecologia, com vistas a divulgar trabalhos acadêmicos em agroecologia, sendo uma revista eletrônica, ela ainda promove a cada dois anos o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA-Agroecologia), além de criar o Agroecologia em Rede, um sistema de informações destinado a socializar ensinamentos de experiências, pesquisas em Agroecologia e profissionais envolvidos, no Brasil e na América Latina. Estas articulações promovem o avanço na discussão do debate agroecológico, contribuindo para a produção de conhecimento.

2.3 Transição agroecológica: um caminho possível?

A produção agrícola no campo brasileiro ocorre em sua grande maioria de forma desigual, o avanço da lógica capitalista no campo suscita uma reflexão sobre a criação de novos caminhos que viabilizem a liberdade e o direito de permanência no campo ao pequeno produtor. É nesse quadro que se insere a transição agroecológica. Mas afinal, este pode ser um caminho possível? Tal questionamento

desperta a necessidade de uma reflexão sobre a transição agroecológica e suas implicações.

Com a expansão do agronegócio, foi amplamente divulgada a ideia da importância de se tornar um produtor moderno, através da industrialização do campo. Os efeitos das tecnologias foram perceptíveis, desigualdades na produtividade, substituição de mão de obra por máquinas, aumento abusivo do uso de insumos químicos, aumento na produção, redução da qualidade de vida no campo, concentração fundiária, uso da biotecnologia dos transgênicos, propagação do monocultivo, além de riscos a saúde humana e ao ambiente.

Em meio a esta crise se insere o debate da transição agroecológica, concebida como um conceito que atua simultaneamente como uma referência de análise, capaz de gerar questões e hipóteses de pesquisa, e como uma ferramenta na tomada de decisões em processos concretos de intervenção Schmitt (2013).

O caminho proposto pela transição refere-se à mudança do modelo de desenvolvimento rural proposto pela agricultura convencional, para o desenvolvimento rural com base em agriculturas sustentáveis, de forma a atribuir uma função social ao campo. Neste sentido, a produção não utilizaria insumos químicos, seria orgânica, sendo importante salientar que embora a agricultura orgânica esteja vinculada a agroecologia, não a restringe a apenas tal questão.

A certificação dos produtos orgânicos é uma forma de garantir que a produção está realmente submetida aos critérios estabelecidos pelas normas que regulamentam esse tipo de produção. No Brasil, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da Instrução Normativa (IN) 007, de 17 de maio de 1999 estabeleceu as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição e de certificação de qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal.

De acordo com a IN 007, os produtos de origem vegetal ou animal, processados ou *in natura*, para serem reconhecidos como orgânicos devem ser certificados por pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede no território nacional. A denominação “produto orgânico” deve ser mencionada no rótulo e também deve constar um “selo de qualidade” da entidade certificadora credenciada (BRASIL, 1999).

A partir de 2007, a legislação brasileira (BRASIL, 2007) estabeleceu novos critérios para todo o sistema de produção, desde a propriedade rural até o momento da comercialização. Essas normas estão expressas no Decreto nº 6323 de 27 de dezembro de 2007. Neste decreto, estão explícitas, dentre outras questões, as diretrizes regulamentadoras da produção de orgânicos.

Sendo que, duas delas chamam atenção: a contribuição da produção orgânica ao desenvolvimento local e o desenvolvimento de sistemas de recursos renováveis e organizados localmente. Fica claro que estas diretrizes estão pautadas nas atuais discussões sobre desenvolvimento sustentável, bem como, a perspectiva do desenvolvimento endógeno.

Outra questão tratada neste documento é a legalização para a produção paralela, ou seja, na mesma propriedade podem ser produzidos produtos orgânicos e não orgânicos desde que haja uma separação do processo produtivo. Isso implica dizer que, não há necessidade de abandonar os métodos de produção convencionais (agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros), mas não poderá haver um contato com materiais e substâncias cujo uso não seja autorizado para a agricultura orgânica.

Sabe-se que o abandono total dos métodos agroquímicos convencionais na produção agrícola é algo extremamente difícil e que depende de vários aspectos, que vão desde a conscientização do produtor até a viabilização de créditos para tal.

Este decreto também autoriza os agricultores familiares a realizar a venda direta ao consumidor, sem a necessidade de certificação, desde que tenham cadastro junto ao órgão fiscalizador. Para isso, devem estar vinculados a uma organização cadastrada no Ministério da Agricultura, ou em outro órgão fiscalizador, federal, estadual, ou distrital conveniado ao Ministério da Agricultura. Esta flexibilização representa uma adequação a realidade brasileira. Sabe-se que boa parte da produção orgânica acontece no contexto da agricultura familiar e estes produtores enfrentam uma série de dificuldades, sobretudo no aspecto financeiro, que impossibilitam a certificação.

Além deste questionamento acerca da forma de produção pode-se ainda destacar que para que ocorra a transição agroecológica de forma efetiva deve ponderar o processo histórico sociocultural, sua organização social e territorial, o que depende das relações homem/natureza, seus valores e simbologias

(CAMARGO, 2007). A transição implica em algo muito mais complexo que a agricultura orgânica, como a inclusão de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, bem como o confronto dos saberes tradicionais do agricultor, proporcionando a este um empoderamento de decisões.

A compreensão da transição agroecológica apresenta características distintas que são analisadas por Schmitt (2013), com a participação do produtor, sendo que, sua experiência é um elemento de análise importante no processo de mudança socioambiental, de modo a evitar uma visão tecnicista da transição, na medida em que esta seria concebida como uma conversão de sistemas.

O diferencial está em articular a construção do conhecimento agroecológico, unindo o saber científico ao saber tradicional, popular, oriundo de cada realidade específica, logo não há um modelo de transição definitivo, mas uma dinâmica de convergência de saberes, saberes locais relacionando-se a dimensões globais, propondo distintos planos de interpretação. Caporal (2013) define na Agroecologia o conceito de transição agroecológica,

[...] entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção e de outros sistemas degradantes do meio ambiente (que podem ser mais ou menos intensivos no uso de insumos industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, mas sem ter um momento final determinado. (...) a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL, 2013, p. 288).

Pode-se perceber na análise do autor que o enfoque agroecológico é bastante complexo, tanto a nível metodológico como organizacional, por seu modo pluralista, que não é finito, nem absoluto. Articula saberes de diversos campos científicos, ao saber do agricultor, com um enfoque holístico, baseado em um conhecimento construído de forma dialética.

Gliessman (2001) elenca quatro níveis que permeiam o processo de transição agroecológica. O primeiro seria a orientação dos valores, o qual reflete na

organização social dos agricultores e na forma como estes utilizam a ética nas decisões de produção e consumo. O segundo diz respeito ao incremento das práticas tradicionais, para que se reduza o uso de insumos químicos, nocivos ao ambiente. O terceiro seria a substituição total dos insumos químicos por práticas alternativas, assim a produção atenderia ao ponto de vista ecológico. O quarto nível seria a fase de redesenho dos agroecossistemas, baseado em um novo conjunto de processos ecológicos, diversificando as culturas, característica fundamental da Agroecologia.

Na discussão sobre a viabilidade da transição agroecológica, Caporal (2013) destaca a necessidade de mudanças em políticas, enfoques econômicos e socioculturais que fomentam os processos de desenvolvimento. O autor destaca o estudo Avaliação do papel do conhecimento, da ciência e da tecnologia no desenvolvimento agrícola (IAASTD, 2008), do qual o Brasil é signatário, que apresenta como uma de suas conclusões esta afirmativa: O aumento e fortalecimento dos CCTA (Conhecimento, Ciência e Tecnologia Agrícola) orientados pelas ciências agroecológicas, contribuirão para resolver questões ambientais, ao mesmo tempo em que se manterão e aumentarão a produtividade (IAASTD, 2008).

O referido autor ainda propõe como alternativa para a criação de um Plano Nacional de Transição Agroecológica, por meio de um processo descentralizado e democrático de construção, com todas as esferas dos interessados (ou seus respectivos representantes). O plano é fruto de discussões tecidas no IX Seminário Internacional de Agroecologia, realizado em 2008, em Porto Alegre.

O Plano poderia se alicerçar em componentes básicos, como apoio às organizações de agricultores ecologistas, ONGs ecologistas, serviços de extensão rural agroecológica, apoio ao desenvolvimento de tecnologias com base na Agroecologia, a Agroecologia como tema transversal desde o ensino médio a pós-graduação, mudanças nas políticas públicas, de modo a atender os princípios agroecológicos, respeitar e incorporar questões relativas a gênero, raças e etnias.

Na elaboração do Plano ainda poderiam ser considerados a reforma agrária integral, dando visibilidade a agricultura familiar e suas organizações, aprofundando a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), na tentativa de eliminar a concentração fundiária, com base na transição agroecológica. Incentivo aos filhos dos produtores, com acesso a terras e políticas agrícolas. Focalizar a

segurança e soberania alimentar, o que implicaria em pensar prioritariamente no abastecimento interno antes de commodities para exportação. Acesso à educação, saúde e outros serviços às comunidades e municípios rurais.

Fortalecimento de mercados locais e incentivos à transição agroecológica, que começariam com mudanças no crédito rural, além de suporte científico com investimento de pesquisas de base ecológica. Sustentabilidade no processo de transição, com perspectiva de futuro, ocorrendo o acesso a recursos financeiros e técnicos de apoio aos pequenos produtores, com o estabelecimento de programas de fomento a processos de reciclagem e uso de recursos renováveis, apoio a instituições de pesquisas e universidades, realizar um Zoneamento Agroecológico, desestimulando práticas erradas em alguns agroecossistemas e por fim como os órgãos governamentais utilizaram a mídia para difundir o sentimento de pertença à modernidade através do consumo de produtos atrelados ao pacote tecnológico, dever-se-ia elaborar um programa de estímulo ao consumo de alimentos saudáveis, divulgando os riscos e efeitos dos alimentos contaminados por insumos químicos.

É evidente que tais proposições não se configuram como tarefa simples, tão pouco podem ser concebidas como utópicas, promover uma consciência agroecológica é fundamental mediante o modelo hegemônico pós Segunda Guerra Mundial. Percebe-se que o Plano proposto pelo autor apresenta uma provocação acerca da transição agroecológica de modo a contribuir para uma reflexão sobre a sustentabilidade do ambiente e do homem enquanto ser social que possui uma relação de interdependência com a Natureza.

3 EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO RECÔNCAVO SUL BAIANO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

Neste capítulo tecemos algumas reflexões acerca da transição agroecológica na região Econômica do Recôncavo Sul da Bahia, entendendo que este é um processo complexo, à medida que a incorporação dos princípios ecológicos não ocorre de forma linear, mas como uma construção social diária, de forma a repensar o uso do meio rural e suas consequências futuras.

A possibilidade de compreender o processo de transição agroecológico através de experiência concretas são fundamentais para compreender a realidade do meio rural para além da produção agrícola convencional, a medida que estas permitem a valorização dos saberes agrários locais, a cooperação em detrimento a competição, a possibilidade de manutenção dos pequenos produtores na terra, bem como de sua descendência, a autonomia do produtor e o despertar para as questões ambientais.

3.1 A produção do espaço agrário no Recôncavo Baiano

O presente trabalho analisa a importância da Agroecologia na região econômica do Recôncavo Sul Baiano, com base na experiência de produtores rurais. Afinal, como afirma Santos (1997, p. 196), “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam”. A compreensão destas potencialidades poderão propiciar ações mais eficazes por parte da sociedade civil no âmbito rural.

A região geográfica do Recôncavo Sul está localizada em torno da Baía de Todos os Santos, esta exerce grande influência econômica, cultural e social. No século XIX desempenhou o papel de abastecedor do comércio interno da Província da Bahia, principalmente com a comercialização de farinha de mandioca.

A organização agrária no século XIX concentrava-se em produção de cana-de-açúcar, principalmente nos municípios mais próximos a capital Salvador, predominando a monocultura. Nos municípios a oeste e sul da região, a produção era mais diversificada, voltada aos alimentos considerados de primeira necessidade, destacando-se a produção de farinha de mandioca e fumo.

Optou-se por utilizar a regionalização por Regiões Econômicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, pois os municípios onde se localizam as experiências apresentadas neste trabalho (Santo Antonio de Jesus, Conceição do Almeida, Elísio Medrado, Amargosa e Laje) fazem parte do Recôncavo Sul Baiano e apresentam várias características comuns em relação aos aspectos sociais e econômicos, destacando-se a produção agrícola. Estes municípios destacam-se pela predominância da agricultura familiar.

Mapa 1 – Localização geográfica do Recôncavo Sul da Bahia, área de estudo da pesquisa.



Entre as regiões brasileiras, a que apresenta maior número de estabelecimentos familiares rurais é a região Nordeste, de acordo com dados do IBGE (2006), expressados na Tabela 02.

Tabela 02. Estabelecimentos rurais no Brasil (2006)

| Grandes Regiões e Unidades da Federação | Total de estabelecimentos | Área total (ha) |
|--|--------------------------------------|----------------------------|
| Brasil | 5 175 489 | 329 941 393 |
| Norte | 475 775 | 54 787 297 |
| Nordeste | 2 454 006 | 75 594 442 |
| Sudeste | 922 049 | 54 236 169 |
| Sul | 1 006 181 | 41 526 157 |
| Centro-Oeste | 317 478 | 103 797 329 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.
Elaboração: Daniela N. J. Vieira.

Embora esta região apresente o maior número de estabelecimentos, estes dados não se refletem numa estrutura fundiária igualitária. Embora existam no Nordeste mais de 2 milhões de estabelecimentos ligados a agricultura familiar, aproximadamente mais de 250 mil deste total estão enquadrados como não familiar.

Do total de hectares, 28 milhões são utilizados para a agricultura familiar, e aproximadamente 41 milhões de hectares para os estabelecimentos de agricultura não familiar, tal fato evidencia uma significativa concentração fundiária, a qual é resultado da construção histórica desta região. Sobre esta análise, Buainain *et al* (2003) destaca que,

[...] em todas as regiões, a agricultura familiar explora de forma intensiva os recursos escassos disponíveis e que é possível gerar níveis de renda agropecuária superior ao nível de reprodução da família. Naturalmente que nem sempre este potencial se realiza, seja em razão das severas restrições de recursos enfrentados pelos agricultores familiares particularmente na Região Nordeste, seja por causa das condições macroeconômicas negativas e da ausência/deficiências das políticas públicas que deveriam, pelo menos, contrabalançar os efeitos negativos das políticas e da conjuntura macroeconômico (BUAINAIN *et al*, 2003, p. 325).

Na Bahia, o Recôncavo Sul destaca-se pela diversidade agrícola. O processo histórico de ocupação desta região ocorreu por fatores ligados ao meio rural, inicialmente pelo cultivo de cana-de-açúcar, mais tarde pela instalação da lavoura fumageira, além da agricultura de subsistência com o cultivo de mandioca, café, feijão, o milho e também hortaliças.

Atualmente nos municípios da área de estudo destaca-se, ainda, a agricultura familiar como geração de renda, além da produção agroindustrial do frango de corte, que a partir de 2008 tem destacando-se consideravelmente.

Tabela 03. Estabelecimentos rurais na área de estudo (2006)

| Municípios da área de estudo | Agricultura familiar - Lei nº 11.326 | |
|-------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha) |
| Bahia | 665 831 | 9 955 563 |
| Elísio Medrado | 1 118 | 7 399 |
| Santo Antônio de Jesus | 28 921 | 117 869 |
| Conceição do Almeida | 1 557 | 6 060 |
| Amargosa | 1 839 | 11 507 |
| Laje | 2 688 | 17 147 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.
Elaboração: Daniela N. J. Vieira.

Os dados apontados na Tabela 03 aponta um modelo de agricultura pautado no trabalho familiar, característico de pequenas propriedades, nas quais em sua grande maioria são compostas de pessoas de uma mesma família, que tem sua pequena propriedade vinculada a produção de gêneros alimentícios de subsistência.

E é inegável a importância da agricultura familiar na região do recôncavo, sendo responsável por dinamizar a produção. A pluriatividade do pequeno produtor e a gestão da propriedade pela família na agricultura familiar aparece como nova alternativa para a sobrevivência do produtor no meio rural. Como aborda Abramovay (1998),

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística em um estudo

acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, R. 1998, p. 3).

Embora o índice de áreas de agricultura familiar nesta área seja significativo como apontam os dados do IBGE (2006), a produção agrícola tem sido cada vez mais precária, resultando na escassez de mão de obra, condições climáticas e esvaziamento do meio rural, principalmente nos municípios de Elísio Medrado e Conceição do Almeida.

A agroecologia desperta a possibilidades de transformar pequenos agricultores que estavam em situações de vulnerabilidade socioeconômica e em vias de exclusão produtiva, sendo cada vez mais substituídos por áreas de pastagens, ou de instalação de aviários, em um grupo de agricultores consolidados e integrados, capazes de manter sua autonomia no espaço rural.

3.2 Experiências de transição agroecológica

A Agroecologia pode possibilitar o desenvolvimento rural sustentável, que garanta o progresso dos sistemas produtivos ecológicos, através da ênfase na dimensão social da agricultura. As estratégias agroecológicas podem ser fundamentadas não só em âmbitos locais bem como regionais, sendo suas experiências fundamentais para uma autonomia dos pequenos produtores.

O desenvolvimento rural através de fundamentos agroecológicos resgata o conhecimento agrícola tradicional, acumulado ao longo da história da agricultura, a qual inicialmente eram passadas a cada geração. Valorizar os conhecimentos locais, agroecológicos não significa retomar ao passado, ou negar os avanços tecnológicos na agricultura, apenas, faz referência a valorizar as particularidades da relação homem-natureza, que possam resultar em um desenvolvimento endógeno.

Os princípios agroecológicos, tais como autonomia do produtor, abordagem sistêmica equilibrada, equidade social, viabilidade econômica, não utilização de insumos químicos, conservação da biodiversidade, podem ser aplicados em diferentes realidades no meio rural, entretanto a forma como cada experiência é aplicada em cada realidade local é muito específica e possibilita uma revalorização do conhecimento agrário local.

Nesta perspectiva iremos abordar quatro experiências de transição agroecológicas, as quais permitirão o reconhecimento do potencial agrário de cinco municípios do Recôncavo Sul Baiano, sendo não só importante à valorização do conhecimento dos agricultores, bem como, experiências sociais e até econômicas que demonstram que há possibilidades de desenvolvimento rural local além de viabilidade econômica no meio rural.

Inicialmente apresentaremos a experiência de um sistema agroecológico implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), pela Fundação Banco do Brasil e pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), nos municípios de Amargosa e Lage, visando à autonomia do produtor rural, através da valorização da agricultura familiar.

A segunda experiência refere-se à estratégia de um produtor individual do município de Elísio Medrado, o qual recorre à mão de obra familiar, e em alguns períodos de colheita a contratada, que apresenta uma preocupação com a conservação ambiental, realizando princípios agroecológicos que o diferenciam dos demais produtores do município.

A terceira e a quarta experiências, referem-se a práticas agroecológicas coletivas, através de grupos de agricultores que encontram no cooperativismo e no associativismo, possibilidades desenvolvimentos e avanços da agroecologia nos seus municípios de origem.

3.2.1 PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)

O sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) caracteriza-se como um sistema criado com a perspectiva de inspirar pequenos produtores a optarem por praticar uma agricultura sustentável, sem uso de insumos químicos, voltado para um sistema de produção ecológico, ou seja, que desperte a preocupação de conservar o meio ambiente, agregando técnicas simples já utilizadas pelas comunidades rurais.

Este sistema surge com a expectativa de construir possíveis estratégias de permanência do pequeno produtor no meio rural, de modo coletivo e/ou individual. Como forma de organização participativa o sistema destaca que o produtor exponha

seus conhecimentos e que estes sejam articulados as soluções propostas por equipes de especialistas.

No Recôncavo Sul Baiano a implementação do PAIS ocorreu em 2012, em dois municípios, sendo estes Lage e Amargosa, através de ações da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), da Fundação Banco do Brasil e do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e das prefeituras locais.

O diagnóstico para implantação foi realizado através de visitas de campo e entrevistas com pequenos produtores destes municípios na perspectiva de identificar agricultores com potencial de compreender a importância de deixar a produção convencional em detrimento da ecológica, sendo selecionados sete produtores.

A unidade do PAIS é implantada em forma de mandala. O sistema mandala é uma forma de produção de alimentos no qual plantio é realizado em formas circulares, no caso do PAIS a horta é plantada em círculos concêntricos, em cada círculo podem ser plantadas até três culturas diferentes.

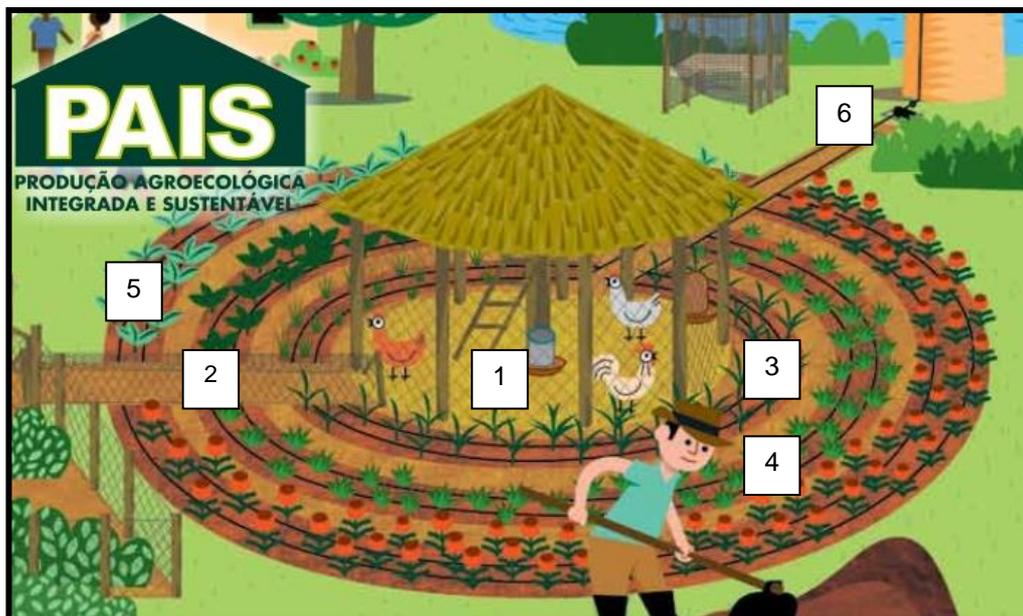


Figura 02 – Estrutura da mandala: (1) Galinheiro, fixado no ponto central da mandala; (2) Corredor de circulação das galinhas; (3) Canteiro de ervas medicinais; (4) Canteiro de hortaliças e verduras; (5) Canteiro de frutas; (6) Sistema de irrigação por gotejamento.
Fonte: Fundação Banco do Brasil, 2008.



Foto 01 – Mandala montada por pequeno produtor no município de Amargosa.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2013.



Foto 02 – Corredor adaptado por produtor para que as galinhas circulem na mandala.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2013.

De Marcos (2007), descreve este sistema como tendo uma forma circular, tendo como inspiração o sistema solar, tendo o sol no centro e os planetas ao redor. No caso dos PAIS analisados, no centro do sistema tem um galinheiro.

A estrutura do sistema começa a ser montada com a definição do ponto central do galinheiro, que servirá de referência para a medição de cada círculo de canteiros. A implantação do galinheiro central, em forma circular, integra a criação de animais ao cultivo de hortaliças e frutas. Apresenta duas funções específicas, facilita a utilização dos esterco das aves para enriquecer o solo das hortas e o uso das sobras dos plantios para alimentar as aves, além das aves serem utilizadas na alimentação.

Os plantios em círculos e com culturas diferentes permitem que as plantas se ajudem mutuamente, agindo como repelentes naturais além de trabalhar com o conceito de cortina quebra vento. O quebra-vento é um sistema aerodinâmico, natural ou artificial, que serve como anteparo para atenuar o padrão de velocidade média e da turbulência do vento, proporcionando melhorias às condições ambientais através do controle do microclima da área protegida. No caso do PAIS são utilizados como quebra-vento árvores frutíferas da região (laranja, graviola, lima, jaca) que também auxiliará no sombreamento da horta, bem como na alimentação, denominando esse processo de quintal agroecológico.

Na implementação da unidade do PAIS os produtores recebem um *kit* com os materiais necessários para montar a unidade, contendo: oito estacas para a fundação do galinheiro, tela, dez galinhas, um galo, uma caixa d'água e sementes.

O terreno onde esta for instalada deve ter extensão mínima de cinco mil metros quadrados, para possibilitar a montagem da horta circular, também é importante que haja uma fonte de água próxima, como os municípios de Lage e Amargosa encontram-se numa área de transição entre Mata Atlântica e Caatinga alguns produtores não tem acesso a água com muita facilidade, logo, os produtores recebem no *kit* uma caixa d'água, o que não é comum em outros municípios.

Os técnicos do Sebrae realizam cursos com os produtores para que estes compreendam de que forma devem organizar a mandala. Nos municípios estudados a primeira unidade foi montada coletivamente (técnicos e produtores), para que todos compreendessem como seria realizada. Algumas unidades apresentam na sua estrutura alguns aperfeiçoamentos, oriundos da aprendizagem adquirida, como o corredor para as galinhas poderem circular pela horta.



Fotos 03 e 04 – Irrigação na mandala sendo realizada através de sistema de gotejamento.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2013.

Devido as condições climáticas destes municípios optou-se por realizar a irrigação por gotejamento, um sistema que aplica água apenas na área cultivada, reduzindo a superfície do solo que se encontra exposta às perdas por evaporação, como pode-se observar nas Fotos 03 e 04. Com isto a eficiência de aplicação é bem maior e o consumo de água menor, no caso do PAIS são utilizados ramais com tubulação.

O solo é preparado utilizando o método de compostagem, transformando esterco de anônias e folhas de plantas da região em adubo orgânico que será a base para o plantio da horta, além de servir como cobertura para o solo. .

O PAIS é considerado uma Tecnologia Social (TS)⁷ que utiliza estratégias específicas para implantar seus planos de ação. A exemplo de respeitar o meio ambiente, a vida, os hábitos e os costumes da população e garantir, principalmente, a sustentabilidade das comunidades com menor poder de consumo.

Entretanto os objetivos propostos pelo sistema divergem de suas estratégias ao voltarem suas questões para a produção, destacamos alguns objetivos apresentados pela Fundação Banco do Brasil (2008):

- Estimular a agricultura orgânica por meio de processo produtivo sem o uso de agrotóxicos;
- Reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade;
- Apoiar o correto manejo dos recursos naturais;
- Incentivar a diversificação da produção;
- Evitar o desperdício de alimento, água, energia e tempo do produtor.

Tais objetivos propostos pela fundação sugerem um novo olhar para a agricultura, propõem o que Porto-Gonçalves (2004) trata ao tecer uma crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais e suas consequências socioambientais e os graves riscos à segurança alimentar. Entretanto estes objetivos, apenas destacam aspectos vinculados à produção, esquecendo-se do que Porto-Gonçalves (2004) considera fundamental, que é o confronto com o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário, a sustentabilidade ecológica restrita a produção, baseada num realismo político, mais uma racionalidade para o desafio ambiental. Importante salientar que este sistema proposto pelo Banco do Brasil, não ocorreu de forma igualitária em todo o país.

⁷ Tratar da concepção de TS significa reconhecer a diversidade de fatores que estão implicados na construção e no desenvolvimento de uma TS; entre eles pode-se citar a transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, o atendimento de necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes (acadêmicos e populares), a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, a busca de soluções coletivas, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos (FERNANDES E MACIEL, 2010, p. 09).

A agroecologia traz novos desafios na relação homem natureza, que não estão fundamentadas na lógica produtivista, a qual subordina os recursos naturais à produção. Ela suscita o diálogo entre homem natureza, através de processos participativos, onde a prioridade é o respeito a realidade de cada pequeno produtor e suas necessidades específicas. A produção orgânica está inserida no conceito agroecológico, mas não caracteriza um produtor como agroecológico.

O enfoque restrito a produção compartimentaliza a agroecologia e a coloca em uma paridade com a produção convencional, à medida que esta for compreendida unicamente através da lógica do retorno financeiro.

Na realização desta pesquisa, foram realizadas reuniões com os agricultores para compreender o que estes concebiam sobre o sistema PAIS e sobre o conceito de agroecologia, buscando compreender se estes agricultores possuíam conhecimento acerca desta temática. No discurso destes produtores eles relataram que o Sebrae realizou no período da implantação das mandalas, alguns cursos de capacitação, discutiram muito o retorno financeiro da produção orgânica, criando uma visão distorcida sobre a agroecologia, transcrevemos trechos de entrevistas, que relatam o entendimento do pequeno produtor acerca dos objetivos do PAIS,

[...] A gente começou achando que ia ser tudo muito rápido sabe, que o povo ia entender o que é o orgânico, melhor para a saúde. Não que foi ruim não, mais cada círculo tem uma coisa, aí não dá pra plantar e colher muito, é mais para necessidade e o que sobra a gente vende, não vamos ficar ricos, mas dá para viver, mas essa história de que vamos produzir um monte, lã do começo, não é bem assim não (Pequeno produtor do município de Lage, pesquisa de campo, 2013).

[...] Temos trabalho todos os dias e isso é bom, meus filhos já gostam de trabalhar aqui também, é muita coisa para plantar, mas não tem esse lucro alto, porque é de tudo um pouquinho, eles ensinaram muito a plantar o orgânico, que é agroecologia né? Que nós íamos ganhar, mas é mais devagar (Pequeno produtor do município de Amargosa, pesquisa de campo, 2013).

Podemos perceber através do depoimento dos produtores um comprometimento do entendimento acerca da agroecologia, o que ocorre muitas vezes por conta das formações de técnicos que apresentam visões segmentadas e parciais, centrando as discussões no âmbito econômico e ambiental, esquecendo-se do social.

Os agricultores criaram uma expectativa de lucro, entendendo a produção de orgânicos como parte integrante de uma cadeia de negócios, a qual foi difundida através do Sebrae, entretanto a produção é diversificada e em pequena escala, sendo suficiente apenas para o consumo dos agricultores e a venda do excedente. Um dos técnicos formadores do Sebrae, referindo-se ao assunto, afirmou que:

A agroecologia é uma prática que promove a sustentabilidade das cadeias produtivas no campo, preserva o meio ambiente e os produtos são de qualidade e saudáveis, pois são produzidos sem agrotóxicos, seguindo padrões de qualidades que especificam e certificam o produto. O Sebrae possui uma carteira de negócios nacional voltado para a Agroecologia e agricultura orgânica, que desenvolve tecnologias e produtos de capacitação para formar e orientar os clientes para as práticas que promovem e sustentam as cadeias produtivas da agricultura familiar (Técnico do Sebrae, pesquisa de campo, 2013).

Articulando o discurso do técnico com o discurso dos produtores confirmasse a existência de uma preocupação com o retorno financeiro e/ou a possibilidade desse retorno. A agroecologia, nestes depoimentos, chega a confundir-se com a produção orgânica, sendo concebida como negócio, onde os pequenos produtores são percebidos como “clientes”, um discurso altamente capitalista, que estão a serviço do mercado.

Nos PAIS são produzidas diversas culturas, tais como, alface, tomate, pimentão, batata, cenoura, coentro, feijão, banana, jiló, couve, quiabo, todas livres de insumos químicos, além da criação de galinhas, um dos fatores importantes da produção é a consciência dos produtores acerca dos perigos da quimificação e a mudança de conceito. Os sete produtores afirmaram que todos produziam anteriormente utilizando insumos agroquímicos e que após a compreensão do conceito agroecológico, deixaram a produção convencional. Destacam ainda a melhoria na qualidade de vida da família e também da preocupação com os consumidores destes produtos.

[...] antes eu e os outros usávamos todo tipo de veneno, para evitar praga, para combater, para amadurecer rápido os produtos, a gente mesmo que batia⁸ tudo, sem nenhuma proteção, eu tinha enjoos e até dor de cabeça, aí nos cursos, nas reuniões entre a gente fomos

⁸ O produtor está fazendo referência à aplicação dos insumos químicos na lavoura pelos próprios produtores, o que acontecia sem o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), trazendo riscos para a saúde do produtor e dos indivíduos que consumiam os produtos oriundos da lavoura.

parando de usar, agora só usamos urina de vaca com água e é muito melhor. Eu e minha família consumimos as coisas que plantamos e vendemos na feira também, o que não vendemos serve de adubo, as galinhas também são muito boas e ficam gordas, umas até a gente vende (Pequeno produtor do município de Amargosa, pesquisa de campo, 2013).

Os produtos produzidos por estes produtores rurais já ganharam notoriedade na região, sendo vendidos nas feiras dos municípios, onde já são reconhecidos pelo aspecto saudável, tamanho e outras características de origem agroecológica. As feiras agroecológicas já foram realizadas em vários municípios circunvizinhos e trouxeram uma nova perspectiva para a comercialização, bem como da divulgação da agricultura ecológica, o que resultou em melhores condições de vida para os produtores. Durante as feiras agricultores de outros municípios que também produzem com princípios agroecológicos são convidados a participar e com isto estes vão trocando informações de benefícios e novas possibilidades para a agroecologia.

Os produtores questionam que no início da implantação do sistema PAIS e no primeiro ano de aplicação os mesmos recebiam constantemente assistência técnica e que, com a mudança de gestores, esta assistência está cada vez mais escassa, ficando a cargo dos próprios agricultores o desenvolvimento do PAIS.

Acreditamos que a prática do sistema proporcionou espaços de articulação entre agricultores, despertou a importância de uma consciência agroecológica, disponibilizou informações que proporcionaram melhores condições de vida. Os resultados desta experiência demonstram o grande potencial da agroecologia, à medida que foi percebida a mudança de paradigmas e a transformação de velhos hábitos oriundos da produção convencional. As ações para o desenvolvimento das práticas agroecológicas como: capacitações, seminários, experimentos, oficinas tecnológicas, projetos voltados para o pequeno produtor foram um processo importante para a valorização do sistema ecológico.

3.2.2 Agroecologia em Elísio Medrado: produtor independente

A organização espacial do município de Elísio Medrado ocorreu a partir de uma intensa atividade agrícola, baseada nos engenhos de cana-de-açúcar, e nas culturas de café e fumo, até meados do século XX. O desenvolvimento do município ocorreu

neste período por conta do mesmo estar localizado na região administrativa do recôncavo baiano, região que de acordo com Santos (1959), constituiu-se como a primeira rede urbana no Brasil, estimulada pelo desenvolvimento da economia colonial e até mesmo durante o período imperial.

Com a descoberta de petróleo na metade do século XX, o desenvolvimento das atividades agrícolas enfrentaram um período de estagnação econômica e social, refletindo-se no desenvolvimento de Elísio Medrado. De acordo com dados do IBGE, no Censo Agropecuário de 2006, do total da população ativa registrada no município, em sua maioria realiza atividades vinculadas à agropecuária, sendo 2.064 homens e 1.096 mulheres.

É importante salientar que a maioria da população rural de Elísio Medrado é composta por pessoas idosas, geralmente muitos jovens filhos de pequenos produtores deslocam-se para residir em municípios circunvizinhos, como Amargosa e Santo Antônio de Jesus, ou até mesmo Salvador. Este fato foi verificado através de entrevistas com moradores locais, como destaca Sr. Antonio,

[...] eu acredito na agricultura, mas tenho medo de que meus filhos não fiquem aqui, a maioria dos jovens está indo para outras cidades, procurando emprego, saindo da roça, eles gostam muito daqui, mas são pequenos ainda, vamos ver quando crescerem. Para a gente que tem mais idade aqui é mais calmo, bom para viver (Pequeno produtor do município de Elísio Medrado, pesquisa de campo, 2013).

É notável que a tranquilidade local atrai muitos produtores, muitos já encontram-se aposentados e a vida na área rural significa pra muitos um local de descanso, não percebendo o potencial da área rural do município, área esta que poderia dinamizar a economia local.

Tabela 4 – Estrutura fundiária do município de Elísio Medrado

| Faixas de Área (ha) | Estabelecimentos | % | Área | % |
|----------------------------------|-------------------------|----------|-------------|----------|
| Mais de 0 a menos de 1 há | 481 | 36,08 | 271 | 1,31 |
| De 1 a menos de 5 ha | 472 | 35,40 | 1.071 | 5,18 |
| De 5 a menos de 10 ha | 131 | 9,83 | 924 | 4,47 |
| De 10 a menos de 100 ha | 201 | 15,08 | 6.131 | 29,66 |
| De 100 a menos de 200 ha | 32 | 2,40 | 4.459 | 21,57 |
| De 200 a menos de 500 ha | 14 | 1,05 | 4.245 | 20,53 |
| De 500 ha e mais | 2 | X | 0,14 | X |

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2006, Bahia, www.ibge.com.br
Adaptação: Daniela N. J. Vieira

A área rural do município apresenta uma densidade demográfica de 39,63 habitantes/km² (IBGE), estando acima da média baiana que é 23,16 habitantes/km². Do total de estabelecimentos rurais 36,08% possuem menos de 1ha, 81,31% dos estabelecimentos tem menos de 10 há, o que caracteriza o município predominantemente de minifúndios.

O município localiza-se em área de Mata Atlântica e conta com inúmeras nascentes as quais, em sua grande maioria, estão desaparecendo por conta do processo de desmatamento para criação de gado. Neste município reside o pequeno produtor Antonio José Pereira, o qual através da agroecologia tem conseguido desenvolver a sustentabilidade no meio rural.



Foto 05 – Produtor individual, Sr. Antonio e sua esposa, em sua propriedade no município de Elísio Medrado.

Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2013.

O Sr. Antônio e sua esposa são naturais da área rural do município de São Miguel das matas, município vizinho a Elísio Medrado. Em 1970 Sr. Antonio migrou com a família para São Paulo em busca de melhores condições de vida, onde residiu por dez anos, depois se mudaram para Salvador onde ficaram por três anos.

Em 1983, na perspectiva de residir próximo aos seus familiares, os mesmos, retornaram ao recôncavo baiano e compraram a propriedade a qual residem que tem aproximadamente 12 ha, em uma área de declividade mais acentuada.

Em 1983 a propriedade contava com uma pequena área de mata, um solo em adiantado processo erosivo e uma nascente quase seca por conta da retirada da cobertura vegetal de sua encosta. Ao analisar o estado da propriedade o Sr. Antonio decidiu que a família podia viver da agricultura sem ter que prejudicar o ambiente.

[...] quando chegamos aqui dava dó de ver como as coisas estavam, a nascente era só um pouquinho de água e a mata já tinha sido quase toda derrubada, quando eu vi isso tudo, meu Deus, percebi o quanto a gente descuida da natureza e ela foi minha principal escola, observando as coisas decidi que ia começar a cuidar do ambiente, pois quem cuida sempre tem, não é mesmo? Nem sabia na época que isso é agroecologia, na verdade eu nem completei os estudos, não tinha muito conhecimento (Pequeno produtor do município de Elísio Medrado, pesquisa de campo, 2013).

A preocupação com o ambiente é algo perceptível nos depoimento de Sr. Antonio. Inicialmente, com poucos recursos financeiros ele iniciou um processo de reflorestamento da área de sua propriedade, principalmente na área da nascente, com plantas e sementes nativas da Mata Atlântica, utilizando apenas seu conhecimento tradicional. O processo de regeneração durou aproximadamente 15 anos e modificou completamente a paisagem, o que antes apresentava uma área totalmente desmatada, configura-se atualmente como regenerada.

A ação de apenas um produtor promoveu uma mudança significativa na paisagem, principalmente na área de uma das nascentes do Rio Jiquiriça, localizada na propriedade. As nascentes representam elementos de suma importância na dinâmica hidrológica do município, que se localiza em uma área de transição entre o semi-árido baiano e a zona da mata.

O fluxo de água em sua propriedade após a recuperação da nascente tornou-se intenso. Em 2013, no primeiro semestre, no período de seca ao qual o município passou de forma mais intensa, a prefeitura municipal realizou diariamente captações de 20.000 litros de água para abastecimento do município.



Foto 06 – Área na propriedade de Sr. Antonio onde fica a nascente.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2013.



Foto 07 – Represa formada a partir da nascente e área reflorestada com plantas nativas da região.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2013.

O desafio de reverter à situação em que se encontrava sua propriedade o pequeno produtor fomentou mudanças imprescindíveis na paisagem, o que nos remete a aplicabilidade da agroecologia e sua possibilidade de viabilizar novos ordenamentos territoriais/ambientais apenas utilizando os saberes tradicionais. Machado (2013) destaca como é importante a valorização dos saberes ancestrais para um processo de recuperação, resgate de áreas desmatadas.

Estas ações realizadas pelo produtor refletem que a transição agroecológica implica em um movimento complexo de incorporação contínuo de princípios ecológicos no manejo dos agroecossistemas, e que esta nem sempre ocorre inicialmente por estímulos externos, podendo partir da mobilização dos produtores, com suas experiências diárias, capazes de promover mudanças significativas em suas comunidades rurais.

É importante salientar que neste processo de mudança o Sr. Antonio destaca a relevância do apoio de professores dos municípios de Elísio Medrado e Amargosa, bem como, de alguns professores do curso de Geografia, da Universidade Federal da Bahia, que através da troca de conhecimento o ajudaram neste processo de transição.

Não posso deixar de falar sobre os professores, como eles tem me ajudado com seus conhecimentos ao longo desses anos e eu tenho o maior prazer de ouvir e aprender com eles, para tudo pra entender e com isso fui aprendendo muita coisa, é um privilégio recebe-los, são eles que foram me mostrando os benefícios de continuar acreditando

na agroecologia, porque aqui em Elísio Medrado só eu estou preocupado com essas coisas e muitos ainda dizem por aí que não compensa, mas os professores tem me ajudado e sei que ainda vão me ajudar muito mais (Pequeno produtor do município de Elísio Medrado, pesquisa de campo, 2013).

Em sua propriedade o Sr. Antonio reside com sua esposa e quatro filhos, os quais demonstram estarem satisfeitos com o espaço rural e já apresentam um sentimento de pertencimento em relação ao lugar, socializando ideias de ações que poderão ser realizadas pelos mesmos quando substituírem o seu pai na organização da propriedade, este fato nos remete a algo importante que é característico da agroecologia, que é o despertar para uma consciência ambiental.

Diariamente trabalham na propriedade não apenas a família do produtor, como também cinco diaristas, que residem na própria propriedade em áreas doadas por Sr. Antonio. Em sua propriedade são produzidas diversas culturas, tais como: maracujá, aipim, banana, quiabo, tomate, batata doce, milho, feijão, coentro, alface, laranja, cacau, caju, jaca, dentre outras, sendo que as sementes utilizadas no plantio de determinadas culturas temporárias são utilizadas sementes oriundas da própria produção, característica presente na agroecologia.

Da produção realizada pelo pequeno produtor destaca-se a de milho, a qual é realizada anualmente, cujas sementes são oriundas da própria produção. Ao longo dos anos o produtor vem realizando um processo de seleção das melhores sementes, este método tradicional é conhecido como seleção massal. A seleção massal constitui-se no método de selecionar as melhores plantas em relação às características desejadas para a utilização das sementes. Esse método vem sendo praticado durante milhares de anos pelos povos nativos da América, talvez de forma inconsciente, tendo contribuído para originar a grande diversidade de variedades de plantas de milho. Entretanto, as características desejadas das plantas dependem das condições locais de plantio e do conhecimento dos agricultores(as) (ABREU, 2010).

Através de métodos de seleção massal, pequenos produtores desenvolveram variedades de sementes que são denominadas crioulas. As sementes crioulas são adaptadas às condições locais e, ainda que uma variedade crioula apresente qualidades que a distingua em relação às outras variedades, esta apresenta maior variabilidade genética.



Foto 08 – Área de produção de milho a partir da seleção massal.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2013.

O produtor destaca que quando utilizada a variedade crioula ele obtém maior rendimento por hectare, verificou-se que as espigas e plantas são saudias, com grãos grandes e enchimento completo de cada espiga. Desta forma, as variedades crioulas acatam princípios básicos da Agroecologia, à medida que desenvolvem plantas adaptadas às condições locais de cada propriedade, apropriadas para suportar variações ambientais e ataque de organismos prejudiciais. Outro aspecto relevante consiste na autonomia do agricultor, à medida que este produz sua própria semente ele além de reduzir os custos da produção, também permite uma independência do processo produtivo, a medida que este não restringe-se ao mercado de sementes e insumos químicos, criando seu próprio banco de sementes, as quais já estarão adaptadas as condições ambientais da região.

Por sua propriedade estar localizada as margens da BA 026, o Sr. Antonio montou um pequeno comércio onde comercializa o excedente de sua produção, principalmente produtos derivados do milho, e sua esposa tem papel fundamental neste processo, pois esta beneficia o milho, transformando-os em diversos produtos, tais como: suco, pamonha, canjica, bolo, o que tornou a propriedade do Sr. Antonio conhecida em na região.

Mesmo sem conhecimentos mais aprofundados o Sr. Antonio adotou a Agroecologia o que contribuiu para a diversificação da produção e do espaço agrícola, expandindo a compreensão de sua multifuncionalidade e o principal, a

retomada de sua autonomia, criando sua própria base de recursos e sua independência do mercado.

A recuperação de técnicas tradicionais também desponta como fator relevante, as quais foram substituídas por técnicas ditas modernas, as quais provocam desequilíbrios ecológicos, além de causarem sérios danos a saúde do produtor e do consumidor, também se destaca o aumento da qualidade de vida, do índice de satisfação com o meio rural, e por fim, sustentabilidade do produtor no âmbito rural.

[...] Minha propriedade é ligada a agroecologia e eu me orgulho disso, basta ver as mudanças na propriedade, o solo ficou mais fértil, as plantas resistem mais a estiagem, a produção melhorou. Com essa consciência que temos hoje, sei que é possível viver da agroecologia, ela é viável, vou lhe dizer o porquê. Primeiro resolve-se o cuidado com o solo, e por consequência se cuida do homem, pois se não usa químicos e o solo é bom, tem boa produção e se resolve o problema da fome. Resolve o problema do desemprego, o homem da roça tem o que fazer e onde trabalhar, e quando ocupado, resolve o problema da violência, pois já viu quem tá ocupado, ter tempo para ficar solto e fazer besteira. Ninguém pode dizer que não produz com a agroecologia, pois a terra quando é bem cuidada te devolve o fruto do teu esforço. Isso tudo que falei é agroecologia, é vida (Pequeno produtor do município de Elísio Medrado, pesquisa de campo, 2013).

A análise sobre a agroecologia, realizada através deste depoimento reflete o fato de que a temática agroecológica tem se destacado consideravelmente e sua legitimidade torna-se cada vez mais evidente. Luzzi (2007) aborda como o debate agroecológico vem evoluindo e mobilizando produtores, movimentos sociais, instituições de ensino. Ganhando importância os aspectos sociais, políticos e culturais.

O pequeno produtor percebe a importância de seu conhecimento tradicional tido pela agricultura convencional como atrasado, e deixa de depender das grandes empresas que buscam regular o uso de sementes e insumos químicos. Oliveira (2007) aborda a distorção do papel da agricultura de subsistência para atender aos interesses da acumulação interna do capital, onde as ditas agriculturas “atrasadas” tinham por função financiar a agricultura moderna bem como a industrialização.

A experiência deste produtor demonstra como o despertar dos agricultores familiares pelo interesse para a produção agroecológica é importante e como tal iniciativa altera a dinâmica dos indivíduos que dele fazem parte.

3.2.3 COOAMA (Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jiquiriçá)

O cooperativismo data do final do século XVIII e início do século XIX, discutido pelos socialistas utópicos, resultante da busca por novas formas alternativas que melhorassem a vida da classe trabalhadora, a qual era explorada pelo capital industrial. Como forma de organização oposta à lógica capitalista foram criadas as cooperativas.

O cooperativismo no Brasil destaca-se a partir de 1902 quando surgem as primeiras cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul. No que diz respeito à agricultura as primeiras cooperativas datam de 1906, idealizada por produtores rurais gaúchos e depois se propagam por todos os estados do Brasil.

As cooperativas agroecológicas despontam como possibilidade de gerar uma consciência social e ambiental, reconhecendo que a produção de pequena escala tem a viabilidade de ser produtiva, adaptando-se a necessidades dos pequenos produtores e de suas realidades locais. À medida que estas iniciativas se multipliquem podem proporcionar um novo olhar para a prática agroecológica, afinal, quando ganham expressão acabam tendo como resultado deste processo o desenvolvimento da agroecologia.

Na região do Recôncavo Sul baiano as cooperativas agroecológicas ainda são minoritárias, apenas alguns casos, ainda em processo de adaptação. É o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jequiçá (COOAMA), fundada em 04 de agosto de 2008. A COOAMA adota os sete princípios do cooperativismo, os quais são explicitados pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), fazendo parte do estatuto da cooperativa, sendo estes:

- **1º - Adesão voluntária e livre** - as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.
- **2º - Gestão democrática** - as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes

dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

- **3º - Participação econômica dos membros** - os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.
- **4º - Autonomia e independência** - as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
- **5º - Educação, formação e informação** - as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
- **6º - Intercooperação** - as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais - força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
- **7º - Interesse pela comunidade** - as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

A COOAMA foi criada com o intuito de auxiliar os produtores do município de Amargosa a comercializarem seus produtos, os quais eram vendidos a

atravessadores. Nas reuniões iniciais da cooperativa, novas questões foram sendo pontuadas, dentre estas: a sustentabilidade no meio rural, a necessidade de ser uma cooperativa diferente das demais presentes na região, a preocupação de produzir alimentos saudáveis que além de serem vendidos seriam consumidos pelos produtores. Iniciou-se a partir destas reuniões um processo de desconstruções, afinal pensar em uma agricultura sustentável não é um processo instantâneo mais contínuo.

Desde o início começamos a pensar diferente, não podíamos pensar só em ganhar, os produtores desmatavam grandes áreas de nossa região, usavam muitos produtos químicos, causavam muitos danos à natureza, desse jeito para onde é que iríamos caminhar? (Pequeno produtor cooperado do município de Amargosa, pesquisa de campo, 2013).

O produtor traz em seu depoimento algumas reflexões pertinentes a agroecologia, tais como: a motivação não ser voltada para o lucro, a inter-relação entre homem-natureza e a restrição ao uso de insumos químicos. Em outro depoimento Valdir de Jesus Santana, atual presidente da cooperativa destaca:

Desde a fundação pensávamos em uma cooperativa consciente, sustentável, principalmente na questão da agricultura familiar, não há como utilizar produtos químicos, não produzimos apenas para vender, mas para o nosso alimento mesmo, de nossa família, daí a preocupação de produzir sempre o melhor possível. No município a maioria das pessoas produzem da forma convencional, não foi fácil mudar isso. O povo destruía várias áreas para plantar, mas a preocupação não é só produzir, mas cuidar do que a natureza nos oferece, é assim que vamos deixar um mundo melhor para nossos filhos (Presidente da COOAMA, pesquisa de campo, 2013).

Valdir destaca um ponto crucial em seu depoimento, que é o desafio da transição agroecológica, a desconstrução de conceitos consolidados ao longo de anos na população rural acerca da agricultura convencional. Cabe aqui uma reflexão proposta por Luzzi (2007), quando esta afirma que os próprios agricultores são os principais agentes da transição para a agroecologia. A autonomia dos agricultores é fundamental para a ampliação de novas alternativas de difusão da agroecologia, pois através da produção agrícola tradicional formam-se conhecimentos que podem compor o campo teórico e metodológico da Agroecologia.

As práticas agroecológicas contribuem para uma reflexão sobre a sustentabilidade na agricultura, pois suas práticas diferenciam-se da lógica difundida pelo pacote tecnológico. O grande desafio deste processo explicitado nos depoimentos dos produtores é envolver todos os cooperados nas práticas agroecológicas. Inicialmente a COOAMA contava com 26 cooperados, na perspectiva de difundir o processo de transição agroecológico foram realizados muitos cursos, feiras, trocas de conhecimentos o que fortaleceu as relações entre o grupo.

Atualmente a cooperativa conta com 120 cooperados, destacando-se avanços e dificuldades neste acréscimo. Os avanços são sinalizados na maior diversidade de produtos, maior troca de conhecimentos, possibilidade de auxiliar maior número de produtores neste processo de transição, a crescente sensibilização na relação produtor-natureza e a autonomia dos produtores. As dificuldades se apresentam no acompanhamento semanal das propriedades, antes efetuado com mais continuidade, por conta da diversidade de localidades rurais a serem assistidas, o que também reflete nas orientações dadas a cada produtor, muitos não comparecem as reuniões, cursos, eventos, e a assistência dada pelo presidente torna-se cada vez mais comprometida, afinal este antes de desenvolver tal função é um produtor rural, que em conjunto com sua família vivem de sua produção agrícola.

Refletindo sobre a necessidade de conhecer melhor cada produtor que se encontra como cooperado, em novembro de 2013 a COOAMA suspendeu a admissão de novos cooperados, pensando em realizar até fevereiro um período de acompanhamento e avaliação sobre o envolvimento dos produtores já cooperados com os princípios da agroecologia.

Uma necessidade apresentada nos depoimentos é a formação de produtores ecológicos que possam auxiliar o presidente neste acompanhamento e fortalecer a iniciativa da formação do grupo, realizando reuniões coletivas em cada localidade rural, garantindo a necessidade de reconhecimento das vivências de cada produtor, de maneira a melhorar o desenvolvimento da cooperativa. O envolvimento de cada produtor é crucial no bom desenvolvimento da agroecologia na região e no sucesso da cooperativa.

Estamos sempre vistoriando, procurando saber as práticas de cada produtor, vendo se alguém tá utilizando algum produto químico, e aí

se houver a gente procura ajudar a entender o que há de errado, esse é o nosso desafio, ajudar os produtores a superar o “pacote feito”. O que queremos é ter uma colheita, que mesmo que não seja grande, mas tenha qualidade, que fortaleça a terra, cuide das nascentes, dos rios, aí não só veremos os resultados, como também nossos filhos e netos (Presidente da COOAMA, pesquisa de campo, 2013).

A transição agroecológica fica explicitada no depoimento do presidente, ela não deve ser concebida como um processo de conversão agroecológica, mas uma mudança socioambiental, um momento para reestruturar o sistema produtivo. Hill e MacRae (1995) descrevem os estágios da transição agroecológica, como sendo inicialmente o estágio da eficiência, quando se reconhece as possibilidades da produção ecológica e seus benefícios, depois a fase da substituição, quando ocorre o processo inicial de redução das técnicas convencionais, até compreender a perspectiva ecológica, e esta fase passa por diferentes etapas.

Compreendemos que inicialmente deve haver uma sensibilização, depois momentos de formação, com discussões coletivas, para que os saberes sejam constituídos grupalmente, posteriormente um acompanhamento contínuo do desenvolvimento da produção, afinal nos depoimentos alguns relataram que em algumas situações acabaram por utilizar químicos, o que foram deixando após as orientações, frisamos o processo diário de aprendizagens que é recorrente na transição agroecológica. Toda mudança provoca instabilidades, questionamentos, incertezas e necessitam de auxílio ao longo do processo para que se fundamentem.

A COOAMA tem sua estrutura física montada em uma área doada pela prefeitura local, tendo uma unidade de beneficiamento de polpas e castanha de caju, devido o bom desenvolvimento das polpas com produção agroecológica na região, a cooperativa irá lançar em 2014, uma marca própria de polpa de frutas. Em outra localidade rural há uma unidade de beneficiamento de mel. Eles ainda comercializam frutas, batata doce, feijão, amendoim, banana, laranja e hortaliças.

Todos os produtos oriundos da COOAMA são comercializados para a merenda escolar do município de Amargosa, na feira livre e em pequenos comércios locais.

Desde sua criação a COOAMA acreditou na possibilidade de que a agroecologia poderia mudar as relações no campo no município de Amargosa, sua resistência proporcionou o reconhecimento da produção agroecológica na região, contribuiu para repensar a prática agrícola de algumas associações locais, que já

começaram a despertar um novo olhar sobre a agricultura, este despertar provoca uma sensibilização importante e atrai novas perspectivas para o campo agroecológico.

O desafio reside no estreitamento das relações grupais, buscando uma metodologia que permita expandir a transição agroecológica, sabendo que alguns produtores ainda resistem a estas práticas. E evidente que as iniciativas de enfrentamento ao modelo de produção convencional encontram muitas dificuldades para sua consolidação, mas também é importante salientar que quando bem estruturadas conseguem promover o desenvolvimento local.

Neste caso específico, não se trata de um empreendimento econômico, como as cooperativas são compreendidas em sua grande maioria pelos indivíduos, mas um instrumento de convivência do pequeno produtor no meio rural. Incorporado a produção e comercialização foram pensados o respeito a natureza, ao produtor e ao consumidor, a busca por uma produção sustentável, uma comercialização socialmente justa.

A proposta da cooperativa também é formar agricultores ecológicos que possam multiplicar a ideia da transição agroecológica de forma a criar associações locais que possam desenvolver suas comunidades rurais específicas e que poderão estar enquanto associações fazendo parte da COOAMA, atendendo a uma perspectiva de flexibilização.

Finalizemos com um depoimento de um produtor, sobre seu entendimento sobre este processo de transição agroecológico e que reflete o que é tratado por Caporal (2003), quando este destaca a necessidade de um compromisso socioambiental, onde o desenvolvimento rural incorpora as dimensões da sustentabilidade. Caporal (2009), ainda discute outro fator importante da transição agroecológica que encontra-se no depoimento do produtor, o processo a mudança de conceitos acerca da agricultura trata-se de uma construção social, uma mudança de atitudes e valores, que ocorrerá de forma gradual.

[...] É um processo difícil, mas sabe como pode se tornar fácil? Quando a gente entender que para saber o que é agroecologia basta observar a natureza, perceber que somos parte de tudo, temos uma relação muito forte, eu sou a terra que planto, ela é meu sustento, de toda a minha família, foi do meu avô, do meu pai, vai ser dos meus filhos. E até o povo que compra o que produzo tem que entender isso, mesmo morando na cidade é da terra que sai a nossa vida

(Pequeno produtor cooperado do município de Amargosa, pesquisa de campo, 2013).

3.2.4 APORBA (Associação dos Produtores Orgânicos do Recôncavo Baiano)

A Agroecologia apresenta aspectos potenciais para transformar a realidade do campo na região do Recôncavo Sul Baiano, e como percebemos ao analisar a experiência da COOAMA, os agricultores são os responsáveis por esse processo. Os princípios da agroecologia proporcionam possibilidades de desenvolvimento através do processo de transição e valorização local.

É o caso da Associação dos Produtores do Recôncavo Baiano (APORBA), a qual foi fundada em 20 de agosto de 2002, no município de Santo Antonio de Jesus, tendo inicialmente 12 associados. Inicialmente a pretensão da associação restringia-se a difusão dos produtos orgânicos na região do recôncavo baiano e em sua área de influência, tendo como objetivo contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais, desde que sejam voltados para conservação e preservação do meio ambiente onde os sistemas de produção adotados, sejam comprovadamente orgânicos.

Durante os primeiros cinco anos fundamentou-se entre os associados à produção orgânica, com a produção de laranja, mandioca, abacaxi, araruta, hortaliças, verduras, banana, sendo que seus produtos eram vendidos na feira livre de Santo Antonio de Jesus. A partir de 2008 através de contatos com universidades da região, os associados começaram a ter seus primeiros contatos com a temática da agroecologia, a qual vem sendo incorporada aos objetivos da associação de forma a colaborar para a efetivação que ultrapassam o modo de produção.

No início nós pensávamos muito na produção de orgânicos, queríamos produzir sem utilizar químicos, mas acabamos aprendendo tanto sobre a necessidade de ter cuidado com o ambiente, não só a produção. Começamos assim e fomos aprendendo durante os anos e assim chegamos a agroecologia (Pequeno produtor, associado do município de Santo Antonio de Jesus, pesquisa de campo, 2013).

Ressaltamos que o depoimento deste produtor remete a reflexão de questões de extrema importância, tais como: Por não incorporar o uso de insumos químicos a

agricultura orgânica pode ser considerada agroecológica? O produtor por adotar a agricultura orgânica é um produtor agroecológico?

Estas reflexões são fundamentais na compreensão da agroecologia, sendo necessário esclarecer certos equívocos que levam a uma compreensão errônea da agroecologia como produção orgânica. A agricultura orgânica caracteriza-se como uma prática agrícola que tem perspectivas promissoras no mercado atual, principalmente no que diz respeito à exportação. No Brasil, 4,93 milhões de ha, destinam-se a produção de orgânicos, distribuída entre 90.497 estabelecimentos, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, IBGE.

Por se caracterizar como um modo de produção que se assemelha a agricultura sustentável, este é confundido com a agroecologia. Nesse sentido, Em relação à Agroecologia, Altieri (1995) destaca que não se pode confundir a agroecologia com sistemas de produção com níveis de sustentabilidade. Costabeber e Caporal (2001) destacam a Agroecologia como um conjunto de conhecimentos que interpreta relações complexas entre pessoas, cultivos, solos e animais, que não pode ser restrita a uma produção agrícola particular.

Hespanhol (2008) se refere à agroecologia proporciona bases científicas em que se apoia o processo de transição agroecológica para outras formas de agricultura sustentáveis, como: a ecológica, a orgânica, a biodinâmica, a regenerativa, a de baixos insumos externos, a biológica, entre outras. Entretanto à medida que estas formas sejam apenas utilizadas para atender as necessidades do mercado, descaracteriza a produção agroecológica, não conferindo ao produtor o conceito de agroecológico.

A APORBA tem como documentos um estatuto e um regimento, onde se destacam que a finalidade dos sócios fundadores era constituir como princípio a produção de orgânicos, contestando à lógica do modelo produtivista arrolado no uso dos insumos químicos. Mesmo inicialmente abordando a produção orgânica os princípios, objetivos dos documentos estavam interligados a agroecologia.

Atualmente a APORBA é considerada referência na Região do Recôncavo pela produção e fabricação de derivados da araruta. De acordo com informações de documentos da APORBA, a araruta é uma planta originária das regiões tropicais da América do Sul, é indicada especialmente aos portadores de celíase, doença caracterizada pela intolerância ao glúten, o amido da araruta é de fácil

digestibilidade, sendo muito utilizado na produção de mingaus, doces, biscoitos e no engrossamento de molhos e cremes.



Foto 09 – Planta da araruta em xaxim confeccionado com fibras das plantas, caixas com fécula da araruta e ração para animais a base de araruta.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2012.

Além da araruta também são cultivados pelos produtores da associação: jenipapo, hortaliças, laranja, abacaxi, mandioca, farinha de banana, pimenta, jabuticaba, tamarindo, verduras, cacau, fécula de mandioca, beijus, dentre outros. Os produtos da Associação são comercializados coletivamente com a venda para a merenda escolar dos municípios de Santo Antonio de Jesus e Conceição do Almeida, vendidos em eventos agrícolas, além de serem vendidos nas feiras livres destes municípios.



Foto 10 – Recipiente com raízes de mandioca na água para amolecerem para produção artesanal de fécula de mandioca.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2012.



Foto 11 – Produtoras associadas embalando beijus.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2012.



Foto 12 – Mini fábrica onde é processada a farinha de banana.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2012.



Foto 13 – Associado Pedro Coni em congresso de agricultores, promovendo a degustação do mingau de araruta.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2013.

Para Santana (2012), um dos grandes entraves do desenvolvimento da prática associativa APORBA ocorre na falta de envolvimento dos membros, entretanto conforme ficou evidenciado durante a pesquisa que tal apontamento vem sendo resolvido através de reuniões, dias de campo e formações, o que é de fundamental importância no processo de consolidação do associativismo enquanto possibilidade de desenvolvimento da agroecologia. O intercâmbio dos agricultores, tem se consolidado como uma metodologia significativa da agroecologia, pois na troca de

experiências o conhecimento é consolidado de forma interdisciplinar. Altieri (2008) aponta que a agroecologia fornece metodologias que possibilitam a participação da comunidade, de forma que esta se torne a força geradora dos objetivos, bem como dos projetos de desenvolvimento aonde os produtores rurais sejam os atores de seu próprio desenvolvimento.

Em 2012 a APORBA em parceria com o Sebrae foi realizada uma troca de experiências entre os produtores agroecológicos do Rio Grande do Norte, foram visitados seis municípios deste estado, nesta oportunidade, os agricultores conheceram experiências de pequenos agricultores que alcançaram sua autonomia através da agroecologia, com a produção de farinha de mandioca e beneficiamento da castanha do caju.

A certificação também foi outro aspecto discutido por Santana (2012), mas atualmente a APORBA busca parcerias com outras associações para concessão do selo, além de já ter conseguido o selo da agricultura familiar para cinco produtos (Fécula de araruta embalagem cx. de 200g, pimenta biquinho em conserva pote de vidro 200g, licor caseiro de jenipapo 1L, doce de jenipapo bolinha pote plástico 200g, farinha de banana nanica verde pote plástico de 1/2kg).

O depoimento de alguns produtores remete ao discurso de indivíduos que ainda observam a prática associativa na perspectiva de retorno financeiro, tais observações demonstram como a lógica capitalista influencia o pensamento dos indivíduos, mesmo estes estando vinculados a práticas agroecológicas. Demonstrando a necessidade de promover a interação entre os mesmos, podendo resolver em parte uma das principais dificuldades da associação que é conseguir mobilizar a coletividade.

4 POSSIBILIDADES NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UM OLHAR A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS

No Brasil a agricultura se destacou na história da economia do país. Ao longo dos anos foi introduzido o processo de modernização da base técnica da produção agrícola e pecuária, aumentando a dependência de insumos químicos, a concentração fundiária, a política tecnológica para o campo, refletindo a insustentabilidade do atual modelo agrícola. O que fomenta a necessidade de repensar o atual modelo de produção e refletir sobre a produção agroecológica.

Ao se pensar nos primeiros passos rumo à transição agroecológica deve-se superar as questões vinculadas aos sistemas de produção, tecnologias e circuitos de mercados. Deve-se explorar o potencial de transformação social, o qual poderá trazer aos produtores familiares uma visão integrada da agricultura, reorganizando os sistemas de produção, superando as consequências da modernização.

Modernização que remete aos métodos de produção agrícola pós Segunda Guerra Mundial, que teve como principal corrente a Revolução Verde, difundida pelo Estado, através do controle de insumos químicos, sementes, crédito rural e orientações técnicas. Assim, obteve-se um controle do processo de produção agrícola, articulando diversas ciências, sendo algumas destas, a biologia, a química e a mecânica.

No pacote tecnológico oriundo da Revolução Verde, percebe-se o uso da tecnologia como forma de controle e dominação no meio rural. Zamberlam e Froncheti (2012) destacam que no período de pós-guerra grandes empresários perceberam no alimento um caminho para o lucro, sobras de materiais de guerra foram redirecionadas para serem usadas na agricultura, ficando a cargo das fundações Ford e Rockefeller, Banco Mundial, dentre outras a sistematização deste processo, através da rede mundial GCPAI (Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional).

Zamberlam e Froncheti (2012) analisam a Revolução Verde em três fases, as quais refletem momentos importantes na adoção dos pacotes tecnológicos; a 1ª fase (1965-1985) foi marcada pelo modelo tecnológico extensivo, mecanização na lavoura, uso de químicos, monocultura exportadora, expansão da indústria e políticas de créditos rurais; a 2ª fase (1986 até o final da década de 1990), é

caracterizada pelo modelo tecnológico intensivo, o uso de químicos mais modernos, diminuição da mão de obra, elevação da dependência e do endividamento dos agricultores, avanço da agroindústria na produção, interferência das *commodities* agrícolas nas decisões dos produtores; a 3ª fase (2000 aos dias atuais) é definida como agricultura científica ou agricultura biotecnológica, abalizada pelo uso de sementes transgênicas, métodos de controle de produção, através da agricultura de precisão, uso da biologia molecular e da engenharia genética, nanotecnologia.

Neste cenário Boff (1999) aponta a necessidade de desenvolvimento de uma consciência mundial sobre a questão agroecológica, propondo novos desafios de relação, inter-relação e diálogo. Enquanto na proposta difundida pela Revolução Verde, o acesso é mais centrado nos grandes produtores, os quais terão condições financeiras para terem acesso às tecnologias, a Agroecologia aponta um caminho para os pequenos produtores, excluídos tecnologicamente, permanecendo intimamente ligados ao meio natural vislumbrarem a possibilidade de um desenvolvimento rural mais sustentável.

Nas experiências em níveis locais, regionais, destes pequenos produtores, nas suas necessidades e realidades, está o ponto de partida para um novo olhar sobre a agricultura, através de processos participativos que podem gerar ações de desenvolvimento no meio rural. Acredita-se que a Agroecologia é uma nova possibilidade para a agricultura.

A reflexão a partir da Agroecologia corresponde à análise das ações do homem sobre no meio rural e suas implicações, a consciência crítica em relação à adoção de pacotes tecnológicos para o retorno financeiro; a percepção dos malefícios do uso de insumos químicos; o entendimento do ser social, capaz de propor as relações de produção a partir de suas próprias experiências, do próprio potencial endógeno e sociocultural.

Faz-se necessário romper com a confusão no entendimento do que é Agroecologia, confundida, muitas vezes, como modelo agrícola, política pública e tecnologia aplicada à produção. Agroecologia proporciona a agricultura uma nova abordagem, que atende não apenas aos aspectos socioeconômicos, bem como, sócias e ecológicos, respeitando os conhecimentos tradicionais de cada produtor.

4.1 O desafio da Agroecologia em experiências de transição agroecológica

A Agroecologia integra o uso consciente dos recursos naturais à valorização dos saberes tradicionais, retomando a dimensão local do desenvolvimento, proporcionando ao produtor autonomia e a capacidade de auto sustentar-se. Podem-se apontar inúmeros desafios à transição agroecológica, os quais podem fortalecer a discussão acerca desta temática. Considera-se importante refletir sobre alguns destes desafios:

- Ultrapassar a visão generalista da agroecologia tratada por muitos teóricos. Afinal, embora a agroecologia integre saberes de diversas ciências, esta possui um enfoque metodológico distinto que emerge da integração de diversos conhecimentos.
- A Agroecologia não está restrita a possibilidade de desenvolvimento, antes, ela supera esta questão.
- Um ponto crucial na produção agroecológica refere-se ao uso de sementes crioulas, adaptadas às condições locais, que também podem contribuir autonomia do produtor, ao adquirir independência do mercado, para adquirir as sementes a serem utilizadas na produção.
- Construção coletiva de saberes é outro desafio, pois embora a efetivação do saber adquirido possa ocorrer de forma individual em cada propriedade pelo produtor, a troca de conhecimentos coletiva promove a valorização dos saberes tradicionais.
- Diminuição gradativa da dependência de insumos externos, até a total independência.
- Conservação do ambiente.
- A produção de alimentos não deve estar vinculada apenas à questão econômica, mas também à alimentação da família do pequeno produtor.
- Avançar nas discussões da Agroecologia no campo político.

A sistematização de experiências agroecológicas é importante para compreender melhor estes desafios e refletir sobre os mesmos, através da análise da realidade social no meio rural. Permitem a análise das realidades rurais como espaços de aprendizado, à medida que inclui a experiência dos pequenos

produtores. Em uma perspectiva mais ampla, pode contribuir para o conhecimento científico de sistemas de produção agrícolas que adotam a transição agroecológica.

A transição agroecológica implica em um movimento complexo, de reflexão, ação e adaptação, por parte dos produtores. As comparações entre pares de unidades produtivas agroecológicas contribuem para o enriquecimento das discussões acerca dos desafios da produção agroecológica à medida que aponta complementaridades e até descontinuidades nos diferentes sistemas de produção.

As experiências vivenciadas pelos pequenos produtores proporcionaram a compreensão de que a transição agroecológica não está limitada a conversão de sistemas agrícolas convencionais em agroecológicos, mas também ao fortalecimento da autonomia dos produtores, a permanência do produtor e de sua família no meio rural, a vinculação da agricultura aos ecossistemas locais e aos saberes tradicionais.

As experiências tratadas neste trabalho despontaram estratégias para a produção, formas diversas de inserção nos mercados, estratégias de valorização dos produtos agroecológicos e da importância de mediadores no processo de transição agroecológica.

Para uma análise mais precisa das quatro experiências tratadas neste trabalho, elas foram divididas em dois grupos. A princípio uma observação sobre experiências individuais, pensando em compreender como o pequeno produtor percebe seu sistema de produção, como os mesmos realizam o manejo dos processos agroecológicos e sua compreensão da transição agroecológica como base para a sustentabilidade agrícola.

O segundo grupo refere-se às experiências coletivas, os desafios de mobilizar todo o grupo para a sensibilização dos objetivos da transição agroecológica, a ruptura da ideia de assistencialismo que permeia as relações coletivas, as ações promovidas para observar se o grupo realmente aderiu às práticas agroecológicas, os desafios para comercializar os produtos e a busca por recursos que possibilitem o desenvolvimento.

Os desafios das ações de transição agroecológica percebidos através desta análise comparativa proporcionaram uma interessante experiência que demonstrou a necessidade de estimular estas práticas no meio rural, seja através de políticas públicas, ações individuais ou coletivas, ou até mesmo da própria sociedade civil,

reconhecendo a importância da Agroecologia no âmbito rural, de como os pequenos produtores anseiam por partilhar seu aprendizado e pela valorização de suas experiências.

A seguir serão analisadas duas experiências individuais de transição agroecológica, abordando como estas veem contribuindo para a autonomia do produtor.

4.1.1 Experiências individuais de produção: PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) e produtor individual

A Agroecologia atualmente vem se configurando como uma ciência integradora que aborda um desenvolvimento rural a partir de uma agricultura sustentável⁹, que adota princípios éticos tanto na relação humana como na relação com o ambiente. Para que ocorra um entendimento sobre como o processo de transição agroecológico vem ocorrendo atualmente, considera-se importante observar a opinião dos produtores sobre suas compreensões acerca da Agroecologia.

Os dois produtores individuais entrevistados residem nos municípios de Amargosa-BA e Elísio Medrado-BA. A transição agroecológica ocorreu em situações distintas para cada um destes agricultores, para o pequeno produtor que reside em Amargosa ocorreu a partir do seu envolvimento com o sistema do PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), a partir do ano de 2012, através de técnicos do Sebrae. Estes técnicos reconheceram no município de Amargosa uma área rural que apresentava um potencial para a transição agroecológica por ter um elevado índice de pequenos produtores que possuíam uma diversidade de culturas em suas propriedades. Esta análise ocorreu nos trabalhos de sondagem realizados pelos técnicos antes da implantação do sistema.

[...] eu sempre produzi como todo mundo daqui, batia os venenos quando tinha praga, quando queria que as frutas amadurecessem mais rápido. Sabe como é não adianta dizer que não fazia, porque

⁹ A agricultura sustentável é aquela que, a partir de uma compreensão holística dos agroecossistemas, seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de *inputs* comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes da dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (CAPORAL E COSTABEBER, 2006).

era assim, e muitos daqui da região usam todo tipo de veneno. Aí vieram os técnicos e conversaram sobre mudar o modo de produzir, deram os cursos, fizeram as reuniões, primeiro falaram dos orgânicos e depois da agroecologia. Na verdade comecei a ir, pois eles garantiram que íamos ganhar todo o material¹⁰ pra montar o PAIS, depois fui entendendo melhor as coisas, vendo o que é que era agroecologia, e percebendo que tinha que mudar, mas foi difícil no início. Agora tá sendo difícil também, pois não estamos mais recebendo o auxílio dos técnicos, mas não quero produzir como antes não (Entrevistado 1¹¹, 2014).

Ao refletirmos sobre o discurso do produtor, percebem-se alguns equívocos cometidos pelos técnicos do Sebrae, que ocorreram no processo de sensibilização dos produtores, bem como nos períodos de curso sobre a transição agroecológica, causando uma confusões no entendimento sobre Agroecologia. Caporal (2009) aponta que estes equívocos estão comprometendo o avanço da transição agroecológica e confundem a Agroecologia com um tipo de agricultura alternativa, como a orgânica, citada no depoimento do produtor. Percebe-se que para o produtor a Agroecologia parecia estar restrita inicialmente a adoção de práticas mais adequadas, como a ausência do uso de insumos químicos, promovendo um reducionismo do termo e de suas potencialidades no meio rural.

O PAIS aborda uma proposta de adoção dos princípios da Agroecologia, conservação do meio ambiente, visando a redução de custos de produção e, assim, busca aumentar a renda dos pequenos produtores de forma que estes, além de utilizar na sua alimentação produtos com alta qualidade nutricional, também possam promover melhor qualidade de vida. Entretanto, neste caso específico, os primeiros momentos de encontros com os técnicos responsáveis pelo auxílio na implementação da unidade, foi muito restrito a ideia de produção orgânica, deixando os demais objetivos para debates posteriores, os quais não aconteceram.

Faz-se necessário estabelecer que a produção agroecológica e a orgânica, embora atualmente estejam sendo usadas como sinônimos são muito diferentes. A produção orgânica nem sempre está vinculada a Agroecologia, principalmente quando está restrita a atender as necessidades do mercado. Logo, podemos entender que no sistema agroecológico a produção orgânica se caracteriza como um processo da transição

¹⁰ O material ao qual o produtor cita, é um *kit* (oito estacas para a fundação do galinheiro, tela, dez galinhas, um galo, uma caixa d'água e sementes) com os materiais necessários para montar a unidade do PAIS no período de implementação da unidade.

¹¹ Pequeno produtor do município de Amargosa, pesquisa de campo, 2014.

agroecológica, mas nem todo sistema orgânico deve ser considerado como agroecológico.

É importante salientar que o ano de implantação do PAIS no município ocorreu em 2012, período no qual ocorreram as eleições municipais. Com as mudanças de grupos políticos no governo municipal, os técnicos do Sebrae que realizavam uma parceria com a prefeitura local, foram dispensados e transferidos para outros municípios, deixando muitos produtores que estavam em uma fase inicial de adoção do sistema sem apoio técnico. Nesse sentido, o produtor afirma que continua aplicando o conhecimento adquirido, o que demonstra que a Agroecologia pode despertar no produtor a percepção de sua realidade e de ações que possam vir a transformá-la, transformando o meio rural em espaço de aprendizado.

Continuo aplicando as coisas que aprendi e hoje posso dizer que minha família vive disso aqui, já montei outras unidades aqui na minha propriedade, quando tô colhendo uma, a outra já tá ficando no ponto de colher¹², levo tudo para a feira dia de sábado e não fica nada, todo mundo já sabe que na minha barraca tem produto de qualidade e vendo tudo (Entrevistado 1, 2014).

Com a Agroecologia aplicada no sistema PAIS o produtor começou a recuperar práticas comuns no meio rural, como a criação de galinhas, antes realizada apenas para o consumo das próprias famílias, agora adaptada ao sistema. Como já foi abordado anteriormente, as galinhas ficam no centro da estrutura do PAIS, e circulam por entre a área de produção através de canais adaptados pelos produtores. As sobras da produção (folhas, vegetais) são utilizadas na alimentação das galinhas, o esterco é aproveitado para a adubação, os ovos e a carne são utilizados na alimentação da própria família do produtor e vendidos na feira livre. O produtor entrevistado afirma que as galinhas possibilitam uma renda considerável, sendo vendidas vivas por R\$ 30,00 e abatidas por R\$ 45,00.

Ao refletirmos sobre a Agroecologia e a questão da renda no meio rural, podemos perceber que esta além de proporcionar renda também melhora a qualidade de vida do produtor. Percebemos a diversificação na produção, o que

¹² O produtor tem em sua propriedade quatro unidades do PAIS. Entretanto apenas três encontram-se em funcionamento, com diversas culturas, destaca-se a produção de hortaliças vendidas na feira livre do município de Amargosa, aos sábados. O mesmo planta as sementes em intervalos de 15 dias, não em toda a unidade do PAIS, desta forma o mesmo consegue ter produtos a serem colhidos semanalmente, principalmente as hortaliças. O produtor também cria galinhas como parte do PAIS (Já explicado anteriormente).

influencia diretamente o aumento da renda, afinal, diversificar a produção possibilita evitar as vulnerabilidades, tais como clima e pragas.

Atualmente o produtor entrevistado mantém a organização do PAIS e utiliza este sistema como fonte de renda. O mesmo relatou ainda que paga alguns empréstimos que fez anteriormente para compra de sementes e insumos, os quais são descontados de sua aposentadoria. Por isso ele faz questão de relatar que o dinheiro arrecadado com os produtos colhidos no PAIS mantém o sustento de sua família, respondendo a um questionamento recorrente nas discussões acerca da viabilidade da Agroecologia, quando foi perguntado: É possível viver dignamente com a Agroecologia?

(...) falar de quanto eu ganho é complicado, pois, tem mês que é mais outros são menos, mais o menos que já tirei da roça foi uns R\$ 1.100,00, que para a gente tá bom demais, tem vizinho aqui que leva um tempão plantando mandioca, que demora pra colher e com as outras coisinhas que planta só ganha uns R\$500,00, sorte que a maioria do povo daqui tem alguém aposentado na família, aqui em casa sou eu e minha mulher aposentada, e tem morando aqui comigo três filhos, duas noras e dois netos. Eu digo que dá pra viver sim, eu ainda guardo um pouquinho, pois nunca se sabe o dia de amanhã, e agora eu tenho saúde, antes só andava doente, acho que eram os venenos que batia (Entrevistado 1, 2014).

Importante enfatizar que compreendemos neste trabalho que viver dignamente ultrapassa as questões econômicas, que no discurso do produtor são consideradas como satisfatórias. Mas envolvem melhorias no meio em que o produtor está inserido, um sistema produtivo que tenha a participação consciente do produtor, a valorização dos produtos agroecológicos, qualidade de vida não só para o produtor e família, mas para o consumidor, a autonomia do produtor no seu território¹³.

Os programas de incentivo a permanência do pequeno produtor no meio rural como o PAIS, podem contribuir para a difusão da Agroecologia. Entretanto, estes devem inicialmente ser alçados nas realidades locais, compreendendo o produtor como parceiro e não instrumento de análise e/ou experiência, para que o real sentido da Agroecologia não seja comprometido.

Agora analisa-se o produtor individual, Antonio José Pereira, residente no município de Elísio Medrado conheceu a Agroecologia de uma forma bastante

¹³ Território compreendido neste trabalho como forma de apropriação social do espaço, que contemple a dimensão funcional e simbólico-cultural (Haesbaert, 2004).

singular, o mesmo comprou uma propriedade rural no município que se encontrava em um processo avançado de degradação em meados da década de 1990 (Foto 14). Em seguida o produtor resolveu recuperar a propriedade, revitalizando uma nascente e fazendo de fato um reflorestamento com espécies da Mata Atlântica (Fotos 15 e 16)



Foto 14 – Área de nascente, antes de ser revitalizada pelo Sr. Antonio.
Fonte: Arquivo pessoal de Antonio José Pereira, 1996.

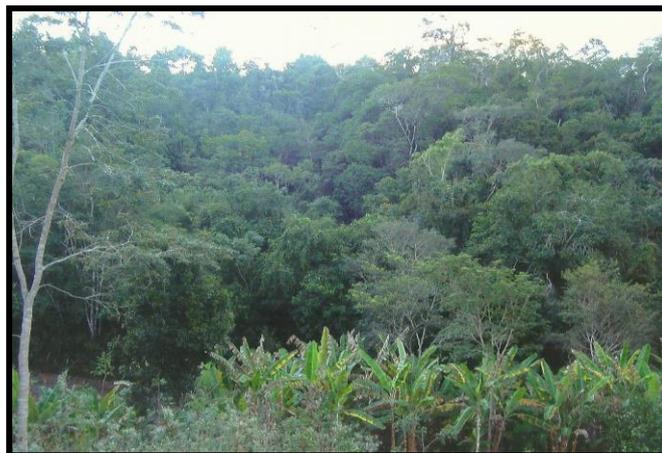


Foto 15 – Área de nascente na propriedade do Sr. Antonio, em processo de revitalização.
Fonte: Arquivo pessoal de Antonio José Pereira, 2009.



Foto 16 – Área de nascente já revitalizada.
Fonte: Daniela N J Vieira, trabalho de campo, 2013.

Durante este processo de revitalização da paisagem, que se iniciou no ano 1996 e seguiu até o ano de 2009, o produtor teve a contribuição de professores que colaboraram com os conhecimentos teóricos que articulados aos saberes do produtor facilitariam o processo de conservação do ambiente.

É importante valorizar o esforço do Sr. Antonio em nosso município, a propriedade dele é uma das mais bonitas da região e sempre realizo com meus alunos trabalhos de campo por aqui. Gosto que eles percebam o que a ação de um único produtor causou nesta propriedade e o que poderia ser feito se muitos tivessem esta atitude. Realizamos rodas de diálogo onde os alunos trocam aprendizagem com ele e contribuimos com ele também. Ele costuma dizer que estes são momentos preciosos nos quais o deixamos muito feliz, pois a cada troca de conhecimento ele vai aprendendo mais. Mas acredito que somos nós que estamos aqui aprendendo com ele (Professor de Geografia do município de Elísio Medrado, pesquisa de campo, 2014).

Ao analisar as duas experiências, esta e a anterior (PAIS), observa-se que na experiência anterior a relação do produtor com a Agroecologia ocorreu por meio da implantação do PAIS, nesta experiência os mediadores sociais (professores) tiveram um papel de fundamental importância neste processo.

Através do contato com os professores os conhecimentos acerca da transição agroecológica foram sendo construídos e aperfeiçoados, principalmente os professores do Instituto de geociências, do Curso de Geografia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), citados pelo produtor como fundamentais no processo de transição agroecológica, os quais realizam trabalhos de campo em sua propriedade. Gonçalves (2004) destaca a importância dos mediadores sociais no meio agrário, ao contribuírem com seus saberes e técnicas.

Neste caso tanto os mediadores como os mediados são afetados neste processo. O papel dos mediadores na Agroecologia contribui para reforçar os desafios da ciência multidisciplinar, da construção de um conhecimento holístico, como define Sevilla (2001).

A construção da transição agroecológica também visa assegurar ao produtor um padrão de produção agrícola socialmente justo e economicamente viável, na busca de viabilizar as desigualdades econômicas no meio rural, sendo o produtor o protagonista de suas ações através das técnicas tradicionais de produção. Afinal, como trata Hecht (1999) a prática agroecológica é tão antiga como a própria origem da agricultura.

Eu vivo mais do que eu produzo do que de outras coisas. Tenho dois pequenos comércios onde comercializo tudo o que nos plantamos, além de vender outros alimentos também, que já vêm

industrializados, porque como estamos na roça, sempre alguém procura. Mas a vendagem maior é mesmo das coisas que tem por aqui, banana, jaca, laranja, batata, pepino, maracujá, aipim e o milho. Minha mulher faz tudo do milho, a gente também tem a horta, que dá um bom retorno, fora as frutas de época, como a manga que também dá lucro. Tem algumas pessoas que trabalha comigo, pois a família é pequena e eu não tenho mais idade de cuidar de tudo, mas nós temos uma boa amizade, tem gente que doei um pedacinho de terra e já fizeram suas casas, porque devemos saber que é ajudando que somos ajudados, e outras famílias já começam assim a trabalhar aqui. Não vou dizer assim certinho o quanto eu ganho, mas meus produtos me dão uma boa receita (Produtor 2¹⁴, 2014).

Reafirma-se no discurso do produtor a viabilidade da Agroecologia, o produtor utiliza recursos existentes em sua própria propriedade, como o uso de matéria orgânica na adubação, reduzindo os custos de produção, proporciona melhor qualidade de vida e uma renda permanente devido à diversidade de culturas. Outro princípio agroecológico presente no discurso do produtor refere-se ao aspecto da solidariedade, o Sr. Antonio ao doar parte de sua propriedade para outras famílias contribui para exemplificar o aspecto social da Agroecologia.



Foto 17 – Horta na propriedade do Sr. Antonio.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2014.



Foto 18 – Estabelecimento comercial do Sr. Antonio.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo,

¹⁴ Pequeno produtor do município de Elísio Medrado, pesquisa de campo, 2014.



Foto 19 – Produtos vendido no estabelecimento comercial do Sr. Antonio.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2014.

As fotos acima apresentam a horta (Foto 17) e o comércio (Fotos 18 e 19) do Sr. Antonio. As hortaliças são colhidas apenas no momento da compra, para evitar que estraguem. Entretanto, na região o comércio do Sr. Antonio é bastante conhecido pela produção anual de milho e seus derivados: suco, pamonha, bolo, mingau, canjica.

O manejo sustentável viabiliza a produção anual além de provocar no produtor uma visão da importância da conservação do ambiente para garantir a sua geração de renda. O trabalho desenvolvido pelo produtor proporcionou alternativas de trabalho para outras famílias, promovendo a dimensão social da agroecologia.

Muita gente por aqui não gosta dele¹⁵ não. Essa história de cuidar das plantas, das nascentes, incomoda muita gente. Quando ele vê alguém destocando¹⁶ o campo para fazer o pasto, ele denuncia. Isso dá problema com os outros produtores, até comprar um pedaço de terra do vizinho ele comprou pra não deixar o homem desmatar. Não é todo mundo que gosta dele por aqui por isso. Basta ver a gente chegar pra ficar falando de como a propriedade melhorou, que não podemos usar os venenos, tem gente que não aceita (Produtor convencional do município de Elísio Medrado, pesquisa de campo, 2014).

O depoimento do produtor revela um dos maiores desafios do produtor agroecológico individual, que é a relação de convivência com os outros produtores do entorno de sua propriedade. Ao compreender os objetivos da Agroecologia, o produtor desperta uma consciência ambiental. Neste caso específico, as ações do

¹⁵ Neste trecho o produtor está fazendo referência ao Sr. Antonio.

¹⁶ Destocar significa retirar os tocos das árvores com raízes, das árvores que foram cortadas.

produtor têm causado um estranhamento e desconforto entre os produtores convencionais, que tem um elevado grau de dependência das técnicas e manejos agrícolas convencionais, como o uso de insumos químicos e prática do desmatamento.

Entretanto, outros produtores também convencionais relataram como estas mudanças têm originado benefícios, como a conscientização dos cuidados com a conservação das nascentes, inclusive realizando o plantio de árvores em torno das mesmas.

Enfim, pode - se perceber que a concepção agroecológica implica em muitos casos em rupturas, conflitos, rugosidades, que tendem a apontar novos caminhos, despertam questionamentos e reflexões. Os produtores agroecológicos despontam como elementos cruciais deste processo, agindo no resgate do modo de produção tradicional que o modelo capitalista busca extinguir. Começam a surgir, mesmo que timidamente, os primeiros frutos destas discussões, visíveis através de atitudes, transformações de vida, mudanças no território, apontando para um novo modo de vida no meio rural, não caracterizado como simples, mas possível. Um viver agroecológico.

A seguir iremos analisar experiências de transição agroecológicas coletivas, abordando os principais desafios na consolidação das mesmas.

4.1.2 Experiências coletivas: COOAMA (Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jiquiriçá) e APORBA (Associação dos Produtores Orgânicos do Recôncavo Baiano)

Atualmente as práticas coletivas tem apresentado um papel relevante para o processo de transição agroecológica, por mobilizar um maior número de produtores. Costabeber e Moyano (2000) destacam as ações coletivas, como elemento fundamental para consolidação de novos estilos de agricultura. Neste trabalho iremos referir como ações coletivas à ação de cooperativas e associações, na expectativa de fortalecer laços sociais.

Acreditamos que as experiências vivenciadas nestes grupos fomentam ambientes dinâmicos, espaços de diálogo, onde os produtores são multiplicadores de ideias, continuamente. Importante salientar que também ocorrem problemáticas

oriundas da necessidade de mobilização grupal, do rompimento do aspecto assistencialista concebido por alguns associados e cooperados. Afinal, no âmbito da transição agroecológica deve-se garantir algumas especificidades, que são tratadas por Moreira *et al* (2009):

A participação efetiva das famílias agricultoras, a análise profunda do agroecossistema, o planejamento e avaliação constantes de inovações agroecológicas realizadas, a co-responsabilidade e a solidariedade entre as famílias de agricultores, suas organizações e seus técnicos, espaço de aprendizagem coletiva sobre produção de base ecológica, e espaços de mobilização regional (fóruns, encontros e seminários) para que os novos conhecimentos sejam socializados e somem força a outros processos de transição agroecológica (MOREIRA *et al*, 2009, p. 61).

Neste âmbito o processo de transição agroecológica assume o aspecto das experiências dos agricultores que passam a ser socialmente compartilhado, por meio das influências individuais, o que torna o processo significativo. O conhecimento acerca da Agroecologia fornece então bases técnicas e conceituais à troca coletiva, bases metodológicas.

A COOAMA é uma cooperativa recente, com apenas cinco anos de fundação. Entretanto, no curto período, conseguiu promover mudanças significativas em sua realidade local. Não apenas no que corresponde a estrutura física, mas também em ações de mobilização dos cooperados.



Foto 20 – Sede da COOAMA localizada em área rural do município de Amargosa.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2014.



Foto 21 – Equipamentos utilizados no processamento de polpas por cooperados da COOAMA.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2014.



Foto 22 - Polpas processadas por cooperados da COOAMA, para serem fornecidas para merenda escolar.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2014.

Na Foto 20 podemos observar as instalações da sede da COOAMA, a qual é própria. Nesta sede encontram-se duas unidades de beneficiamento (Fotos 21 e 22), uma de polpas e uma de castanha de caju. A unidade de polpas é responsável pela maior margem de receita da cooperativa, de acordo com informações do diretor financeiro, os cooperados fornecem as frutas que são processadas em parceria com cooperados em regime de escalas de trabalho.

A COOAMA tem crescido financeiramente com a produção de polpas, já desenvolvemos a marca da polpa que foi registrada, conseguimos o Selo da Agricultura Familiar (SIPAF), com o apoio da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia (UNICAFES)¹⁷ Bahia, além da divulgação do Sebrae. Fornecemos polpa e outros produtos como aipim, banana, mamão, abacaxi, farinha, para o PNAE nos municípios de Amargosa, Milagres, Itatim, Ubaíra e agora Elísio medrado. agroecológica. Realizamos também o processamento de mel (Diretor Financeiro da COOAMA, pesquisa de campo, 2014).

Quando questionados sobre a viabilidade da produção agroecológica os cooperados demonstram que pretendem dar continuidade as propostas da COOAMA, é que seus filhos tem reconhecido como o trabalho na área rural pode trazer benefícios, resultados inclusive financeiros, ou seja, é possível viver no campo/do campo, se bem articulado e apoiado nas premissas corretas, neste caso a

¹⁷ A UNICAFES Bahia atua com bases de serviços composta de profissionais de contabilidade, engenheiros de alimentos, agrônomos etc. Isso implica em assessorar, capacitar e apoiar - elaborar materiais, discutir, refletir e propor – ações para as cooperativas, entretanto a relação desta entidade com a COOAMA refere-se a ajuda da concessão de selos para comercialização da polpa.

Agroecologia. Os mesmos relataram que a princípio foi necessário desconstruir as informações que os produtores adquiriram e que eram restritas a produção convencional; e que muitos desistiram ao longo dos anos. No início foi muito difícil, construir o conhecimento agroecológico, principalmente em ações coletivas, o que é um grande desafio.

Os cooperados destacaram a valorização dos conhecimentos locais, também o potencial de cada área atendida pela cooperativa, como a comunidade do Tamanduá. Esta se localiza em uma área de caatinga e que antes da Agroecologia possuía um índice de pobreza considerável, revertido pelas ações da cooperativa, com a difusão da produção de mel, que teve um bom desenvolvimento neste bioma.

A solidariedade também foi outro aspecto destacado, em suas mais diversas formas, tais como a ajuda mútua na colheita, auxílio de recursos na produção, socialização de sementes crioulas e até mesmo na parte financeira, pois quando um produtor cooperado não consegue produzir por conta de suas propriedade estar em área onde predomina a vegetação caatinga e o clima quente, com prolongados períodos de seca, os produtores recebem da cooperativa um auxílio financeiro que permita garantir suas necessidades básicas de alimentação.

Acreditamos que a Agroecologia vinculada as cooperativas podem contribuir para a aquisição de níveis mais equilibrados na produtividade, bem como na equidade na atividade agrária. O modelo de produção convencional é altamente competitivo e incentiva o individualismo, participando de cooperativas é possível fomentar o respeito ao outro e as trocas coletivas.

O segundo caso de experiência coletiva, refere-se à APORBA, associação de produtores com 11 anos de fundação. A associação foi formada a partir de discussões entre produtores, acerca da insustentabilidade do modelo agrícola atual, a necessidade de produzir de forma menos agressiva em relação ao ambiente e na possibilidade de desenvolver uma consciência crítica entre os produtores em relação ao uso de insumos químicos.

Embora a APORBA possua maior tempo de fundação que a experiência anterior, está ainda não obteve o mesmo desenvolvimento que a COOAMA, principalmente no que diz respeito à estrutura da associação, que ainda não possui sede própria, nem espaços de processamento de produtos. De acordo com os depoimentos dos produtores, a APORBA, desde a sua fundação, tem buscado

realizar muitos eventos, dias de campo, participação em seminários, para conscientizar e orientar as práticas dos produtores.

Nestes anos todos que sou associado da APORBA, já participei de muitos cursos, muitos seminários, intercâmbios com outros produtores, e isso tudo é muito bom para que possamos aprender mais e ter contato com outros produtores que conseguiram crescer. Foram boas experiências, que gostei muito de participar, agora é hora de por em prática o que aprendemos e começar a trabalhar, já sabemos que dar certo, agora falta à ação e o envolvimento de todo mundo, não dá para esperar os outros fazerem, temos que ir a luta e correr atrás do que queremos (Pequeno produtor, associado do município de Santo Antonio de Jesus, pesquisa de campo, 2013).

Sabe-se da importância das trocas de experiências para construção do saber agroecológico, nas trocas de saberes o conhecimento tende a ser aperfeiçoado, de forma descentralizada. Os intercâmbios são espaços de observação, experiências educativas motivadoras, que proporcionam o entendimento que produtores, como eles, enfrentam desafios no processo de transição agroecológica, mas também obtém avanços em suas realidades locais.

Outro fator importante destacado no depoimento do produtor está na possibilidade de utilizar a experiência adquirida nestes intercâmbios e praticá-las efetivamente. Este é um desafio a ser desenvolvido pela APORBA, ultrapassar a observação e utilizar as experiências adquiridas na prática diária, promovendo desdobramentos diversos a partir da troca de saberes, redirecionando atividades que promovam a transição agroecológica. Trata-se, conseqüentemente, de um processo de aprendizagem coletiva, que influencia e, ao mesmo tempo, aprimora os saberes tradicionais, tão relevantes para a Agroecologia.

A APORBA ainda promove ações que visem integrar os próprios associados, como Dias de Campo, onde ocorrem visitas às propriedades dos associados e observação de como as práticas agroecológicas vem sendo desenvolvidas. Projetos de intervenção, como o Quintal Limpo, desenvolvido inicialmente entre dezembro de 2010 e junho de 2012, tendo como objetivo sensibilizar e despertar nos moradores das comunidades locais a importância da coleta seletiva do lixo também no meio rural, mantendo os seus quintais limpos e produtivos.



Foto 23 – Intercâmbio com produtores do Rio Grande do Norte.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2012.



Foto 24 – Intercâmbio com produtores de Juazeiro – BA e Petrolina – PE.
Fonte: Daniela N. J. Vieira, trabalho de campo, 2013.

Consideramos importantes as ações desenvolvidas pela associação, observadas nas Fotos 23 e 24, dentro de uma perspectiva de transição agroecológica participativa, através da conscientização dos produtores. Entretanto, a APORBA deve também ultrapassar os limites destas ações, que em alguns casos não conseguem envolver todos os associados, como no caso dos intercâmbios.

Agroecologia está integrada a uma construção de saberes diárias, no caso das práticas coletivas, devem envolver ao máximo os associados no processo de construção do conhecimento. Guzmán (2001) destaca a importância do desenvolvimento participativo na Agroecologia, que possa contribuir para a percepção da atual crise ecológica e social.

No caso da APORBA esse envolvimento necessita de uma atenção especial, visto que no discurso de alguns entrevistados percebemos apenas a preocupação

do retorno financeiro, característica que remete ao objetivo do atual sistema agrícola. Na perspectiva de transição agroecológica busca-se ultrapassar os fatores econômicos, alcançando também fatores sociais, culturais e políticos.

É fundamental destacar o papel de iniciativas de transição agroecológica, como estas discutidas ao longo deste trabalho, as quais em diferentes contextos locais mobilizam os produtores a repensarem suas ações no meio rural. A valorização dos saberes tradicionais articulados a novas bases científicas desperta a capacidade de desenvolvimento rural, além de promover a autonomia dos produtores na gestão individual ou coletiva.

Quem disse que é fácil se enganou, estamos remando contra a maré, contra os que muito têm, mas se cada pequeno produtor se mobilizar, confiar e começar a fazer o que deve ser feito, vamos construir uma realidade diferente, nossos filhos vão experimentar o que eu considero mais bonito aqui em minha propriedade, nós somos a terra, temos que cuidar bem dela, é nossa sobrevivência, é nossa riqueza maior (Pequeno produtor do município de Elísio Medrado, pesquisa de campo, 2014).

O despertar de uma consciência ambiental é uma característica importante da Agroecologia, que tende a criar no pequeno produtor a fortalecer a relação do homem com a natureza através do cultivo da terra.

Os desafios encontrados no processo de transição reforçam a necessidade de reestruturar os sistemas produtivos, envolvem a superação das práticas oriundas do pacote tecnológico pelos pequenos produtores, desperta os princípios ecológicos e demonstra que a Agroecologia é possível e viável.

4.2 Agroecologia como possibilidade de vida no Recôncavo Sul Baiano

A região do Recôncavo Sul Baiano refere-se às terras que circundam a Baía de Todos os Santos. Santos (1998) destaca a importância exercida por esta região no passado, que possuía uma vida urbana notável, sendo uma das áreas com formação mais antiga, bem como densidades rurais (produção) que atingiam índices relevantes (1952), considerados como os mais altos do estado da Bahia.

O autor destaca as diferentes atividades ligadas ao recôncavo na década de 1950 que o subdividia em Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro e da cerâmica, Recôncavo das zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal. É perceptível que o desenvolvimento desta região ao logo do contexto histórico tem estreita ligação com a agricultura.

Devido a sua localização geográfica que facilita o escoamento da produção, por meio das redes de circulação e comunicação, esta região atraiu ao longo dos anos grande latifúndios, principalmente voltados para a cana-de-açúcar e o fumo. Vinculada à economia estava à política coronelista, visando atender aos anseios das elites locais. De acordo com Brito (2004, p. 45) o Recôncavo Baiano é o “espaço geográfico diretamente associado aos aspectos econômicos, sociais e culturais que evoluíram sob as influências da tradição da economia açucareira e de suas respectivas atividade acessórias”.

Na parte sul do Recôncavo baiano predominou a agricultura de subsistência, com uma produção bastante diversificada, destacando-se os cultivos de milho, amendoim, mandioca, laranja e fumo. De acordo com Souza (2012) a diversidade de culturas movimentava o comércio local e regional e estava vinculada a pequenos proprietários rurais, meeiros e rendeiros, dentre estes muitos libertos e quilombolas que faziam suas roças em quintais e comercializavam os produtos em armazéns locais.

A dinâmica agrícola característica do Recôncavo Sul Baiano torna esta região um campo fértil para o desenvolvimento de práticas agroecológicas. Há uma evidência histórica de suas potencialidades. Entretanto nas áreas rurais de muitos municípios desta região enfrenta-se a estagnação econômica e o esvaziamento populacional.

Compreendemos neste trabalho a Agroecologia como um processo gradual, que fomenta a valorização das culturas locais, promove a autonomia do produtor e possibilita a dinamização da economia nas áreas rurais. Caporal (2011) aponta que a transição agroecológica provoca mudanças na relação econômico-produtiva, envolve um processo de evolução contínuo, através de mudanças de valores, que dependem da intervenção humana. Neste trabalho compreende-se o papel do

produtor como base para o desenvolvimento da Agroecologia como possibilidade de transformação social.

A agroecologia apresenta aspectos que potencializam a transformação da realidade rural, os produtores adquirem autonomia, tornando-se responsáveis por seu próprio desenvolvimento, ao agregar os princípios ecológicos, reduzindo a dependência de insumos externos. Com a difusão dos saberes agroecológicos ocorre uma mudança não apenas no modo de produção, mas na forma de relação do produtor com o meio, gerando uma transformação no modelo de desenvolvimento rural.

Pensar a Agroecologia como possibilidade de vida no Recôncavo Sul Baiano, não é compreendê-la apenas como atividade econômica e sim como outra forma de viver, equilibrando os aspectos econômicos aos sociais e ambientais. Enxergar o produtor como capaz de apropriar-se dos conhecimentos tradicionais para modificar sua realidade local, garantindo a perpetuação do conhecimento.

Neste sentido, consideramos oportuno o papel dos mediadores sociais, a partir de iniciativas que visem promover a consciência ambiental e social, construindo uma base para a sustentabilidade a partir do meio rural. Podemos perceber nesta região casos de transição agroecológica, ainda que pontuais, como os citados neste trabalho, o desafio reside em difundir estas experiências de forma a impulsionar mudanças no âmbito rural, que ultrapassem suas realidades locais.

Diante deste desafio está o desenvolvimento de metodologias que possibilitem esta expansão, que gerem iniciativas de enfrentamento à agricultura convencional, estimulando a solidariedade, a cooperação e iniciativas de promover o despertar de uma consciência crítica, abrindo caminhos para uma efetiva sustentabilidade no meio rural.

É preciso despertar o potencial agroecológico desta região, orientadas por metodologias participativas, onde produtores e mediadores aprimorem o conhecimento. A Agroecologia deve estar no contexto de modelo de desenvolvimento rural, e um dos grandes desafios para que isto aconteça refere-se ao campo político que ainda não reconhece a questão agroecológica como prioritária. Assim sendo, acreditamos que para que ocorra a transição agroecológica nesta região é preciso iniciativas dos produtores, bem como políticas públicas de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Recôncavo Sul da Bahia tem um grande potencial agrícola, além de ser uma área com um grande número de pequenos estabelecimentos de agricultura familiar (aproximadamente 28.542, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006), em sua grande maioria que adotam o modelo convencional de produção. Nos últimos anos a região tem se destacado na difusão da Agroecologia, onde os produtores tem sido os principais agentes da transformação espacial no meio rural.

Na perspectiva de compreender como as transformações espaciais ocorrem na transição agroecológica, foram analisadas experiências individuais e coletivas, como uma contribuição no processo de conhecimento agroecológico, de modo a refletir sobre os desafios por estes enfrentados, mas também as possibilidades de alcançar um desenvolvimento no meio rural, por meio dos processos da Agroecologia.

Compreendemos que, para que isto ocorra, não refere-se apenas a adoção de uma agricultura ecológica, que não faça uso de insumos químicos, mas sim de um processo gradual de compreensão de um novo modo de produção, baseado nos saberes da Agroecologia.

A insustentabilidade do modelo agrícola convencional pode ser substituída pela Agroecologia, uma intervenção planejada, considerada como uma construção social, que emerge a partir do respeito ao produtor e as práticas tradicionais de produção. A Agroecologia destaca-se como uma ciência integradora que se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), também dos demais atores sociais articulados em processos de desenvolvimento rural, por meio do potencial endógeno (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2011).

A Agroecologia se estabelece num paradigma que contribui para o enfrentamento da crise socioambiental, ao reforçar o fortalecimento de uma agricultura de base familiar, que fortalece a autonomia do produtor, através de modos de vida mais sustentáveis. A pesquisa demonstrou como o despertar dos agricultores familiares pelo interesse para com a produção agroecológica é importante e como tal iniciativa altera a dinâmica dos indivíduos e de suas famílias, que fazem parte do processo de transição agroecológica e organização espacial do campo.

Este trabalho também buscou contribuir acerca das discussões sobre o processo de exclusão desencadeado pela modernização da agricultura brasileira, a qual vinculava elevação da produção por meio de técnicas que provocam uma série de consequências, principalmente no âmbito socioambiental. A lógica capitalista no meio rural colaborou significativamente para que o produtor, incluindo a pequena propriedade, passasse a priorizar a busca de lucros, espelhando-se em empresas capitalistas, sendo que isso acabou afetando diretamente os ecossistemas e o padrão de qualidade da vida da própria família e comunidades.

A pesquisa aqui realizada também pode contribuir para todos que tiverem interesse em discutir sobre alternativas que possam promover melhores condições de vida no espaço rural, tendo como base a Agroecologia. O grande desafio reside na produção de consciência, ou seja, é preciso conscientizar-se da necessidade da transição agroecológica, de uma mudança de modo de vida, no modo de consumo, entre outros.

A reflexão sobre experiências de transição agroecológica, se constituem como possibilidades de articular diversas dimensões (social, política, econômica, cultural, ecológica), permitindo a abertura de caminhos para um meio rural sustentável. É necessário aprofundar o debate sobre as possibilidades criadas pela transição agroecológica, de modo a ampliar o alcance da agroecologia no território nacional.

Este processo de mudança, através da valorização dos princípios da agroecologia desencadeia melhorias na qualidade de vida dos pequenos produtores e suas famílias, bem como no consumo de alimentos da população urbana. Esta análise diz respeito ao processo de comercialização na Agroecologia, no qual ocorre a valorização das relações humanas, não apenas a venda dos produtos.

As experiências apresentadas neste trabalho apresentam uma característica em comum e recorrente na Agroecologia, a opção de comercializar seus produtos através de circuitos curtos¹⁸, com a venda direta, nas feiras livres. Para a maioria dos entrevistados a feira livre representa um meio de construir coletivamente a ideia de Agroecologia. Os pequenos produtores apontam que no momento da venda dialogam sobre o modo de produção, a ausência do uso de insumos químicos e a preocupação com a conservação ambiental, a comercialização e a própria vida.

¹⁸ Na comercialização de alimentos, a Agroecologia prioriza os circuitos curtos, ou seja, a venda direta, na própria produção, em feiras, entregas em domicílio (SAGAZ, 2006).

Nos municípios do Recôncavo Sul da Bahia as feiras livres têm importância histórica, como no caso de Santo Antonio de Jesus – BA, o qual foi estabelecido a partir de uma feira livre que atraiu indivíduos de outros municípios, que começaram a residir no entorno da feira, dando início a ocupação de um povoado que posteriormente resultaria no município de Santo Antonio de Jesus - BA.

A feira livre não se configura apenas em um local de relações econômicas, mas também cultural e social. Um espaço de construção de identidades, um lugar de mobilidade econômica e humana, de relações pessoais. Para os entrevistados a feira livre configura-se como local de troca de saberes, onde eles podem atribuir um preço final aos seus produtos sem a intervenção de intermediários, podendo alcançar uma melhor renda.

Ao compartilharem com os consumidores sobre as suas experiências com a Agroecologia os produtores entrevistados citaram que os consumidores criam uma relação de fidelidade, confiança e até mesmo amizade, sendo espaços importantes para a divulgação do trabalho realizado pelos produtores, resgatando a autoestima dos mesmos, que se sentem importantes e valorizados.

Para os consumidores o contato com produtores agroecológicos também é importante, pois adquirem produtos frescos, que geralmente são colhidos do próprio dia da venda ou no dia anterior. Consomem produtos mais saudáveis, conhecem a forma como ocorreu a produção e tem uma proximidade com o pequeno produtor, valorizando seu trabalho.

Os produtos agroecológicos apresentam maior valor na venda, devido ao modo de produção. Entretanto, nas feiras livres os pequenos produtores conseguem realizar a venda com mais facilidade por conta do atendimento pessoal/direto, e pela troca de informações sobre os produtos agroecológicos. A aproximação, o diálogo, a troca de ideias, estimula a difusão da Agroecologia entre os consumidores.

Para além do consumo, acaba sendo um estímulo ao modo de produzir e viver agroecológico. Nesse sentido, percebe-se nos produtores rurais entrevistados que para além da adoção da Agroecologia os pequenos produtores tornaram-se comprometidos em compartilhar a Agroecologia como novo modo de vida. Este processo de difusão da Agroecologia desenvolvido nas feiras livres é extremamente relevante e necessita de um aprofundamento do debate.

A construção dos saberes agroecológicos não se configura com uma tarefa simples. Afinal, a princípio deve ocorrer uma desconstrução das informações difundidas pelo modelo convencional e construir um conhecimento agroecológico. Esta tarefa demanda tempo e um processo gradativo de construção.

Um dos princípios que destacamos na Agroecologia e percebemos no discurso dos entrevistados, são as relações de solidariedade, a cooperação torna-se indispensável na transição agroecológica. Para melhor compreender estes aspectos vinculados a solidariedade citamos as trocas de sementes, que ocorre em todas as experiências. A importância não está em conseguir através da seleção massal sementes cada vez mais fortes e resistentes, mas em compartilhar com os outros produtores estas sementes, de modo que todos possam ter acesso. Os mutirões de ajuda na época da colheita, percebendo a necessidade do outro como comum, coletiva, também é uma forma de solidariedade.

Também se faz relevante compreender a transição agroecológica não como um processo de mudança da agricultura convencional para a agricultura orgânica. Ambas são práticas totalmente distintas, mas sim como avanço decisivo em direção a uma mudança de paradigmas, que não só referem-se à produção, mas à os conhecimentos construídos a partir de vivências.

A Agroecologia é uma ciência que integra agricultura e meio ambiente, configurando-se como um novo modo de vida. A agricultura orgânica é uma prática agrícola, que se caracteriza pela ausência de insumos químicos na produção. Importante compreender estas diferenças, pois produtores orgânicos que utilizam os princípios ecológicos para atender somente a demanda do mercado por produtos orgânicos não podem ser considerados agroecológicos. A Agroecologia resgata a valorização dos saberes tradicionais, desprezados pelo modelo convencional, integrando princípios agronômicos, econômicos e sociais.

O resgate dos saberes tradicionais e a troca de conhecimentos é perceptível nas experiências analisadas. Os entrevistados citaram algumas metodologias para atender este princípio agroecológico, como a participação em seminários anuais, participação em feiras agroecológicas, momentos de formação, intercâmbios entre agricultores, não apenas do recôncavo baiano, como também de outras regiões da Bahia e de outros estados brasileiros. Tal ação não significa promover uma volta ao passado, mas articular procedimentos transmitidos ao longo dos anos a novas

tecnologias e a ciência agroecológica, contribuindo para a autonomia do pequeno produtor.

As oportunidades de intercâmbio foram consideradas pelos entrevistados como fundamentais para o processo de fortalecimento da Agroecologia, valorizando o processo educativo desta ciência. Os mesmos relataram que nestas oportunidades conheceram novas possibilidades de prevenção de pragas, registraram inúmeras invenções de produtores para facilitar o modo de produção (técnicas de plantio, armazenagem de produtos, manuseio do solo, adubos orgânicos, dentre outras).

Podemos perceber analisando as experiências que a Agroecologia promove o desenvolvimento no meio rural de forma diferenciada, fomenta a diversificação da produção em detrimento a monocultura. O pequeno produtor encontra-se inserido no processo de produção, atende principalmente o mercado interno, reduz a utilização de insumos químicos, priorizando os fertilizantes orgânicos, promove o uso das sementes crioulas, destaca a necessidade de conservação da vegetação nativa, é característica da pequena propriedade familiar, incentiva as relações de cooperação, compromete-se com a conservação do ambiente, promove o desenvolvimento local.

Os produtores agroecológicos do recôncavo sul baiano demonstraram que a prática agroecológica configura-se como uma possibilidade de vida no meio rural. Entretanto, apontam a necessidade de maior difusão desta ciência, de políticas públicas agroecológica, maior apoio do Estado e de instituições de ensino.

No recôncavo baiano a Agroecologia encontra um terreno fértil ao seu desenvolvimento, estando em um processo de transição. Nesse sentido, os pequenos produtores na perspectiva de desenvolvimento local, ancorados num processo de tomada de consciência, discutem e agem buscando um novo e melhor modo de vida, o AGROECOLÓGICO, pensando, assim, em que espaço rural deixarão para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Anticapitalismo e inserção social dos mercados.** Tempo Social, v. 21, n. 1, p. 65-87, 2009.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998.

ABREU, Guilherme Barbosa. **ESTRATÉGIAS VISANDO À MELHORIA DA SELEÇÃO MASSAL.** Dissertação (Mestrado); Orientador – Magno Antônio Patto Ramalho; 2010; Lavras – MG; UFLA; 67p.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

ALMEIDA, S. G. PETERSEN, P. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro** – uma perspectiva a partir da Rede PTA. Versão provisória. Rio de Janeiro, abril de 2004.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 2002.592p.

_____. ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Rio Grande do Sul: Ed. UFRGS, 5ed, p. 120. 2008.

_____. **El "estado del arte" de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina.** In: CADENAS MARÍN, A. (ed.). Agricultura y desarrollo sostenible. Madrid: MAPA, 1995a. p.151-203 (Serie Estudios).

ALTIERE, Miguel e NICHOLSS, C. **Agroecologia: teoria e prática para uma agricultura sustentável.** Santiago, Rede de Formação Ambiental, 2000.

ASSIS, Renato, L. de; ROMEIRO, Ademar. **Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências.** In: BRANDENBURG, Alfio (Org.). Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica. Curitiba: Editora da UFPR, n.6, 2002, p. 67-80.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BOMFIM, M. V. P. **A rede urbana do Recôncavo Baiano e seu funcionamento técnico.** Salvador, BA: UFBA, 2006 (Dissertação de Mestrado).

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Instrução Normativa N-007**, de 17 de maio de 1999. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Decreto nº 6323**, de 27 de dezembro de 2007. Brasília, 2007.

BRITO, Cristóvão de Cássio da T. **A Petrobrás e a Gestão do Território no Recôncavo Baiano**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Tese (Doutorado).

BUAINAIN, M. A.; ROMEIRO, R. A.; GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Revista Sociologias, ano 5, nº10, p. 312 – 347, jul/dez, Porto Alegre, 2003.

CAMARGO, Paula. **Fundamentos da transição agroecológica: racionalidade ecológica e campesinato**. São Paulo, nº 7, pp. 156-181, 2007.

CANUTO, J.C. **Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental**. Raíces, Campina Grande, n-16, 2004.

CAPORAL, F. R.. **Superando a revolução verde: A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul**. 2003. Disponível em: <http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/Superando.pdf>>. Acesso em: 25/08/2012.

CAPORAL, F. R. (Org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2008.

_____ Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. *In*: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 328 p.

_____ **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 517p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

_____ **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. *In*: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____ **Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. *In*:

FRANCISCO, F. R. AZEVEDO, E. O. (Orgs.). Princípios e perspectivas da agroecologia. Instituto Federal do Paraná. 192 pp. 2011. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/principioseperspectivasdaagroecologia.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro de 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Perspectivas para uma nova Extensão Rural.** *In:* Etges, Virgínia Elisabeta (org.). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001; p.19-52.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. SAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** *In:*

CAPORAL, R. F. e AZEVEDO, E. O. (Orgs.) Princípios e perspectivas da agroecologia, Instituto federal do Paraná, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico.** Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./jun. 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Análise multidimensional da sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia.** Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.3, jul./set. 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília, DF: MDA/SAF/DATER; IICA, 2006.

COSTABEBER, José Antonio; MOYANO, Eduardo Estrada. **Transição agroecológica e ação social coletiva.** Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Rio Grande do Sul: EMATER, n. 4, out/dez. 2000.

DAROLT, M.R. **As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades.** *In:* Darolt, M.R. Agricultura Orgânica: inventando o futuro. Londrina: IAPAR, 2002. p. 18-26. Atualização realizada em 2010.

DE MARCOS, Valeria. **Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro.** Agrária. São Paulo, nº 7, p. 4-32, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/7/7.htm>>. Acesso em 08 de dezembro de 2012.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Unicamp/Ícone, 1985.

DUFUMIER, Marc e COUTO, Vitor de Athayde. **Neoprodutivismo**. Caderno CRH, Salvador, n.28, p.81-111, jan/jun. 1998.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2006.

FERNANDES, R. M. C. MACIEL, A. L. S. **Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável: mais alimento, trabalho e renda no campo. Saiba como produzir alimentos saudáveis e preservar o meio ambiente**, 2008. Brasília: Plano Mídia.

GERMANI, Guiomar e LAGE, Creuza dos Santos. **La experiência de desarrollo rural em Brasil**. Apel, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2a. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GODOY, Arilda. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. *In*: revista de Administração de Empresas, v.35, n-3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GONÇALVES, C. U. **A importância das agências de mediação no ordenamento territorial dos assentamentos rurais**. GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, n. 11, p. 89 – 105. dez. 2004.

GONÇALVES, Sérgio. **Para além do agronegócio – a “agroecologia” e a reconstrução do atual sistema agrícola e alimentar**. *In*. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. FRANÇA JUNIOR, Luzimar B. (orgs.) (1991). Geografia e trabalho no século XXI. Presidente Prudente: Centelha, 1996. v 4 p. 70-93.

GOMES, J. C. C.; BORBA, M. **Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis**. Ciência e Ambiente, UFSM, n-29, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

Tecnologia e Agricultura Familiar; Porto Alegre; Ed. da Universidade/UFRGS; 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2ª ed, 1982.

GUZMÁN, E. S. “**Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável**”. In: ALMEIDA, J. NAVARRO, Z. (orgs). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____ **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – EMATER/RS, V.1, n.º 2 – abr/jun 2000 – Porto Alegre*.

GUZMÁN, G. GONZALEZ, M. SEVILLA, M. (Coord, 2000). **Introducción a la Agroecologia como desarrollo rural sostenible**. Madrid, 2000.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HECHT, S. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable**. La Habana, Cuba: Asociación Cubana de Agricultura Orgánica, 1997.

HESPAHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil**. *Confins*. Revista Franco-Brasileira de Geografia, nº2, ano 2008. Disponível em <<http://confins.revues.org/2353>>. Acesso em: 18/10/2012.

HILL, S. B. E MAC RAE, R. J. **Conceptual framework for the transition from conventional to sustainable agriculture**. V. 7, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em 20 de julho de 2011.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. 182 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Lammert, 1968.

KHATOUNIAN, C. A. **Reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **As necessidades humanas, os saberes, a utopia: a agroecologia, os cerrados e sua proteção**. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 328 p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. São Paulo, Editora Vozes, 1981.

MOLINA, Manuel González. **Las experiencias agroecológicas y su incidencia em el desarrollo rural sostenible**. La necesidad de uma agroecológica política. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 328 p.

MOREIRA, Rodrigo Machado *et. al.* **Agroecologia**. 2009. 88 f. Instituto Giramundo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. **A Crítica à Razão Dualista**. O Ornitorrinco. São paulo: Boitempo. 2012.

PERES F. MOREIRA J. C, organizadores. **É veneno ou é remédio?** Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003.

PICOLOTTO, Everton L. 2006. **"Sem medo de ser feliz na agricultura familiar"**: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Santa Maria: UFSM – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (Dissertação de Mestrado).

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente**: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis (Brasil) - ISSN 1807-1384. Vol. 1, No 1, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>>. Acesso em 08 de dezembro de 2012.

RAMOS, Soraia F. **Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil**. In: SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 375-387.

ROMEIRO, A. R. **Meio Ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. O modelo euro-americano de modernização agrícola. *In: Nova economia*, Revista do Departamento de ciências econômicas da UFMG. Vol.2- nº2, novembro, 1991.

SAGAZ, D. **A comercialização de alimentos ecológicos e a sensibilização do público urbano para a agroecologia: a experiência de uma ONG de agricultores no Vale do Itajaí (SC)**. *In: LOVATO, P. E. e SCHMIDT, W. (org).* Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local. Argos. Chapecó, 2006.

SANTANA, Marlini dos S. A. **Associativismo e Agricultura Orgânica como estratégias para (re)produção do espaço rural: a experiência da Associação dos Produtores Orgânicos do Recôncavo Baiano**. (Dissertação de Mestrado – UNEB), Santo Antônio de Jesus - BA, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2002.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais - Universidade Federal da Bahia, Imprensa Oficial, 1959.

_____. **A Rede Urbana do Recôncavo**. *In: BRANDÃO, M. de Azevedo (org.)*. Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; ALB; UFBA, 1998, pp. 59-99

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: 9ª Ed, 2006.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. São Leopoldo, v.1, n.1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo>. Acesso em: 09 de julho de 2012.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 328 p.

SCHIMTT, Cláudia Job. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira**. *In: SAUER, Sérgio. BALESTRO, Moisés V.* Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotectonologia**. São Paulo: Gaia, 2008. 240 p.

SOARES, Wagner et al. **Trabalho rural e fatores de risco associados ao regime de uso de agrotóxicos em Minas Gerais**, Brasil. Rio de Janeiro: Caderno de saúde Pública V.19 n-04 julho/agosto, 2003.

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus (1888/1930)**/ Edinelia Maria Oliveira Souza. - Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2012. xii, 235 f.: il.23; Orientador: Manolo Florentino. Tese (doutorado) - UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-graduação em História Social, 2012.

ULTRAMARI, C; DUARTE, F. **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba, Ibpe, 2009

ZAMBERLAM, Jurandir e FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2012.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**ROTEIRO PARA ENTREVISTA – Presidente da
associação/cooperativa**

- **PESQUISA** – TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO RECÔNCAVO BAIANO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS
- **OBJETIVO** - Analisar a importância da Agroecologia na região do Recôncavo Sul Baiano, com base na experiência de produtores rurais.
- **PESQUISADORA** – Daniela Nascimento de Jesus Vieira
- **ORIENTAÇÃO** – Profa. Dra. Noeli Pertile

1. DADOS GERAIS

- 1.1. Nome
- 1.2. Idade
- 1.3. Sexo
- 1.4. Escolaridade

2. HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO/ COOPERATIVA

- 2.1. Nome da associação/cooperativa
- 2.2. Data de fundação.
- 2.3. Municípios de atuação
- 2.4. Motivos para fundação
- 2.5. Quantidade de participantes no início e atualmente
- 2.6. Número de sócios-fundadores que ainda atuam na instituição.
- 2.7. Finalidade da instituição? Visão? Missão?
- 2.8. A Associação estimula a entrada de novos associados

- 2.9. O Estatuto é aplicado na Associação. Os Associados têm acesso facilitado a este Estatuto
- 2.10. Possui sede própria. Como foi obtida.
- 2.11. Tipos de equipamentos que possuem?
- 2.12. Atividades oferecidas aos produtores.
- 2.13. Como ocorre a comercialização dos produtos.
- 2.14. Os produtos possuem selo de comercialização.
- 2.15. Possuem acesso a políticas públicas.
- 2.16. Parceiros da associação.
- 2.17. Ações promovidas pelos parceiros.
- 2.18. Participam de eventos ligados a agroecologia? Feiras, congressos, fóruns?
Com qual frequência?
- 2.19. O que motivou a escolha pela transição agroecológica na instituição?
Ocorreu desde o início de sua formação?
- 2.20. Contribuição da instituição para o desenvolvimento das práticas agroecológicas.
- 2.21. Desafios e possibilidades encontradas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ROTEIRO PARA ENTREVISTA – Agricultores(as)

- **PESQUISA** – TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO RECÔNCAVO BAIANO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS
- **OBJETIVO** - Analisar a importância da Agroecologia na região do Recôncavo Sul Baiano, com base na experiência de produtores rurais.
- **PESQUISADORA** – Daniela Nascimento de Jesus Vieira
- **ORIENTAÇÃO** – Profa. Dra. Noeli Pertile

1. DADOS GERAIS

- 1.1 – Nome
- 1.2 - Idade
- 1.3 – Sexo
- 1.4 – Escolaridade

2 EXPERIÊNCIA COM A AGROECOLOGIA

- 2.1 História do agricultor e da família (de onde vieram, descendência)
- 2.2 Descreva a propriedade: Se é própria ou não. O que planta? O que deseja plantar? Anos na produção agroecológica.
- 2.3 Participa de alguma cooperativa, associação? O que o (a) levou a tornar-se um associado/cooperado?
- 2.4 Quais atividades são proporcionadas pela associação/cooperativa? Você participa?
- 2.5 Através da associação/cooperativa você tem acesso a serviços sociais.
- 2.6 Seu entendimento por agroecologia? Estão satisfeitos de produzir assim? Por quais motivos?)
- 2.7 O que é produzido em sua propriedade.

- 2.8 Trabalham na sua propriedade pessoas de sua família ou contratados.
- 2.9 Destino da sua produção? (forma de comercialização)
- 2.10 Participa de cursos de aperfeiçoamento? Quem custeia sua participação?
- 2.11 Já participou de eventos agroecológicos? Feiras, congressos, fóruns? Com qual frequência?
- 2.12 Principais desafios encontrados na produção agroecológica.
- 2.13 Na sua propriedade você possui algum tipo de assistência técnica?
- 2.14 Como ocorreu a transição da produção convencional para a agroecológica? O que motivou essa mudança? Considera importante essa ação.
- 2.15 Você utiliza insumos químicos em sua propriedade? Quais? Por quê?
- 2.16 Melhorias / Possibilidades com a produção agroecológica.
- 2.17 O que mais o motiva a continuar com este sistema de produção.
- 2.18 Perspectivas futuras quanto à proposta agroecológica
- 2.19 Fontes de renda par além da produção?